

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

CAROLINA DE SOUZA SCOTT MAIRINQUE

**Informação, redes sociais e a construção de políticas
públicas para o meio ambiente em Minas Gerais:**

A (re) configuração discursiva da Meta 2010

Belo Horizonte
2010

CAROLINA DE SOUZA SCOTT MAIRINQUE

Informação, redes sociais e a construção de políticas públicas para o meio ambiente em Minas Gerais:

A (re) configuração discursiva da Meta 2010

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Organização e uso da Informação

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Moura

BELO HORIZONTE

2010

Mairinque, Carolina de Souza Scott.

M228i Informação, redes sociais e a construção de políticas públicas para o meio ambiente em Minas Gerais [manuscrito] : a (re)configuração discursiva da Meta 2010 / Carolina de Souza Scott Mairinque. – 2010.
124 f. : il., enc.

Orientadora: Maria Aparecida Moura.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.
Referências: f. 115-122
Apêndices: 123
Anexos: 124

1. Ciência da Informação – Teses. 2. Políticas públicas – Aspectos ambientais – Teses. 3. Rede de relações sociais – Teses. 4. Análise do discurso – Teses. 5. Identidade social – Teses. I. Título. II. Moura, Maria Aparecida. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 02:504



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"INFORMAÇÃO, REDES SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA O MEIO AMBIENTE EM MINAS GERAIS: A (RE) CONFIGURAÇÃO
DISCURSIVA DA META 2010"

Carolina de Souza Scott Mairinque

Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de
Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de **"Mestre em
Ciência da Informação"**, Linha de Pesquisa: **"Organização e Uso da Informação -
OUI"**.

Dissertação aprovada em: 02 de dezembro de 2010.

Por:

Profa. Dra. Maria Aparecida Moura - ECI/UFMG (Orientadora)

Prof. Dr. Elton Antunes - FAFICH/UFMG

Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota - ECI/UFMG

Profa. Dra. Lidia Alvarenga - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Profa. Gercina Ângela B. O. Lima
Coordenadora

Versão final Aprovada por

Profa. Maria Aparecida Moura
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **CAROLINA DE SOUZA SCOTT MAIRINQUE**, matrícula: 2008659440

Às 14:00 horas do dia 02 de dezembro de 2010, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada *ad referendum* pela Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 17/11/2010, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado ***Informação, redes sociais e a construção de políticas públicas para o meio ambiente em Minas Gerais: A (re) configuração discursiva da Meta 2010***, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Área de Concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Organização e Uso da Informação - OUI. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Maria Aparecida Moura, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

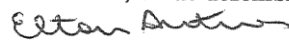
Profa. Dra. Maria Aparecida Moura - Orientadora	APROVADA
Prof. Dr. Elton Antunes	APROVADA
Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota	APROVADA
Profa. Dra. Lídia Alvarenga	APROVADA

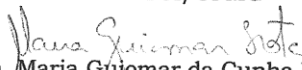
Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

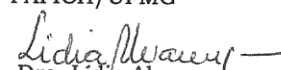
O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2010.


Profa. Dra. Maria Aparecida Moura
Orientadora - ECI/UFMG


Prof. Dr. Elton Antunes
FAFICH/UFMG


Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota
ECI/UFMG


Profa. Dra. Lídia Alvarenga
ECI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.


Prof.ª Juliana Augusta B. O. Lima
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação - ECI/UFMG

DEDICATÓRIA

Aos meus amores, Augusto, Júlio César, Sônia,
Daniel, Valentina, Danielzinho e Abla.

AGRADECIMENTOS

Ao meu anjo da guarda por me colocar sempre no melhor caminho.

Ao Júlio César pelo amor e companheirismo.

À minha mãe amada pelo colo sempre presente.

À minha irmã querida pela paciência, dedicação, carinho e inestimável contribuição.

Ao meu irmão querido e minha cunha pelo interesse e por acreditarem sempre em mim.

À Professora Dr^a. Marlene Oliveira pelo incentivo.

À Professora. Dr^a. Maria Aparecida Moura, por ter acreditado em mim, pela dedicação e orientações.

Aos amigos do Projeto Manuelzão, em especial, à Joana D'Arc e ao Professor Polignano pelo apoio e compreensão; ao Professor Apolo Heringer pelas contribuições; ao Júlio Amorim e à Maria Rita, do Centro de Informação e Documentação, pela presteza no atendimento à solicitação dos documentos necessários para o desenvolvimento desse trabalho.

Ao Professor Elton Antunes pela oportunidade dada de poder trabalhar ao seu lado, pela compreensão e pelas valiosas contribuições.

Aos meus estimados amigos Michele, Marcinha, Luciana, Flavio e Alexsandra por transformarem os dias mais difíceis em dias melhores.

Aos colegas do NEMUSAD pelas contribuições.

“ Odiei as palavras e as amei, e espero tê-las
usado direito.”

(Markus Zusak do livro a Menina que Roubava Livros)

RESUMO

A presente pesquisa contempla a análise do processo de reconfiguração discursiva no âmbito da construção de políticas públicas para o meio ambiente. Fazendo uso da Meta 2010 como cenário empírico, esse estudo se propôs a estudar a ligação da consolidação dessas políticas com a mobilização social, o acesso à informação e à comunicação, e a forma pela qual os atores envolvidos nesse processo se organizam discursivamente, destacando, nessa organização, a relação existente entre discurso, poder e identidade coletiva. Considerada uma iniciativa modelo de formação de uma política pública, a Meta 2010 configura-se como uma proposta criada pela sociedade civil, que, representada pelo Projeto Manuelzão, um projeto de extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, conseguiu transformar a proposta de revitalização da Bacia do Rio das Velhas em uma política pública do Estado de Minas Gerais. Para identificar a estrutura discursiva da Meta 2010, fez-se uso da análise de rede social e da análise de discurso como ferramentas metodológicas. A análise de rede social contribuiu para identificar as centralidades discursivas da rede política formada para gerenciar a Meta 2010, enquanto a análise do discurso colocou em evidência a forma pela qual essas centralidades estruturavam seus discursos sobre a mesma. O presente estudo concluiu que ao longo dos sete anos de sua existência, a Meta 2010 sofreu diversas reconfigurações discursivas pelas comunidades discursivas das centralidades identificadas. As análises evidenciaram o processo discursivo de transformação pelo qual a Meta 2010 deixou de ser uma proposta da sociedade civil, passou a ser uma política pública do Estado de Minas Gerais e se transformou em uma nova meta intitulada Meta 2014. Ao evidenciar esse processo de transformação, o estudo apontou pontos de contato e de distanciamento entre os discursos analisados, capazes de sugerir traços discursivos que os diferenciavam entre si.

Palavras-chave: Políticas públicas para o meio ambiente; análise de redes sociais; discurso; identidade coletiva e reconfiguração discursiva

ABSTRACT

This essay depicts an analysis of the speech reconfiguration process in the construction of public policies regarding the environment. Using the “Meta 2010” as an empiric scenario, the objective of this dissertation is to study the connection of the consolidation of these policies with social mobilization and access to information and communication, as well as the way the players involved in the process of a public policy construction organize themselves from their discourse’s perspective, with emphasis, in such organization, on the relation between discourse, power and collective image. Considered a model of initiative in forming public policy, the “Meta 2010” is a civil society proposal represented by “Manuelzão”, an extension project of the Federal University of Minas Gerais (*Universidade Federal de Minas Gerais*). The “Meta 2010” was able to transform the proposal of revitalizing the hydrographical basin of *Rio das Velhas* into Minas Gerais state’s public policy. To identify the discursive structure of “Meta 2010”, the analysis of a social network and the discourse analysis were used as methodological tools. The social network analysis contributed to identify the discursive centers of the political network built to manage “Meta 2010” and the discourse analysis showed the way that these centralities structured their discourses on themselves. The present study concluded that, throughout its seven years of existence, “Meta 2010” has suffered several discourse reconfigurations by the discursive communities of the identified centralities. The analysis showed the discursive process of transformation through which “Meta 2010” moved on from a civil society proposal to a public policy of the state of Minas Gerais and became a new goal, called “Meta 2014”. Evidencing this transformation process, the study showed the points of contact and the distance between the discourses of the centralities, which were capable of suggesting discursive traces that distinguished them.

Key words: public policies for the environment, social media analysis, discourse, collective identity and discursive reconfiguration.

RESUMEN

Este trabajo contempla el análisis del proceso de reconfiguración de discurso en la construcción de políticas públicas para el medio ambiente. Utilizando la “Meta 2010” como un escenario empírico, este estudio se ha propuesto a estudiar la conexión de estas políticas con la movilización social y el acceso a la información y comunicación, y la forma en que los actores envueltos en el proceso de construcción de una política pública se organizan discursivamente, destacando, en esta organización, la relación existente entre discurso, poder y identidad colectiva. Considerada como una iniciativa modelo para la formación de políticas públicas, la “Meta 2010” es una propuesta creada por la sociedad civil, que, representada por el “Projeto Manuelzão”, un proyecto de extensión de la Universidade Federal de Minas Gerais, logró transformar la propuesta de revitalización de la cuenca hidrográfica del Rio das Velhas en una política pública del estado de Minas Gerais. Para identificar la estructura discursiva de la “Meta 2010”, se hizo uso de análisis de redes sociales y análisis del discurso como herramientas metodológicas. La análisis de redes sociales ha contribuido para identificar las centralidades discursivas de la red política que se formó para gerenciar la “Meta 2010”, y la análisis del discurso identificó la forma como esas centralidades estructuraban sus discursos sobre ellas mismas. Este estudio concluyó que, en estos siete años de existencia, la “Meta 2010” sufrió variadas reconfiguraciones discursivas por parte de las comunidades discursivas de las centralidades identificadas. El análisis sugirió que el proceso discursivo de transformación por lo cual la “Meta 2010” dejó de ser una propuesta de la sociedad civil, pasó a ser una política pública del gobierno de Minas Gerais e se transformó en una nueva meta, llamada “Meta 2014”. Evidenciando este proceso de transformación, el estudio mostró puntos de contacto y desprendimiento entre los discursos de las centralidades, que fueron capaces de sugerir trazos discursivos que las diferenciaban.

Palabras-clave: políticas públicas para el medio ambiente; análisis de redes sociales; discurso; identidad colectiva y reconfiguración discursiva.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Pesquisadores e conceitos mais recorrentes.....	69
FIGURA 2: Rede Comissão de Integração e Acompanhamento da Meta – 2006.....	84
FIGURA 3: Rede Comissão de Integração e Acompanhamento da Meta – 2007.....	86
FIGURA 4: Rede Comissão de Integração e Acompanhamento da Meta – 2008.....	87
FIGURA 5: Rede Comissão de Integração e Acompanhamento da Meta – 2009.....	88
FIGURA 6: Rede Fluxo Informacional Comissão de Integração e Acompanhamento da Meta - de 2006 a 2009.....	94
FIGURA 7: Pontos de contato e tensão entre os discursos.....	113

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Roteiro de análise do discurso público, explicitado no elemento arquivo.....	38
TABELA 2: Codificação das instituições participantes da Comissão de Acompanhamento da Meta 2010.....	81
TABELA 3: Codificação das instituições convidadas a participarem das reuniões da Comissão.....	82
TABELA 4: Assuntos tratados nas reuniões de Acompanhamento da Meta 2010.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS

AD – Análise do Discurso

AIEs - Aparelhos Ideológico de Estados

ANA – Agência Nacional das Águas

CBH - Comitê de Bacia Hidrográfica

CBH Velhas - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

CERH - Conselho Estadual de Recursos Hídricos

COM10 - Consórcio de Municípios da sub-bacia do Ribeirão da Mata

COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais

COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

FDs - Formações Discursivas

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente

IEF - Instituto Estadual de Florestas

IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas

IQA – Índice de Qualidade da Água

MIT - Massachusetts Institute of Technology

ONU - Organização das Nações Unidas

PNUMA- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SEAPA - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SEDE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

SEDRU - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana

SEE - Secretaria de Estado de Educação

SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente

SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SISEMA - Sistema Estadual do Meio Ambiente

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO – A CONSTRUÇÃO DO OBJETO, OBJETIVOS E PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
2 O CONTEXTO EMPÍRICO – A META 2010	24
3 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	29
3.1 Universo da pesquisa e caracterização da amostra.....	29
3.2 Instrumentos de coleta e análise dos dados	30
3.2.1 Constructo teórico	31
3.2.2 Análise de rede social	32
3.2.2.1 Procedimento de coleta de dados para a análise da rede política - Meta 2010	32
3.2.2.2 Para identificar as relações e as centralidades	32
3.2.2.3 Para identificar os fluxos de informações	33
3.2.2.4 Para a formação e visualização das redes	34
3.2.2.5 Procedimento de análise das redes	34
3.2.3 Análise do discurso	34
3.2.3.1 Análise do discurso do sujeito coletivo	35
3.2.3.1.1 Para coleta de dados dos discursos dos sujeitos coletivos	35
3.2.3.1.2 Para analisar os discursos dos sujeitos coletivos	35
3.2.3.2 Análise do discurso público materializado no elemento Arquivo	36
3.2.3.2.1 Corpus	36
3.2.3.2.2 Para coletar os discursos dos arquivos	36
3.2.3.2.3 Para analisar os discursos dos arquivos	38
3.3 Resultados esperados.....	39
4 REFERENCIAL TEÓRICO.....	39
4.1 políticas públicas de meio ambiente.....	40
4.1.1 Políticas públicas Internacionais de meio ambiente	41
4.1.2 No Brasil.....	42
4.1.3 Em Minas Gerais.....	44
4.2 A importância da mobilização social para a consolidação das políticas públicas	45
4.3 A importância da informação/comunicação para a ação socioambiental	47
4.4 Conceituando comunidade discursiva.....	50
4.5 Discurso, poder e identidade coletiva.....	52
4.6 Identidade coletiva	54
4.6.1 Conceitos gerais.....	54
4.6.2 Adaptação/ Fixação/ Conservação.....	55
4.6.3 Reconhecimento / Pertencimento	56

4.7 Em busca da reconfiguração discursiva	58
4.7.1 O Discurso sob análise.....	58
4.7.1.1 Tradições teóricas.....	58
4.7.1.2 A construção do corpus da análise do discurso	61
4.7.1.2.1 Construção de dispositivos analíticos - Unidades do discurso	64
4.7.1.3 Estilos discursivos – O reconhecimento da presença de gêneros	68
4.7.2 Delimitação das comunidades discursivas da Meta 2010 - Análise de rede social.....	72
4.7.2.1 A construção do conceito de análise de redes sociais	72
4.7.2.2 Análise de redes sociais enquanto Método	74
4.7.2.3 A Meta 2010 como rede de política.....	76
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	81
5.1 Análise da rede de política: atores, laços e centralidades da meta 2010	81
5.1.2 O Fluxo Informacional da Rede de Política da Meta 2010	89
5.1.3 A centralidade da informação X A centralidade do ator	95
5.1.4 Algumas reflexões sobre as análises das redes	95
5.2 A Meta 2010 em discursos	97
5.2.1 Análise dos discursos públicos e dos sujeitos coletivos	98
5.2.2 O lugar do discurso – análise das posições políticas dos sujeitos coletivos	107
6 CONCLUSÕES	109
7 REFERÊNCIAS.....	115
APÊNDICES	123
ANEXOS.....	124

1 INTRODUÇÃO – A CONSTRUÇÃO DO OBJETO, OBJETIVOS E PROBLEMA DE PESQUISA

Em 2008 a autora dessa presente pesquisa foi convidada a participar de um grupo de profissionais e de estudantes de comunicação para trabalhar a divulgação da Meta 2010 no âmbito do Projeto Manuelzão. O grande desafio dessa equipe era disponibilizar informações organizadas e relevantes sobre a bacia do Rio das Velhas para criar na sociedade civil uma percepção da Meta 2010 como uma política pública estratégica. Durante todo o trabalho desenvolvido por essa equipe havia um zelo para tratar as informações divulgadas, no sentido de reafirmá-las sempre como um discurso oriundo do Projeto Manuelzão e não do Governo do Estado de Minas Gerais.

Idealizada em 2003, a Meta 2010 surgiu a partir da expedição “Manuelzão desce o Rio das Velhas”, promovida por um projeto de extensão transdisciplinar da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulado Projeto Manuelzão. A Meta 2010 possui como peculiaridade a transformação de uma mobilização sócioambiental em uma política pública.

No dia 13 de setembro de 2003, o Projeto Manuelzão convocou diversos atores para iniciarem a expedição, que percorreria os 801 Km do Rio das Velhas, da nascente em Ouro Preto à foz no São Francisco. Essa expedição durou 29 dias e, por onde passava, buscava registrar não só o atual cenário de cada trecho do rio como também instruir e mobilizar as comunidades locais em prol da revitalização e do desenvolvimento social e econômico sustentável dessa bacia.

Com essa ação, o Projeto de fato mobilizou a população local. A título de ilustração, só a passagem dos expedicionários por Sabará convocou a presença de aproximadamente três mil pessoas. Não se pode afirmar que todas essas pessoas presentes se prontificariam a desenvolver ações em prol da revitalização da Bacia do Rio das Velhas, mas é possível pensar que todas estavam ali por um interesse comum pela causa proposta. Talvez pelo compartilhamento da crença de que era possível mudar a realidade do Rio das Velhas. A proliferação desse sentimento comum, desenvolvido ao longo da expedição, encorajou o então coordenador do Projeto

Apolo Heringer a pactuar com a sociedade uma meta. *A Meta 2010: navegar, pescar e nadar no Rio das Velhas em sua passagem pela região metropolitana de Belo Horizonte.*

Em 2007, a Meta 2010 foi assumida oficialmente pelo Governo de Minas Gerais como um de seus Projetos Estruturadores, passando a figurar entre as ações prioritárias para o Estado. O escopo do projeto previa ações de saneamento, como a implantação de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), além de empreendimentos e intervenções conjuntas com prefeituras do trecho metropolitano da bacia, entre Itabirito e Jequitibá.

Nesse momento a Meta 2010 deixa de ser um desafio de responsabilidade de um projeto de extensão para se tornar um compromisso público do Governo do Estado de Minas Gerais. Com isso, a Meta passa a herdar assim um número maior de atores responsáveis por acompanhar e gerenciar as informações sobre o saneamento do Velhas. A Meta 2010 foi o único projeto estruturador no Estado de Minas Gerais que não foi idealizado nem criado pelos gabinetes do governo. Ela foi criada pela sociedade civil, que, mobilizada e organizada pelo Projeto Manuelzão, conseguiu fazer com que a revitalização do epicentro poluidor da Bacia do Rio das Velhas se transformasse em uma política pública.

Antes de se tornar um projeto estruturador, a Meta 2010 era comandada pelo Projeto Manuelzão que a desenvolvia não só com Governo do Estado de Minas Gerais e suas respectivas agências, secretaria e instituições, mas principalmente com a sociedade civil, que se relacionava diretamente com o rio por meio dos núcleos constituídos por sub-bacias, fundações, institutos, comitês e escolas municipais. Noutras palavras, antes de se tornar um projeto estruturador, o Projeto Manuelzão localizava a Meta como parte do seu discurso de mobilização social em prol da revitalização do epicentro poluidor da bacia do Velhas.

Antes da Meta 2010 herdar novos atores responsáveis pela construção do seu discurso, suas informações eram organizadas e disseminadas sob as orientações de um Projeto de Extensão da UFMG que apresentava como pilares a busca do equilíbrio entre três fatores: a saúde, o ambiente e a cidadania. A

apropriação da Meta 2010 pelo Estado trouxe novos atores e com eles novos discursos. E é exatamente sob esse cenário que se emerge a indagação central desse trabalho: como os discursos sócio ambientais se configuram e reconfiguram no âmbito das construções de políticas públicas para o meio ambiente? É possível vislumbrarmos um esquema no qual possamos sistematizá-los?

Para apresentar uma resposta plausível a tal questionamento, faz-se necessário reconhecer o cenário político da construção de uma política pública, os conceitos que a permeiam no âmbito internacional, nacional e estadual; reconhecer a relevância da mobilização social e da informação e comunicação no processo de consolidação dessa política. Após reconhecer o cenário político, é preciso investigar os atores em cena, buscar compreender como os atores envolvidos com a Meta 2010 se organizam, como se reconhecem e se fazem reconhecidos. E, por fim, é preciso verificar o discurso que cada ator ou grupo envolvido com a Meta 2010 produz para si e buscar compreender o sentido agregado a esse discurso que o localiza como sendo de um determinado grupo.

No âmbito do cenário da construção de políticas públicas para o meio ambiente, é preciso reconhecer a existência de uma particularidade. A questão ambiental percorre todos os setores que constituem uma sociedade, sendo assim, só pode ser trabalhada e resolvida pelos indivíduos que compõem essa sociedade. Isso, porém, não significa que a sociedade resolverá as questões ambientais de forma homogênea. Pelo contrário, os movimentos sociais em prol do meio ambiente deverão incorporar toda a pluralidade de conhecimentos que as questões ambientais exigem. Mais do que isso, deverão trazer esses conhecimentos para que os mesmos sejam transformados em políticas que garantam uma condição ambiental positiva a toda sociedade.

Sob esse cenário, fundamentam-se os pilares da construção de políticas públicas. Nessa construção a sociedade não é um mero coadjuvante dos “procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”(RUA 1998, p.1), mas sim um sujeito ativo da construção de “ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas”.(RUA 1998, p.2).

No âmbito internacional, só é possível falar de política pública internacional para o meio ambiente a partir da Conferência de Estocolmo, realizada em 1972. Além de reunir 113 países para discutir internacionalmente as questões ambientais, foi por meio da conferência que se criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a primeira agência ambiental de âmbito internacional.

No Brasil, antes da Conferência de Estocolmo não tínhamos ainda uma política específica, mas sim, políticas que acabaram resultando nela. Não havia ainda uma ação coordenada de governo ou de uma agência ou entidade que gerisse a questão no âmbito da política pública. A consolidação dessa política só surgiu com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), órgão especializado para tratar assuntos ambientais sob a coordenação do Ministério do Interior. Foi essa secretaria que abriu espaço para que em 1981 se promulgasse a Lei federal 6.938, que define a Política Nacional do Meio Ambiente. Essa nova política formava o Sistema Nacional de Meio Ambiente, composto não só por entidades governamentais como também por fundações que eram instituídas pelo poder público.

Seguindo o mesmo princípio de descentralização das políticas públicas para o meio ambiente, em 2005, o Estado de Minas Gerais criou a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), constituída não só por fundações e instituições governamentais, mas principalmente por conselhos estaduais os quais contemplam a presença ativa da sociedade civil.

No que se refere à construção de políticas públicas, não há como desenvolvê-las sem a presença ativa da sociedade civil. Mas o que impulsiona essa sociedade a mobilizar-se para a construção de políticas públicas para o meio ambiente? Ao estudar alguns conceitos sobre a mobilização social, pode-se classificá-lo como o esforço de reunir interesses visando ações coletivas em prol de um objetivo comum. Trata-se da soma dos esforços para o alcance do bem-estar comum.

Como bem observado por Procópio e Sepúlveda (2008, p. 55), há uma ligação entre a mobilização social e o engajamento do sujeito para as causas cidadãs. A mobilização social pode de fato ser um meio pelo qual o sujeito exerce

sua cidadania, porém, deve ser considerada antes como uma forma de levar informação ao sujeito para que esse, munido de conhecimentos, seja capaz de alterar a sua realidade.

Para Araújo (1999, p.1), tanto a construção da cidadania quanto as práticas cidadãs só são possíveis se o ator social puder ter acesso ou fazer uso da informação. Em comunhão a tal perspectiva, Dowbor (2003) acrescenta que “... a informação adequada, e bem distribuída, constitui simultaneamente um instrumento de cidadania e de racionalidade do desenvolvimento social.”

Noutras palavras, o autor ressalta que para o sujeito mobilizar-se em prol de causas que visam o bem comum, como, por exemplo, a criação de políticas públicas voltadas para o meio ambiente, é necessário não só produzir informações adequadas, mas principalmente distribuí-las e disponibilizá-las de maneira eficaz. Sob tal reflexão surge a necessidade de saber identificar o que é passado, no tocante à informação ou ao conteúdo, e como é passado, no que se refere ao meio, ao processo de comunicação usado para disseminar o conteúdo. É preciso compreender os elementos informação e comunicação como elementos indissociáveis que possuem em si uma relação de complementaridade. É por meio do processo da soma da informação e comunicação adequadas, que o sujeito é capaz de constituir e desenvolver sua realidade social, o que o leva a criar um sentimento de corresponsabilidade pelo surgimento e permanência dessa realidade.

O processo de compartilhamento do sentimento de corresponsabilidade, promovido pelas mediações dos processos de informação e comunicação, gera o surgimento das “Comunidades discursivas”, responsáveis por produzirem e fazerem circular discursos, nos quais os sujeitos se reconhecem e são por eles reconhecidos. (ARAÚJO 2003, p.167).

É nesse processo contínuo de reconhecer e se fazer reconhecido que se constituem as identidades coletivas (MELUCCI 1996). De forma sintética, o processo de construção dessa identidade constitui-se a partir de três elementos que se interagem e complementam para a consolidação desse processo: o *contexto* relacionado ao cenário histórico e todas as suas variações de tempo; os *atores*

responsáveis por criar, disseminar e afirmar as identidades coletivas; e o *compartilhamento do discurso* (grifo nosso), que dão corpo à identidade ao representar um conjunto de significados comuns compartilhados

A construção da identidade coletiva da Meta 2010 é formada não só pelas mediações informacionais e comunicacionais, mas também pela integração do contexto, dos atores inseridos nesse contexto e dos discursos proferidos por esses atores. Buscar reconhecer os atores envolvidos com a Meta 2010 é um grande desafio. Por ter sido criada a partir de um projeto de extensão o qual representa a sociedade civil e ter sido posteriormente transformada em uma política pública, a Meta 2010 pode agregar uma infinidade de atores oriundos tanto da esfera do governo quanto da sociedade em geral. Porém, ao transformá-la em uma política pública, o Governo do Estado de Minas Gerais notou que era preciso organizar um grupo no qual pudesse contemplar representantes tanto da esfera governamental quanto da sociedade civil. Sendo assim, o governo instituiu em 2006 a Comissão de Integração e Acompanhamento das Ações relativas à Meta 2010 – “Navegar, Pescar e Nadar no Rio das Velhas” – para discutir e planejar ações que propiciassem o alcance da Meta.

Com a criação dessa comissão, formou-se então uma “Rede de Política” (MOURA e SILVA, 2008) com um universo delimitado de atores envolvidos com o cumprimento da Meta 2010, a qual propiciou que esse estudo investigasse esses atores em cena. Mais do que isso, percebe-se a necessidade de não só reconhecê-los e listá-los, como também buscar o tipo de relacionamento existente entre eles e, principalmente, o fluxo de informação/comunicação, responsáveis pela formação e compartilhamento de significados daquilo que se consolidou para eles como Meta 2010.

Uma das técnicas que propiciam a apuração desses dados é a Análise de Redes Sociais. Garton (online) explica que a análise de redes sociais está centrada, principalmente, nos padrões de relações entre as pessoas, por meio da representação das possíveis conexões entre os atores sociais, salientando as características da relação existente. Outro índice percebido pela autora é a capacidade da rede de demonstrar os fluxos informacionais que perpassam pela

rede influenciando diretamente ou indiretamente a aproximação ou o distanciamento dos laços entre os atores sociais. Apesar de a análise de rede social ilustrar o cenário de um dado grupo sócioambiental e de ser capaz de representar em grafos os atores, suas representações e ligações, a mesma não é capaz de ilustrar os discursos carregados de sentido, trocados pelas comunidades discursivas que constituem uma identidade coletiva. A análise de rede pode até ressaltar as marcas discursivas, mas ela por si só não consegue evidenciar “o jogo de poder e saber” (FOUCAULT 2004; PÊCHEUX, 1997) que está por trás de todo discurso. Ela não é capaz de, sozinha, suspender a ideologia (FAIRCLOUGH 2001) que permeia o discurso e que localiza os sujeitos coletivos (LEFEVRE et LEFEVRE 2003) em suas respectivas comunidades discursivas.

Para se chegar a essa análise é preciso somar a técnica de análise de redes sociais à análise de discursos. A análise do discurso é uma prática desenvolvida por diversas áreas do conhecimento. Definir um corpo de análise para o discurso está diretamente relacionado à natureza do material estudado e ao objetivo da análise. Apesar de existir pelo menos “ 57 variedades de análise de discurso” (BAUER et al 2003, pg 246), o que classificará os dispositivos analíticos será não só o problema proposto, mas, principalmente, a natureza do material estudado. Para esse estudo, a análise levou em consideração a máxima de que o discurso não pode ser reconhecido a partir do seu núcleo de significação, mas sim por meio das condições externas que possibilitam a sua existência (FOUCAULT 2004).

Verificar essas condições externas significa buscar os discursos do sujeito coletivo, reconhecer sua posição política e ideológica, Apurar os discursos públicos proferidos por esses sujeitos sob o elemento arquivo. Enfim, significa buscar compreender as bases enunciativas (FOUCAULT 1995, p. 127) que identificam cada discurso como pertencente à certa comunidade discursiva.

Espera-se que por meio da união dessas duas técnicas de análise, Análise de Rede Social e Análise do Discurso, o objetivo proposto por esse estudo seja alcançado. Fazendo uso da Meta 2010 como contexto empírico, esse estudo apresenta como objetivo geral verificar como os discursos sócioambientais se reconfiguram no âmbito da construção de políticas públicas, a fim de se chegar a um

esquema no qual seja possível visualizá-los como um processo sistêmico. De forma detalhada, busca-se investigar o processo de transformação das ações sócioambientais em políticas públicas; caracterizar a importância das mediações da informação/comunicação no processo de construção dessas políticas públicas; identificar a formação das comunidades discursivas no âmbito da construção de uma identidade coletiva voltada para as causas socioambientais; identificar e sistematizar a rede social pela qual essa identidade coletiva se desenvolve; e, por fim, reconhecer o esquema discursivo pelo qual as políticas públicas sócioambientais são desenvolvidas.

2 O CONTEXTO EMPÍRICO – A META 2010

Em janeiro de 1997, um grupo de professores¹ do Departamento de Medicina Preventiva e Social, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, apresentava à sociedade o Projeto Manuelzão. Tratava-se de um projeto transdisciplinar² de extensão que propunha a revitalização da bacia hidrográfica do Rio das Velhas.

Por ter nascido “no bojo da discussão sobre a questão da saúde coletiva na disciplina do Internato Rural da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais” (RADICHI, POLIGNANO e PINHEIRO 2008, p.27), o projeto privilegiava, em seu início, somente a participação dos estudantes de medicina. Com o passar do tempo, estudantes e professores perceberam que a saúde humana estava intrinsecamente ligada à saúde do ambiente no qual o ser estava inserido. Em suma, a qualidade da saúde humana será diretamente proporcional à qualidade do ecossistema no qual o mesmo se localiza, compreendendo por ecossistema as interações irrefutáveis entre os seres vivos e o ambiente.

Foi na compreensão desse olhar mais amplo que o Projeto Manuelzão percebeu a urgência de fundir vários conhecimentos, oriundos de diversas áreas. Para o coordenador geral do Projeto, Apolo Heringer, “a constatação de que saúde não é uma questão basicamente médica, mas de qualidade de vida, implicando

¹ Apolo Heringer Lisboa, Antônio Leite Alves Radicchi, Antônio Thomaz da Mata Machado, Marcus Vinícius Polignano e Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro. Atualmente todos atuam se como coordenadores do Projeto, com destaque ao Professor Apolo Heringer, que, por ser o idealizador do Projeto, é até hoje considerado pela opinião pública o Coordenador Geral.

² Para Pombo (2004, p.5), a Pluridisciplinaridade, a Interdisciplinaridade e a Transdisciplinaridade devem ser pensadas como sendo termos da mesma família, diferenciando-se porém por caracterizarem estágios distintos de um “continuum que vai da coordenação à combinação e dessa para a fusão”. Na transdisciplinaridade teríamos um holismo unificador que “remeteria para qualquer coisa da ordem da fusão unificadora, solução final que, conforme as circunstâncias concretas e o campo científico de aplicação, pode ser desejável ou não”.(POMBO, 2004, p.6). Nesse sentido ,teríamos no Projeto Manuelzão a filosofia do uso da fusão de vários conhecimentos para o alcance da revitalização da bacia do Rio das Velhas.

mudanças socioambientais, conduziu-nos à busca da transdisciplinaridade e da mobilização social” (2008, p.18).

À luz dessa perspectiva transdisciplinar, o Projeto Manuelzão estruturou sua equipe. Direcionada para atuar sob cinco grandes eixos: mobilização, educação, cultura, comunicação e pesquisa, essa equipe tinha como missão reunir conhecimentos que fossem capazes não só de mudar a realidade ambiental da Bacia do Rio das Velhas, mas principalmente propiciar uma qualidade de vida melhor para aqueles que se localizam próximo a ela.

O pacto social de tornar as águas do trecho mais poluído da bacia aptas novamente ao nado, à pesca e à navegação, foi primeiramente acordado com a sociedade no dia 15 de março de 2003, ao final da celebração de uma missa, oferecida aos expedicionários num altar montado na beira do rio. Nesse momento, forma-se então o nome *Meta 2010: navegar, pescar e nadar no Rio das Velhas em sua passagem pela região metropolitana de Belo Horizonte*.

A Meta 2010 foi oficialmente apresentada ao governador Aécio Neves no dia 13 de outubro de 2003, com um desfile de carros promovido pelo Projeto Manuelzão, para comemorar o término da expedição e para entregar aos governantes de Belo Horizonte e de Minas Gerais a “Carta da Expedição Manuelzão Desce o Rio das Velhas” (Anexa). Essa carta continha não só um breve diagnóstico das condições ambientais verificadas na bacia do Rio das Velhas, como também a proposta da Meta 2010. Primeiramente, os carros pararam na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, onde os expedicionários entregaram a carta aos representantes do prefeito da época, Fernando Pimentel; em seguida, rumaram à Praça da Liberdade, onde finalmente entregaram a carta ao governador Aécio Neves.

De acordo com informações obtidas com Apolo Heringer, um dos coordenadores do Projeto Manuelzão, em janeiro de 2004, ele se reuniu com o governador Aécio, acompanhado do seu então secretário de meio ambiente, José Carlos Carvalho, para conversar sobre a Meta 2010. No dia 22 de março desse mesmo ano, durante o Fórum das Águas, que comemorava o Dia Internacional da Água, o governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves, decidiu publicamente

incorporar a Meta ao seu discurso político. Durante as comemorações, o Governador assinou um Termo de Compromisso (Anexo) que se destinava a melhorar a condição das águas do trecho mais poluídos da bacia do Rio das Velhas até o ano de 2010.

Ainda em 2004, no dia 10 de dezembro o discurso sobre a Meta foi materializado em um Plano Diretor de Recursos Hídricos³ da bacia do Rio das Velhas, por um grupo composto de profissionais de diversos órgãos estaduais e pelo projeto Manuelzão, sob a coordenação do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – CBH Velhas. O plano continha um diagnóstico que expunha as atuais condições da bacia e um rol de ações para gestão e recuperação de sua água. Ele foi aprovado após duas audiências públicas, realizadas em Belo Horizonte e Curvelo.

Em 2007, o discurso da Meta incorpora um status oficial ao se transformar em um dos 57 Projetos Estruturadores do Governo do Estado de Minas Gerais. O escopo desse projeto previa ações de saneamento, como a implantação de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), além de empreendimentos e intervenções conjuntas com prefeituras do trecho metropolitano da bacia, entre Itabirito e Jequitibá. A Meta deixa de ser um desafio nascido de um projeto de extensão para se tornar um compromisso público do governo.

Nesse momento a Meta deixou de ser algo coordenado somente por um projeto de Extensão para ser coordenado por um número maior de atores, responsáveis por acompanhar e gerenciar as informações sobre o saneamento do Velhas. Além do Projeto Manuelzão, a Meta passou a herdar como atores disseminadores de informação, a Semad (Secretaria Estadual de Meio Ambiente), o Igam (Instituto Mineiro de Gestão das Águas), a Seplag (Secretaria de Estado de Planejamento), a Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), o IMA (Instituto Mineiro de Agronomia), a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e

³ Disponível na íntegra em:

http://www.manuelzao.ufmg.br/assets/files/Textos%20mobilizacao/plano_diretor_completo.pdf

Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), iniciativas privadas e as 25 prefeituras localizadas na região da Meta.

Antes de se tornar um projeto estruturador, a Meta era comandada pelo Projeto Manuelzão, que a desenvolvia não só com o governo do Estado de Minas Gerais e suas respectivas agências, secretarias e instituições, mas, principalmente, com os núcleos constituídos por sub-bacias, fundações, institutos, comitês, escolas municipais e a sociedade civil em torno da bacia do Rio das Velhas. Noutras palavras, antes de se tornar um projeto estruturador, o Projeto Manuelzão localizava a Meta como parte do seu discurso de mobilização social em prol da revitalização de toda a bacia do Velhas.

Durante os sete anos que compreendem o período de concepção e desenvolvimento da Meta 2010, o Projeto Manuelzão tornou público o seu discurso sobre a Meta de diversas formas, via suplementos especiais, matérias em revistas, sites, cartas, boletins, informativos, vídeos e programas de rádio. Diferentemente do Projeto, até o ano de 2008, o governo não produziu nenhum tipo de informativo⁴ voltado exclusivamente para a Meta 2010. Foi somente em 2008, e mesmo assim em parceria com o Projeto Manuelzão, que o governo estadual produziu a Cartilha da Meta 2010. No primeiro semestre de 2009, o governo publicou o seu site oficial sobre a Meta 2010. Seis meses depois, o Projeto Manuelzão publicou também o seu site sobre a Meta.

Isso não significa, porém, que o Governo não realizou ao longo de quatro anos ações em prol do cumprimento da Meta. De fato, eles desenvolveram algumas ações de educação ambiental, seminários de mobilização e, principalmente, algumas obras de saneamento previstas no Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Do Rio das Velhas. Mas, seja como for, a ausência de materiais informativos sobre a Meta 2010, por parte do governo, incita alguns questionamentos no que se refere ao comprometimento do mesmo em assumir o discurso da Meta. Por que não houve nesse momento uma exposição maior dessa Meta pelo Governo? Talvez, o governador só tenha assumido de fato o discurso da Meta a partir de 2008, um ano

⁴Considera-se como informativo publicações que visam explicar ou falar exclusivamente da Meta 2010, excetuando-se leis, protocolos de intenções ou termos de compromisso.

após a consolidação do mesmo como um projeto estruturador. Uma outra reflexão que provém desse fato sobre uma possível vitória simbólica de incorporar a Meta 2010 nos discursos do governador. Ao incorporá-la, Aécio Neves, de certa forma, aceita e reproduz o discurso dos protagonistas sociais, representantes da sociedade civil.

A apropriação da Meta 2010 pelo Estado trouxe novos atores e com eles novos discursos. Não é possível levantar nesse momento da pesquisa os possíveis impactos causados pela disseminação de novos discursos. Como dito anteriormente, tanto o Projeto Manuelzão como o governo do Estado possuíam relações com públicos comuns. Para compreender o possível processo de reconfiguração discursiva, fez-se necessário fazer um reconhecimento dos atores envolvidos na questão, do tipo de relacionamento existente entre eles e, principalmente, do intercâmbio dos discursos, responsáveis pela formação e compartilhamento de significados daquilo que se pode compreender como Meta 2010.

À luz dos desafios supracitados, serão detalhadas no próximo capítulo as orientações metodológicas usadas para investigar a possível reconfiguração discursiva da Meta 2010.

3 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

3.1 Universo da pesquisa e caracterização da amostra

Como já descrito anteriormente, o universo de pesquisa foi a Meta 2010, uma proposta oriunda de representantes da sociedade civil, que se transformou em uma política pública. No âmbito da construção discursiva, é possível pensar que a Meta 2010 nasceu do discurso da sociedade civil e foi aos poucos sendo incorporada ao discurso do Governo de Minas, até se transformar oficialmente em uma política pública do Estado.

O primeiro desafio foi delimitar a amostragem de pesquisa. A Meta 2010 foi idealizada pelo Projeto Manuelzão, que representa a sociedade civil organizada em interface com uma infinidade de atores e parceiros, representantes tanto da esfera governamental quanto do setor produtivo. Para compor a amostra, recorreu-se ao momento histórico no qual o governo decidiu publicamente incorporar a Meta 2010 em seu discurso. Retomando os registros apresentados por esse estudo, esse momento representa a assinatura do termo de compromisso do Estado de Minas Gerais, que aconteceu no dia 22 de março de 2004, durante a solenidade de comemoração do Dia Internacional da Água.

O ato público, porém, não detalhava com clareza quem eram os atores envolvidos na Meta 2010, nem quais eram os papéis de cada um. Ele orientava o universo da pesquisa ,mas não apontava com precisão uma amostra. No mesmo ano em que o governo assinou o termo de compromisso do Estado com a Meta 2010, foi criado pelo mesmo uma comissão para acompanhar as ações de revitalização e melhora do Rio das Velhas, propostas pela Meta 2010. Ao consolidar tal comissão, o governo identificou um grupo de atores responsáveis por acompanhar,fiscalizar e propor ações para a consolidação das metas propostas pela Meta 2010. Além disso, ao selecionar as instituições participantes, a comissão indicava também o papel da maioria dessas.

Com base na consolidação dessa comissão, e levando em consideração toda a sua variação de atores e formatos ao longo dos anos em que a Meta 2010 foi

estudada, decidiu-se incorporá-la como uma amostragem válida para o desenvolvimento desse estudo.

3.2 Instrumentos de coleta e análise dos dados

Por se propor a analisar o processo de reconfiguração discursiva no âmbito da construção de políticas públicas, verificou-se que não seria possível desenvolver esse estudo com abordagens exclusivas de investigação quantitativa ou qualitativa. Elas por si só não abarcariam as complexidades das análises discursivas da Meta 2010.

Com base nesse desafio, a criação dos instrumentos de coletas e análise dos dados baseou-se nos conceitos da investigação avaliativa e da técnica de triangulação de métodos, apresentada pela pesquisadora Minayo (2005). A autora define investigação avaliativa como o esforço que extrapola a contraposição existente entre a objetividade das técnicas quantitativas versus a subjetividade proporcionada pelas técnicas qualitativas. Ela propõe a união dessas duas análises acrescida da compreensão das estruturas, dos processos e dos resultados das ações estudadas. Nas palavras da autora, essa compreensão passa pela:

“expressão de uma dinâmica de investigação e trabalho que integra a análise das estruturas, dos processos e dos resultados, a compreensão das relações envolvidas na implementação das ações e a visão que os atores diferenciados constroem sobre todo o projeto: seu desenvolvimento, as relações hierárquicas e técnicas(...)”

Com base na reflexão da autora, é possível pensar a triangulação de métodos como um processo de investigação que analisa concomitantemente a estrutura, os processos e os resultados apresentados pelo objeto de estudo. Do ponto de vista operacional, a triangulação de métodos pode ser didaticamente representada por alguns passos como: a formulação do objeto ou da pergunta; a elaboração dos indicadores; a escolha da bibliografia de referência e das fontes de informação; a construção dos instrumentos para a coleta das informações; a organização e a

realização do trabalho de campo; a análise das informações coletadas; a elaboração do informe final; e, por fim, a entrega, devolução e discussão com todos os atores interessados na avaliação, visando à sugestão de melhorias.

À luz de um constructo teórico, somado às noções sobre a investigação avaliativa e da técnica de triangulação de métodos, este estudo propôs o uso de duas ferramentas metodológicas: Análise de Rede Social e Análise do Discurso. Acreditou-se que a aplicação da soma dessas duas ferramentas pudesse ser capaz de sinalizar uma possível reconfiguração dos discursos que constituem a Meta 2010.

3.2.1 Constructo teórico

A construção do arcabouço teórico caracterizou o primeiro momento da pesquisa, no qual buscou-se analisar o estado da arte sobre os conceitos centrais que a permearam. Destacaram-se como conceitos centrais o processo de construção de política pública (RUA 1998, LEFF 2004, VIOLA E LEIS 1992 e VELOSO et al 2008), voltada para o meio ambiente e sua relação intrínseca com a mobilização social (TORO & WERNECK 2004, MAFRA, HENRIQUES & BRAGA 2004) e o acesso da informação/comunicação (ARAÚJO 1999 / 2001, MAFRA 2006, DOWBOR 2003, ARAÚJO 2003); o conceito de comunidade discursiva (SWALES 1990, ARAÚJO 2003), no tocante a relação existente entre discurso, poder e identidade coletiva (FOUCAULT 2004 / 1995, CASTELLS 1999, HALL 2003, MELUCCI 1996); tradições teóricas e metodológicas da Análise de Redes Sociais (RECUERO 2004, WASSERMAN & FAUST 1994, GARTON 2009, TOMAÉL e MARTELETO, 2006, MOURA & SILVA, 2008); e, por último, tradições teóricas e metodológicas da Análise do Discurso (BAUER et al 2003, ORLANDI 2007, PETRI 2006, MARTINS 2004, PÊCHEUX 1990, MAZIÈRE et MARCIONILO 2007, FOUCAULT 2004, ARAÚJO 2003, FIORINI 2006).

3.2.2 Análise de rede social

Reconhecendo a Comissão de Integração e Acompanhamento da Meta como uma Rede Social Política e tomando como referência as orientações teóricas e metodológicas expostas sobre a Análise de Redes Sociais, fez-se necessário selecionar elementos de análise que propiciassem o aparecimento de indícios capazes de responder aos questionamentos que instigaram o estudo dessa rede.

3.2.2.1 Procedimento de coleta de dados para a análise da rede política - Meta 2010

Foram usadas como corpus de identificação as Atas das reuniões realizadas de 2006 a 2009, elaboradas pelo Coordenador da Comissão, representado pela SEMAD. Cada uma das treze instituições que compõem a Comissão foi percebida como subgrupo composto por atores que constituem a rede. O objetivo dessa análise foi verificar as possíveis comunidades discursivas existentes, pontuando não só as centralidades dessas comunidades, como também os assuntos trocados entre elas.

3.2.2.2 Para identificar as relações e as centralidades

Entre os atores listados em cada Ata, buscou-se analisar o tipo de ligação que cada ator estabelece com a rede. Para classificar essa ligação como forte ou fraca, foi calculado o grau de participação de cada ator. O grau de participação foi estabelecido pela frequência da presença de cada ator nas reuniões em cada um dos quatro anos de existência dessas reuniões.

Para facilitar a visualização dessas ligações, visando facilitar também a identificação dos atores mais centrais da rede, que surgiram a partir da identificação dos laços fortes, foi criada uma legenda de atributos.

Com base no número de atas levantadas por ano, seis em 2006, 2007, 2008 e três em 2009, foi criada a seguinte legenda de atributos:

-  Para classificar atores que participaram somente de uma reunião das seis realizadas em um ano;
-  Para classificar atores que participaram de duas das três reuniões das seis realizadas em um ano;
-  Para classificar atores que participaram de quatro a seis reuniões por ano.

A fim de se criar uma identificação visual que facilite a identificação da instituição pertencente a cada ator, usou-se também como atributo o emprego de figuras geométricas distintas para separar o ator da instituição.

Para serem expostos por essa análise de rede social, cada ator presente nas reuniões recebeu uma codificação composta por letras e números. As letras indicaram a instituição a qual o ator pertence, e os números obedeceram a uma seqüência numérica simples, capaz de diferenciar os atores entre si e ao mesmo tempo representar a quantidade de participantes de cada instituição ao longo dos quatro anos de reuniões da Comissão.

3.2.2.3 Para identificar os fluxos de informações

Após a visualização dos atores centrais, buscou-se verificar os assuntos centrais. A dinâmica de identificação desses assuntos acompanhou a dinâmica usada para identificar os atores centrais. Analisou-se a frequência com que os assuntos aparecem nos quatro anos estudados. Para tanto, foi elaborada uma lista de assuntos tratados em todas as reuniões, essa lista foi dividida por ano, e, em

seguida, transformada em uma rede para que fosse facilitada a visualização dos assuntos centrais que se relacionavam com todos os anos estudados. Vale ressaltar que a seleção dos assuntos, bem como a definição dos mesmos, foi desenvolvida a partir de uma leitura técnica das atas. As definições conceituais foram trabalhadas na análise do discurso.

3.2.2.4 Para a formação e visualização das redes

Os dados levantados foram inseridos em uma matriz do programa UCINET 6 versão 6.221 (BORGATTI; EVERETT; FREEMAN, 2002). Com a ajuda do software, foram produzidas a ilustração de cinco redes, uma para cada ano estudado (de 2006 a 2009) e mais uma com os assuntos tratados nesses anos.

3.2.2.5 Procedimento de análise das redes

Para cada rede produzida, buscou-se verificar os laços existentes, os atores centrais, as entidades representadas por eles, e por fim, os assuntos tratados nessa rede em cada ano estudado, salientando os assuntos centrais.

3.2.3 Análise do discurso

A análise do discurso foi dividida em duas etapas: a análise do discurso do sujeito coletivo, identificado por meio da análise de redes sociais; e a análise do discurso público, ou dos “(..)discursos como práticas especificadas no elemento do Arquivo” (FOUCAULT 1995, p. 151). Na primeira análise, o objetivo foi investigar

como a Meta é construída discursivamente por cada ator central. Porém, como cada centralidade representa uma instituição, o objetivo da segunda etapa foi verificar como cada instituição explicita publicamente os discursos proferidos por sua referência discursiva.

3.2.3.1 Análise do discurso do sujeito coletivo

Com base nas centralidades e lideranças detectadas na análise de rede social, foi desenvolvido um roteiro de entrevista. Como a entrevista foi realizada individualmente para atores distintos, os roteiros apresentaram algumas diferenças, mas permaneceu com um mesmo eixo central de buscar os conceitos que definem a Meta 2010, a capacidade de esses conceitos permanecerem com o passar do tempo, (o que foi, o que é e o que será a Meta), os atores envolvidos e a posição política de cada ator, e, por fim, quais são os documentos que os orientam.

3.2.3.1.1 Para coleta de dados dos discursos dos sujeitos coletivos

Para conseguir apurar todos objetivos supracitados, o roteiro de entrevista contou com 12 questionamentos, conforme roteiro anexo (Apêndice).

Com base no número de perguntas, cada entrevista foi programada para durar em média 30 minutos. As entrevistas foram gravadas e depois transcritas em um arquivo de texto.

3.2.3.1.2 Para analisar os discursos dos sujeitos coletivos

Os questionamentos de número 1,2, 7,8 10 e 12 contribuem para identificar o conceito da Meta ao longo do tempo. Os de números 3, 4, 5, 6 e 11 foram destinados à investigação dos atores presentes e das suas posições políticas. E, por fim, para identificar os documentos envolvidos na construção discursiva da Meta foi aplicada a pergunta 9. Para cada entrevista, esses três elementos foram avaliados.

3.2.3.2 Análise do discurso público materializado no elemento Arquivo

3.2.3.2.1 Corpus

Para se poder enxergar possíveis reconfigurações discursivas, foi necessário buscar discursos de diferentes momentos históricos do desenvolvimento da Meta 2010. Para tanto, foram levantados os documentos sobre a Meta 2010 produzidos pelas comunidades discursivas identificadas pela construção da Rede Social. A fim de se selecionar uma amostra, foram analisados os documentos produzidos pelas comunidades discursivas identificadas em três períodos de tempo da história do surgimento e da construção social da Meta:

- De 2003 a 2005, o primeiro momento da meta e sua materialização por meio da construção do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas;
- De 2006 a 2008, o processo de transição da Meta como proposta de um projeto de extensão da UFMG para uma política pública do Estado de Minas Gerais;
- De 2009 a 2010, as possíveis reconfigurações discursivas oriundas do processo de transição supracitado.

3.2.3.2.2 Para coletar os discursos dos arquivos

A seleção dos arquivos levantados foi um grande desafio dessa pesquisa em função da escassez de documentos produzidos pelos atores governamentais, frente a enorme quantidade e diversidade de informativos publicados pelo Projeto Manuelzão. Para se criar alguma coerência para a análise de discursos, os documentos foram selecionados a partir do contexto histórico e do desenvolvimento

de ações consideradas como parte do processo de alcance da Meta. À luz dessa reflexão, segue abaixo a seleção dos arquivos, separados por ano.

De 2003 a 2005:

1. Carta da Expedição “Manuelzão Desce o Rio das Velhas”, considerada no levantamento histórico como um dos primeiros documentos da Meta 2010;
2. Termo de Compromisso do Governo do Estado de Minas Gerais, assinado em 22/02/2004, considerado como o primeiro compromisso público com a Meta 2010, assumido oficialmente pelo governador do Estado de Minas Gerais;
3. Plano Diretor de Recursos hídricos da Bacia do Rio das velhas, que simboliza a materialização do discurso da Meta em diagnóstico e ações em prol da revitalização da bacia.

De 2006 a 2008

1. Notícias sobre a inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto do Ribeirão do Onça, que simbolizam uma das primeiras grandes ações propostas pelo Plano Diretor;
2. Cartilha da Meta, desenvolvida em 2008 a partir de uma parceria entre entidades do governo e o Projeto Manuelzão. Simboliza o início da preocupação do governo em proferir discursos sobre a Meta.

De 2009 a 2010

1. Apresentação da Meta nos sites para representar o ano de 2009, ainda sob o movimento das entidades governamentais de produzir e publicar discursos sobre a Meta;
2. Notícias sobre a inauguração do tratamento secundário da Estação de Tratamento de Esgoto do Ribeirão do Onça, que é mais uma das ações propostas pelo Plano Diretor.

Excetuando a Carta da Expedição “Manuelzão Desce o Rio das Velhas” e o Termo de Compromisso, para todos os demais documentos buscou-se sempre um exemplo para cada entidade representante do sujeito coletivo identificado na Análise de Rede Social como um ator central.

3.2.3.2.3 Para analisar os discursos dos arquivos

Com base nas técnicas e teorias sistematizadas por esse estudo, foi desenvolvido um pequeno roteiro de Análise do Discurso, composto por quatro etapas:

TABELA 1

Roteiro de análise do discurso público, explicitado no elemento Arquivo

Etapas	Objetivo	Ações
Universo Discursivo	Reconhecer o momento histórico da produção do discurso	Detalhar o contexto de surgimento do discurso. Quando, por quem e por que ele foi produzido.
Objeto Discursivo	Reconhecer as características materiais do discurso	Listar as características físicas do meio pelo qual o discurso foi propagado.
Formação Discursiva	Verificar o enunciado do discurso e os conceitos que o permeiam.	Analisar e detalhar o conteúdo que classifica os sujeitos e o objeto do discurso. Analisar e detalhar o que a Meta representa e o que ela não representa.
Formação identitária e ideológica do Discurso	Reconhecer os traços da formação ideológica do discurso, os traços identitários dessa formação e as reconfigurações discursivas.	Comparar os discursos ao longo dos anos estudados. Listar as bases enunciativas de cada sujeito coletivo por meio da análise do já dito.

Fonte: Dados da presente pesquisa (2009)

3.3 Resultados esperados

A intenção de se optar por esses três métodos foi a de conseguir buscar a maior quantidade possível de informações sobre a construção discursiva da Meta 2010, a fim de verificar por meio dessa construção se houve de fato ou não uma reconfiguração discursiva dessa Meta. Se o discurso inicial sobre a Meta foi de fato alterado ou não ao transformá-la em uma política pública.

Como se pôde conferir na exposição dos procedimentos metodológicos, para desenvolvê-los, foi necessário fazer uso de um referencial teórico capaz não só de propor métodos de coleta e análise de dados como também dos conceitos centrais que fundamentam o objeto da pesquisa. No capítulo seguinte, estas teorias serão expostas com mais detalhe.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta os fundamentos teóricos que permeiam toda a pesquisa. Em comunhão aos objetivos propostos por esse estudo, dissertaremos sobre o cenário político da construção de uma política pública para o meio ambiente no âmbito internacional, nacional e estadual, sobre a ligação da consolidação dessas políticas com a mobilização social e o acesso à informação e comunicação, a forma pela qual os atores envolvidos no processo da construção dessa política se organizam discursivamente, a relação existente entre discurso, poder e identidade coletiva no processo de organização destes atores envolvidos e, por fim, sobre as tradições teóricas e metodológicas das análises de discurso e de redes sociais, expostas por esse estudo como ferramentas capazes de mapear a possível reconfiguração discursiva da Meta 2010.

4.1 Políticas públicas de meio ambiente

Entende-se pela construção de uma política pública o processo decisório compartilhado da promoção de políticas criadas pela soma das ações das entidades governamentais com as da sociedade civil. De acordo com Rua (1998), é preciso ter claro que o conceito de política pública se diferencia do conceito de decisão política. Para a pesquisadora, a decisão política “[...] consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”.(1998, p.1). Em contrapartida, política pública “[...] envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas”.(1998, p.2).

Noutras palavras, a política pública configura-se como a organização legal dos interesses da sociedade civil em prol do cumprimento de um objetivo coletivo predefinido.

Segundo Leff (2004, p. 96), a questão da problemática ambiental não pode ser tratada como algo homogêneo:

“A contaminação ambiental, a exploração excessiva dos recursos naturais e os desequilíbrios ecológicos; as crises de alimento, de energia e de recursos gerados pelos padrões dominantes da produção, distribuição e consumo de mercadorias; e os custos ambientais da concentração industrial e da aglomeração urbana, levaram já há trinta anos a estabelecer os limites da racionalidade econômica. Entretanto, a percepção da problemática ambiental não é homogênea e cobre um amplo espectro de concepções e estratégias de solução. As manifestações da crise ambiental dependem do contexto geográfico, cultural, econômico e político, das forças sociais e dos potenciais ecológicos sustentados por estratégias teóricas e produtivas diferenciadas. Neste sentido, não pode haver um discurso nem uma prática ambiental unificados.”

A questão ambiental percorre todos os setores que constituem uma sociedade. Sendo assim, só pode ser trabalhada e resolvida pelos indivíduos que compõem essa sociedade. Isso, porém, não significa que a sociedade resolverá as questões ambientais de forma homogênea. Pelo contrário, os movimentos sociais em prol do meio ambiente deverão incorporar toda a pluralidade de conhecimentos que as questões ambientais exigem. Mais do que isso, deverão trazer esses conhecimentos para que os mesmos sejam transformados em leis que garantam uma condição ambiental positiva a toda sociedade.

4.1.1 Políticas públicas Internacionais de meio ambiente

Um dos grandes marcos para a construção de uma política pública internacional para o meio ambiente foi a publicação do relatório intitulado “Limites Para o Crescimento”, fruto de uma parceria entre o Clube de Roma e o grupo de pesquisas do Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Criado em 1968 por economistas, industriais, banqueiros, chefes de Estado, líderes políticos e cientistas, o Clube de Roma tinha como objetivo reunir diversos atores para discutir o consumo, as reservas de recursos naturais não renováveis e o crescimento da população mundial até meados do século XXI. Foi com a criação do Clube que as questões sobre política, economia internacional, meio ambiente e, sobretudo, desenvolvimento sustentável deixaram de ser pautas locais para serem discutidas em âmbito internacional.

Em parceria com o grupo de pesquisas do MIT, o Clube elaborou um relatório o qual continha índices que avaliavam questões como crescimento populacional, saneamento, energia, poluição, ambiente, tecnologia, entre outras. Os índices apontavam para um cenário pouco promissor, suas análises indicavam que o Planeta Terra em breve entraria em colapso caso não conduzisse seu crescimento populacional de forma sustentável.

Esse relatório não só propiciou visibilidade ao Clube de Roma como também gerou uma polêmica mundial. Com a reprodução de mais de 30 milhões de cópias⁵, traduzidos em 30 idiomas diferentes, o relatório passou a ser pauta das discussões entre diversos países.

Com base em alguns dados levantados pelo relatório, e em atendimento a urgência que os mesmos fizeram emergir em torno da questão ambiental, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu no período de 5 a 16 de junho de 1972, em Estocolmo na Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o

⁵ Índices fornecidos pelo Capítulo Brasileiro do Clube de Roma disponível em: <http://www.clubofrome.at/brasil/organisation/index.html>

Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, conhecida também como Conferência de Estocolmo. Essa conferência foi de suma importância para a construção de uma política internacional de meio ambiente, não só por ter sido a primeira a reunir 113 países, mas também por elaborar um documento histórico⁶ composto por 26 princípios em prol da conservação do meio ambiente, e por ser palco da criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), primeira agência ambiental de âmbito internacional.

A reunião dos 113 países foi marcada pelo conflito em função de divergências com as quais cada país se posicionava frente aos problemas ambientais, e como cada um lia os índices levantados pelo relatório encomendado pelo Clube de Roma. Apesar das animosidades entre os Estados, o evento conseguiu elaborar um documento histórico, a Declaração da Conferência da ONU no Ambiente Humano. Tratava-se da materialização de compromissos em prol do meio ambiente, assinada pelos países participantes.

Infelizmente, os compromissos firmados pela Declaração não foram efetivamente cumpridos, porém, um dos principais desdobramentos da declaração fez surgir o PNUMA, que até hoje se dedica ao trabalho de ser a agência internacional “responsável por catalisar a ação internacional e nacional para a proteção do meio ambiente no contexto do desenvolvimento sustentável.”⁷

4.1.2 No Brasil

Baseado nos índices levantados pelo relatório encomendado pelo grupo de Roma, as discussões durante a Conferência de Estocolmo giraram em torno da questão do controle populacional e da necessidade de redução do crescimento econômico. Na época em que a Conferência foi realizada, o Brasil não possuía

⁶ Conhecida também como Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano, disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/estocolmo.doc> livre tradução no site

⁷ Missão retirada do site do PNUMA : http://www.onu-brasil.org.br/agencias_pnuma.php, em 25/02/2009

ainda uma política específica. Contudo, de acordo com Viola e Leis (1992) o governo brasileiro liderou 77 países (do total de 113 países) em um movimento de resistência em defesa do crescimento a qualquer custo.

Em plena era do milagre econômico⁸, o Ministro Costa Cavalcanti, na ocasião, formalizou que a posição do Brasil seria de priorizar o desenvolvimento para mais tarde pagar as custas da poluição decorrente. Na época, a visão dos 77 países que se opunham à desaceleração do crescimento econômico baseava-se na premissa de que todos tinham direito ao crescimento econômico, principalmente os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Noutras palavras, o desenvolvimento não poderia ser sacrificado por considerações ambientais.

Para tratar de questões ambientais, antes da Conferência de Estocolmo, o Brasil não possuía propriamente uma política ambiental, mas, sim, políticas que acabaram resultando nela. Não havia ainda uma ação coordenada de governo ou de uma agência ou entidade que administrasse a questão no âmbito da política pública. Os temas ambientais eram abordados por meio dos códigos e decretos, desdobrados pelo Código Civil Brasileiro de 1916, conforme alguns exemplos listados abaixo:

- Código das Águas, 1934, Dec. Lei nº 25/1937 - Estatuto protetor dos bens culturais e instituidor do tombamento.
- Código de Mineração, 1937.
- Código Penal Brasileiro, de 1940.
- O Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934, estabeleceu regras claras sobre a proteção dos animais e as normas de proteção à fauna brasileira, completadas por meio do Código de Caça - Lei nº 5.197/65.
- Decreto nº 23.793, de 1923, que estabeleceu a política de proteção da flora e o estabelecimento de áreas especialmente protegidas.

⁸De 1968 a 1973, época de grandes avanços econômicos no Brasil. Conforme Veloso et al (2008, p. 222) o milagre econômico brasileiro se deu em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano (a.a.).

As questões ambientais como política pública no Brasil surgem após a Conferência de Estocolmo, quando, em resposta às iniciativas das Nações Unidas de inserir o tema nas agendas dos governos, é criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), órgão especializado para tratar de assuntos ambientais sob a coordenação do Ministério do Interior. O modelo dessa política ambiental tinha como intuito coordenar as questões do meio ambiente sob os pilares: do controle da poluição e da criação de unidades de conservação da natureza; do crescimento populacional e do saneamento básico.

No dia 31 de agosto de 1981 promulgou-se a Lei Federal 6.938, que define a Política Nacional do Meio Ambiente. Essa nova política formava o Sistema Nacional de Meio Ambiente, composto por “órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental [...]”⁹. Nota-se, com a promulgação da lei, o movimento de descentralizar as questões ambientais, e ao mesmo tempo aproximá-las da sociedade local.

4.1.3 Em Minas Gerais

Em resposta ao movimento de descentralização da política ambiental, por meio da Lei nº 11.903, de 06 de setembro de 1995, o Estado criou a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). Essa Secretaria tinha por objetivo formular e coordenar a política estadual de proteção e conservação do meio ambiente, e de gerenciar os recursos hídricos articulando-os às políticas de gestão dos recursos ambientais, a fim de se propiciar o desenvolvimento sustentável no Estado de Minas Gerais. Para a lei, desenvolvimento sustentável era visto como a prática do Estado de “ identificar os

⁹ Conforme a [LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm), disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm

recursos naturais do Estado, com vistas à compatibilização das medidas preservacionistas e conservacionistas e à exploração racional”.

A SEMAD em sua função de coordenar as questões ambientais no Estado, passa então a integrar, por subordinação¹⁰, o Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH); e por vinculação a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), formando assim o Sistema Estadual do Meio Ambiente (Sisema).

Sob tal cenário, é possível afirmarmos que o Sistema de Meio Ambiente de Minas Gerais é composto por uma política pública. Para promulgar suas ações, o Sisema se baseia tanto nas propostas oriundas de atores do governo quanto da sociedade civil. Nesse sistema a participação da sociedade civil é representada pela constituição dos conselhos COPAM e CERH.

De tal sorte, é possível vislumbrar a importância da participação da sociedade civil na construção de tais políticas. É ela que representará com efetividade os interesses e principalmente as necessidades da sociedade frente à construção de uma política voltada para o meio ambiente.

4.2 A Importância da mobilização social para a consolidação das políticas públicas

Como alertado por Toro e Werneck (2004), é comum a mobilização social ser comparada às manifestações públicas com a presença de pessoas aglomeradas, fazendo passeatas ou algum outro tipo de manifestação em locais públicos. Os autores ressaltam que essa é uma visão estereotipada da mobilização. Para eles, a mobilização é um processo mais amplo que se destina a “convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido

¹⁰ Conforme lei 12.581, de 17 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD

também compartilhados”(2004, p.13). De tal sorte, é possível pensar na mobilização como o esforço de reunir interesses visando ações coletivas em prol de um objetivo comum.

Os objetivos dessa mobilização social podem variar de acordo com os atores que estão envolvidos. É possível presenciar mobilizações oriundas de grupos políticos, religiosos, de ambientalistas, entre outros. Isso acontece porque a “(...) mobilização social é a reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação a determinada causa de interesse público” (MAFRA, HENRIQUES & BRAGA 2004, p.36). É no sentimento compartilhado de transformação de uma certa realidade que reside o objetivo da mobilização social.

Porém, é válido ressaltar que a mobilização social não contempla somente o compartilhamento de ideologias e objetivos, a ação também é parte intrínseca desse processo. Como bem detalhado por Toro e Werneck (2004, p.13), “a mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos”.

Na fala dos autores supracitados, um fato merece relevância: a questão do tempo, representada pela busca quotidiana dos resultados. Um dos aspectos importantes da mobilização social é a sua capacidade de ser acompanhada, de tornar visível o andamento do cumprimento dos objetivos pré-estabelecidos. Dessa forma, os atores envolvidos no processo são capazes de se sentirem parte das conquistas alcançadas. Muitas vezes, alcançar tais conquistas pode simbolizar mais do que o cumprimento de algo que foi planejado, pode representar o poder dos mesmos em mudar a realidade no qual se inserem.

Num capítulo escrito para o livro de comemoração de 10 anos do Projeto Manuelzão¹¹, Sepúlveda e Procópio (2008, p. 55) expõem a ligação existente entre a mobilização social e o engajamento do sujeito para as causas cidadãs. Intitulado

¹¹ Projeto de extensão da Universidade Federal de Minas Gerais que busca a revitalização da Bacia do rio das Velhas. O projeto será mais detalhado nos capítulos decorrentes.

“Mobilização social e consolidação de práticas cidadãs”, os autores, fazendo uso de suas experiências vivenciadas, esboçam a importância da mobilização social como um mediador das ações de cidadania. Entre algumas conquistas alcançadas, os autores listam (2008, p58):

- A criação dos Comitês Manuelzão e a realização de oito encontros desses grupos, atualmente denominados Núcleos Manuelzão¹²;
- O fortalecimento da participação da sociedade civil no sistema de gerenciamento dos recursos hídricos;
- A participação na construção de políticas públicas para a gestão ambiental, propiciando a adoção de novos paradigmas, como por exemplo a Deliberação Normativa do COPAM¹³, que regulamentou as intervenções em cursos d’água.

Tomando como base as experiências registradas acima, chegamos à conclusão de que a mobilização social pode, de fato, ser um meio pelo qual o sujeito exerce sua cidadania, porém, sob esse cenário é válido ressaltar que a mobilização atua também como uma forma de levar informação ao sujeito para que esse, munido de conhecimentos, seja capaz de alterar a sua realidade. Mobilizar deve ser compreendido, então, como um *processo de compartilhamento de visões, discursos e informação* (TORO et WERNECK 2004, p.14).

4.3 A importância da informação/comunicação para a ação socioambiental

Para Araújo (1999, p.1), tanto a construção da cidadania quanto as práticas cidadãs só são possíveis se o ator social puder ter acesso ou fazer uso da

¹² Os Núcleos são compostos por organizações da sociedade civil, do poder público e da iniciativa privada, visando propiciar a participação popular na gestão das águas e no incentivo à educação ambiental. Disponível em http://www.manuelzao.ufmg.br/folder_nucleo/folder_nucleos

¹³ O mesmo Conselho Estadual de Política Ambiental que compõem o Sistema de Meio Ambiente de Minas Gerais

informação. Para a autora, “a informação é um elemento de fundamental importância, pois é por meio do intercâmbio informacional que os sujeitos sociais se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres [...]” . Nessa reflexão, é possível perceber que o processo comunicacional entre os atores é a fonte para a troca de informação, responsável por propiciar-lhes conhecimentos sobre a realidade que os rodeiam.

Ainda sob a perspectiva da autora, a capacidade dos sujeitos de alterarem suas realidades inicia-se na “prática de recepção da informação” (2001, p.5), quando o sujeito receptor da informação tem suas estruturas cognitivas alteradas em função dos novos conhecimentos adquiridos pelo processo de recepção da informação. A autora acredita que a prática de recepção da informação seja apenas um dos estágios que compõem um processo mais amplo denominado “Práticas Informacionais”. Araújo (1999) conceitua como Práticas Informacionais ações de recepção, geração e transferência de informação, que por meio do uso de canais formais, informais e semi-formais, formam “circuitos comunicacionais” presentes nas formações sociais.

A mobilização é por excelência uma manifestação social, obtida por meio de um relacionamento entre pessoas. Isso ocorre porque “a participação num processo de mobilização social é, antes de tudo, criada por uma determinada relação comunicativa estabelecida” (MAFRA 2006, p. 36). Sendo assim, o processo de mobilização que resultará numa ação não pode ser reduzida a um simples intercâmbio de informações. Nesse relacionamento construído, existem trocas simbólicas, sentimentais que ultrapassam um pouco o entendimento de que a informação pode ser comparada a um sistema linear de transferência de informações.

É possível perceber que comunicação e a informação são parte intrínseca para o processo da construção de conhecimento dos sujeitos, porém, faz-se necessário reconhecer que, apesar de ambos não conseguirem se fazer presentes um sem a presença concomitante do outro, informação e comunicação são coisas distintas. A importância dessa diferenciação é salientada pela pesquisadora Inesita Soares de Araújo (2003, p.166) ao declarar que “a noção de comunicação vem

sendo substituída pela de informação”. Ainda sob as perspectivas da autora, tal substituição compromete a compreensão dos processos sociais que fazem parte das práticas comunicacionais.

Uma das explicações possíveis para diferenciar a informação da comunicação está na síntese de Lopes et al “A informação é o conteúdo da comunicação; e a comunicação o veículo da informação”(2000, p.36). Para a autora, há entre os dois elementos um sentido de complementariedade essencial. Só haverá informação se houver meios para disseminá-la; por outro lado, só haverá comunicação se esta possuir conteúdos ou informações para serem disseminadas.

De fato a síntese da autora possui sua relevância, porém, faz-se necessário voltar aos questionamentos de Araújo (2003, p.36) não para discutir sobreposições conceituais, mas, sim, para destacar as implicações dos processos sociais existentes no processo de comunicação/informação.

Se voltarmos às experiências expostas na seção anterior na qual foi apresentada a importância da mobilização social, percebe-se que informação e comunicação são elementos indissociáveis pelos quais os sujeitos, sob processos sociais, formulam suas percepções da realidade. Ainda nesse capítulo referido, mais precisamente no listar das ações alcançadas pelos trabalhos de mobilização dos autores Sepúlveda e Procópio (2008) , percebe-se que as práticas da construção de políticas públicas só se concretizaram em função de uma mobilização social eficiente. Nesse sentido, é possível vislumbrar que a eficiência da mobilização não se resulta somente do conteúdo adequado, mas também da forma pela qual esse conteúdo foi passado para os atores envolvidos. Sob as reflexões de Dowbor (2003) “... a informação adequada, e bem distribuída, constitui simultaneamente um instrumento de cidadania e de racionalidade do desenvolvimento social.” É por meio do processo de soma da informação e comunicação adequadas, que os sujeitos são capazes de constituírem e desenvolverem sua realidade social.

Ao participar da constituição e do desenvolvimento da sua realidade social, o sujeito consegue ver-se como parte fundamental da existência dessa realidade. Ele desperta em si o sentimento de “corresponsabilidade” (HENRIQUES, 2004) pela existência daquela realidade que por ele foi construída e desenvolvida. Por sua vez,

o processo de compartilhamento do sentimento de corresponsabilidade, promovido pelos processos de informação e comunicação pode gerar o aparecimento das “*Comunidades discursivas*” (grifo nosso) ou “grupos de pessoas, organizados ou não de forma institucional, que produzem e fazem circular discursos, que neles se reconhecem e são por eles reconhecidos”. (ARAÚJO 2003, p.167).

4.4 – Conceituando Comunidade Discursiva

Sob a reflexão da autora, é possível perceber que a formação de uma comunidade discursiva se realiza em função do compartilhamento de discursos. Esses, por sua vez, são carregados de seqüências típicas de proposições responsáveis por fornecerem identidade ao grupo. Os discursos produzidos e compartilhados pela comunidade discursiva são na verdade as referências que consolidam a própria comunidade.

De forma mais detalhada, Swales (1990, p.24) propõe a identificação de uma comunidade discursiva a partir de seis características básicas:

1- Compartilhamento e publicação de metas: uma comunidade discursiva compartilha o mesmo conjunto de objetivos, que podem se apresentar por meio de documentos ou por meio do conhecimento tácito de seus integrantes;

2- Criação de mecanismos de intercomunicação entre os membros: toda comunidade discursiva possui seus mecanismos específicos para propiciar a circulação da informação entre os membros. Esses mecanismos podem ser variados como correspondência, boletins eletrônicos, reuniões, ou até mesmo uma simples conversa.;

3- Criação de mecanismos participativos para a produção de informação e feedback: a comunidade discursiva usa mecanismos para criar informações com propósitos definidos, que atendam e avaliam os objetivos compartilhados.;

4- Especificidades de gêneros: uma comunidade discursiva pode apresentar um ou mais gêneros para comunicar seus objetivos propostos. Esses gêneros

podem ser identificados pelos assuntos de discussão, pela forma, pelos elementos envolvidos e pela mensagem;

5- Especificidades lexicais: a comunidade discursiva apresenta o seu vocabulário específico;

6- Membros com alto nível de conhecimento: uma comunidade discursiva deve apresentar uma quantidade mínima de membros com nível de conhecimento adequado e relevante para manter a comunidade discursiva. A sobrevivência da comunidade discursiva se faz por meio da troca de conhecimentos entre os que possuem a *expertise* e os novatos.

O que o autor nos mostra é um pouco do jogo que se sistematiza para definir *quem* pode ser inserido ou não em um grupo discursivo. Quem pertence ou não a uma certa comunidade de discurso. O *poder fazer parte* requer o cumprimento dos seis itens supracitados pelo autor. Para que um indivíduo componha uma comunidade discursiva, é necessário que ele tenha acesso e que compartilhe os objetivos propostos pelo grupo; que ele saiba e faça parte dos mecanismos de comunicação e avaliação desses objetivos; que fale a mesma língua e com o mesmo estilo empregado pelo grupo; e que, principalmente, tenha um conhecimento mínimo sobre aquilo que é compartilhado pelo grupo.

No caso da construção de políticas públicas para o meio ambiente, a formação das comunidades discursivas apresenta uma particularidade que merece ser salientada. Quando uma política pública advém de um movimento da sociedade civil, é possível pensar que o discurso compartilhado pela comunidade representante dessa sociedade foi incorporado ao discurso do Governo, porém não se pode concluir que essa apropriação resulte em uma aglutinação das comunidades discursivas existentes, ou muito menos, que houve um acréscimo no número de membros existentes na comunidade discursiva que originou a política. Por mais que essa idéia possa parecer interessante para uma das partes exemplificadas, é comum visualizar duas comunidades discursivas, que aparentemente apresentam os mesmos objetivos, produzirem discursos completamente distintos.

No processo de formação de uma comunidade discursiva, pode ser que as duas comunidades discursivas acima apresentem de forma bem parecida o cumprimento das seis etapas propostas por Swales (1990), mas isso não significa, porém, que elas produzirão discursos parecidos. O que diferenciará a regra do jogo de quem pertence a qual comunidade será não só como cada comunidade discursiva se estrutura, mas principalmente os discursos que ela produz para classificar o seu objeto. Se o objetivo está para o compartilhamento das ações que devem ser tomadas, o objeto é a razão pela qual as ações devem ser desenvolvidas. E é nessa razão que se diferencia a comunidade discursiva. É no conjunto de significados que cada comunidade atribui para classificar discursivamente o seu objeto.

Do compartilhamento de sentidos atribuídos ao objeto de cada comunidade discursiva, pode-se consolidar o surgimento de identidades coletivas. Ao buscar reconhecer-se e ser reconhecido por meio do compartilhamento de discursos carregados de significados comuns, a comunidade discursiva consolida para si uma identidade coletiva e delimita por meio dessa o jogo de poder de quem irá compô-la.

4.5 Discurso, poder e identidade coletiva

Para Foucault (2004), discurso e poder são elementos indissociáveis. De acordo com o filósofo, todo discurso é construído sob uma estrutura de poder dominante.

“Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” (2004,p.8).

Os “procedimentos” a que o autor se refere representam a estrutura de interdições sob a qual o discurso é construído. Para o autor, o caráter aleatório do

discurso é moldado sob um conjunto de regras que o localiza em uma certa comunidade discursiva. As interdições funcionam como um tipo de “polícia” capaz de oferecer ordem ao discurso, de localizá-lo em seu lugar de direito,“(...) não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma “polícia” discursiva que devemos reativar em cada um dos nosso discursos” (FOUCAULT 2004, p.35).

Encontrar-se ou não no verdadeiro está diretamente relacionado à capacidade do discurso proferido ser reconhecido por um grupo. Não é foco desse estudo aprofundar a discussão sobre o significado daquilo que pode ou não ser considerado verdade. O que é caro para esse trabalho é a relação que Foucault faz entre verdade e pertencimento.

Quando o sujeito busca o reconhecimento do seu discurso por uma comunidade discursiva, ele não está simplesmente adaptando o seu modo de comunicação aos moldes estipulados. Ele passa a fazer parte também de um imaginário, incorpora para si a identidade coletiva da comunidade discursiva. Isso acontece porque “(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas por que, pelo o que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (2004, p.10).

Discursos sócio ambientais são alguns exemplos que exprimem um pouco mais a relação de atribuição de sentido ao discurso. Por trás do discurso sócio ambiental encontra-se a razão da sua existência, a causa da sua luta, aquilo que ele abomina, o que ele representa hoje e o que pretende representar no futuro. Esses discursos são carregados de sentidos, de tradições intelectuais que os classificam.

4.6 Identidade coletiva

4.6.1 Conceitos gerais

Em termos gerais, Castells (1999, p.22) define identidade como: “(...) fonte de significado e experiência de um povo”. O fato de um povo se organizar por um somatório de significados e experiências traz o entendimento de que a identidade não pode ser vislumbrada como algo sólido e estático, pois é parte de um processo dinâmico, fruto das interações entre os sujeitos num determinado contexto histórico.

Esse caráter processual e dinâmico de adaptação ao ambiente pode ser encontrado nos estudos de identidade de Hall (2003, p.48), nos quais o autor elucida que a constituição de identidade, seja ela individual ou de um agrupamento, não parte de “(...) coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”. Em suma, o processo da construção de uma identidade é um movimento contínuo de criação e fixação de significados.

Utilizando o mesmo entendimento processual da construção identitária, Melucci (1996, p. 70) classifica a identidade coletiva como um sistema interativo e compartilhado, produzido por um grupo de indivíduos a partir das orientações de suas ações e das características peculiares existentes no contexto em que tais ações acontecem. Pensando em dar forma ao processo da identidade coletiva, Melucci a classifica a partir de três atributos básicos: 1) a nomeação como um processo que cria significados capazes de acompanharem as variações do tempo através de suas adaptações ao ambiente ao qual está inserido; 2) a delimitação destes significados em comparação aos dos outros; e 3) a capacidade de reconhecer e ser reconhecido.

Com o intuito de aprofundar a discussão sobre os conceitos que constituem a identidade coletiva, e com base em Melucci (1996), é possível vislumbrar o processo da construção identitária por meio da compreensão de dois movimentos

fundamentais que se complementam: Adaptação/ Fixação/ Conservação e Reconhecimento/ Pertencimento.

4.6.2 Adaptação/ Fixação/ Conservação

Por mais que a construção da identidade seja algo dinâmico bem como a busca por significados seja um movimento contínuo, algo nesse dinamismo necessita de conservação. Em outras palavras, a partir de Melucci (1996, p. 71), para que um grupo tenha identidade própria, é fundamental que se estabeleçam significados os quais sejam capazes de serem conservados ao longo de um determinado período de tempo. A demanda pela permanência dos sentidos compartilhados faz com que o processo da construção identitária seja algo que apresente limites e diferenciações. Vale notar que esse processo de delimitação muitas vezes é gradativo, não sendo imediatamente visível.

É possível considerar que uma certa permanência e estabilidade dos sentidos sobre o tempo gerem uma tensão em função do aspecto dinâmico pelo qual se constitui o processo de criação da identidade coletiva. Entretanto, tal tensão torna-se essencial na definição de limites e na busca de uma essência do significado, que seja capaz de permanecer e ser reconhecida pelo grupo. Apresenta-se então o conflito, citado por Canclini (1999, p. 247) como: “crise generalizada das concepções ontológico-fundamentalistas da identidade”.

De forma mais específica, o conflito torna-se algo prejudicial no processo de construção da identidade coletiva quando, da tensão, os sujeitos não forem capazes de optar por determinados elementos sobre os quais se identifiquem como um grupo. Dito de outra maneira, se há muitos conflitos na construção das marcas e significados de forma que os mesmos não adquiram relativa estabilidade, conseqüentemente, haverá dificuldades no processo de reconhecimento entre os sujeitos que constituíram determinado agrupamento. Desse modo, se não houver limites para definir as marcas e significados, esses não serão capazes de permanecerem nem tampouco serem reconhecidos pelo grupo.

4.6.3 Reconhecimento / Pertencimento

Se o processo de adaptação/ fixação/ conservação cuida de aglutinar e construir significados que constituam a identidade de uma determinada coletividade, o momento do reconhecimento, quase que concomitante ao anterior, é fundamental no sentido de promover nos sujeitos a identificação de tais significados. Porém, o processo de reconhecimento dos sujeitos passa também pela identificação do que eles não representam.

Em termos gerais, só distingue-se algo porque existe o outro para classificá-lo. Hall (2003, p. 40) ilustra muito bem esse processo em suas afirmações: “Nós sabemos o que é a “noite” porque ela *não* é “dia”.(...) “Eu sei quem eu sou em relação com o outro”. Em suma, para classificar o que é algo, precisa-se antes saber através da comparação com os demais, o que ele não é. ¹⁴.

A idéia de reconhecer-se pelas características semelhantes que se destingem por suas respectivas negações remete à noção de unidade, de conjunto. É nesse conjunto que se manifesta a noção de pertencimento. Trata-se de uma construção coletiva na qual indivíduos se reconhecem e passam a pertencer, a tomar parte de um grupo. Nesse sentido, tal união tenderá a representar a fonte de significados que resultará em uma identidade específica.

No tocante às formações das comunidades discursivas os indivíduos exercem uma participação ativa no processo de criação da identidade coletiva, pode-se dizer que uma Comunidade Discursiva é composta não só de *indivíduos*, mas sim de *atores*. Castells (1999, p. 23) reconhece também esse processo de interação ao refletir que: “Identidades por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e construídas por meio de um processo de individuação”. Aqui, certifica-se a importância dos atores para o processo da

¹⁴ Sobre este processo de negação e afirmação encontra-se grande desenvolvimento nos fundamentos teóricos do psicanalista Jacques Lacan (1901 – 1980)

construção identitária coletiva, como agentes primordiais que criam e são ao mesmo tempo influenciados por esse processo em um movimento dinâmico e contínuo.

É assim que o movimento da união de um grupo pela identificação de marcas e significados resulta em um fortalecimento identitário. Ao se reconhecer por meio daquilo que é capaz de uni-lo e daquilo que é capaz de separá-lo, o grupo faz o exercício de se afirmar, e é essa afirmação que tende a ser capaz de legitimar sua identidade com o passar do tempo. Melucci (1996, p. 75) expõe que o processo de fixação das marcas e dos significados na construção da identidade coletiva está associado à capacidade de produzir novos significados para integrar, ao passado, os elementos emergentes do presente.

Nesse contexto, pode-se analisar que, mesmo sendo um processo dinâmico, a construção das marcas e dos significados identitários deve produzir algo que permaneça, algo que foi resgatado do passado, que fixe o suficiente para acompanhar o decorrer do tempo. Não como algo estático, mas que possua essência suficientemente capaz de acompanhar as mudanças sem perder o caráter coletivo. Sendo assim, será o tempo, associado a essa capacidade de adaptação, que legitimará a identidade coletiva.

De forma sintética, o processo de construção da identidade coletiva, constitui-se a partir de três elementos que se interagem e complementam para a consolidação desse processo: o *contexto* relacionado ao cenário histórico e todas as suas variações de tempo; os *atores* responsáveis por criar, disseminar e afirmar as identidades coletivas; e o *compartilhamento de discursos*, que darão corpo à identidade por ser na verdade um conjunto de significados.

4.7 Em busca da reconfiguração discursiva

4.7.1 O Discurso sob análise

A análise do discurso é uma prática que se apresenta como entremeio de diversas áreas do conhecimento como a Psicanálise, a História, a Linguística, a Ciência Política, a Ciência da Informação, entre outros campos do conhecimento que buscam compreender um pouco mais o processo da formação do discurso como prática social de construção de sentidos. “Embora existam provavelmente ao menos 57 variedades de análise de discurso, um modo de conseguir dar conta das diferenças entre elas é pensar em tradições teóricas amplas” (BAUER et al 2003, pg 246).

4.7.1.1 Tradições teóricas

Para alguns pesquisadores estudados (ORLANDI 2005, PETRI 2006, MARTINS 2004) o cenário histórico de surgimento da Análise de Discurso refere-se à intelectualidade da França da década de sessenta do século passado. Era um momento em que a comunidade intelectual da França vivenciava o Estruturalismo. Nomes como Ferdinand Saussure, Jacques Lacan e Michel Foucault surgiram como cientistas que colocavam em prática a teoria estrutural. Esses autores buscavam representar a realidade social por meio da investigação de produção e reprodução de significados dentro de uma cultura. Para eles, a realidade social é composta por fenômenos e atividades que se organizam como sistemas de significação dos significados. Os estruturalistas investigavam, em atividades diversas, como rituais de convivência, rituais religiosos, jogos, textos literários e não-literários dentre outras manifestações, indícios da organização das estruturas pelas quais o significado é produzido e reproduzido em uma sociedade.

Para os pesquisadores Orlandi (2005, p.10), Petri (2006, p.2) e Magalhães (2008, pg 552), o mérito de fundador da linha francesa de Análise do Discurso deve ser dado ao filósofo Michel Pêcheux. Foi ele o responsável por consolidar a “escola”¹⁵ (ORLANDI 2003, p.3) francesa de Análise do Discurso (AD). Por ter nascido sob a égide do Estruturalismo, para Pêcheux, a AD não poderia ser reduzida a materialidade lingüística, ela por si só não seria capaz de abarcar a complexidade das formações discursivas. Relembrado alguns de seus parceiros estruturalistas Pêcheux sintetiza:

“A evocação de alguns nomes próprios (Saussure, Wittgenstein, Althusser, Foucault, Lacan...) ou a menção a campos do real (a história, a língua, o inconsciente...) não são suficientes para caracterizar uma posição de trabalho...Não serei eu obrigado a começar por uma série de ‘chamadas’ incidindo sobre pontos de definição que nada prova que não vão funcionar senão como signos opacos, fetiches teóricos?” (PÊCHEUX 1990, p.18)

Como apontado por Pêcheux, a lingüística pode nomear a posição de trabalho, mas ela por si só não dará conta de explicar os sentidos que classificam cada posição de trabalho. A informação que não se mostra evidente nas formações discursivas se desloca em parte do campo real de análise da língua. Para o autor, “o sistema da língua é o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para o que dispõe de um conhecimento dado e para o que não dispõe” (PÊCHEUX, 1997, p.91).

A ideologia de Pêcheux pode ser representada não somente por uma ruptura do pensar científico da época, mas principalmente pelo seu conteúdo político. Como bem percebido por Fairclough (2001, p.51), Pêcheux faz uso do discurso político escrito como corpus para desenvolver a AD sob uma abordagem crítica, capaz de mesclar a teoria social do discurso com a análise textual. A política que permeava as análises do filósofo fundamentava-se na ideologia marxista revisitada por outro filósofo francês, Louis Althusser (1918-1990).

¹⁵ Para a autora, o termo “Escola” de análise de discurso francesa, que poderia ser americana etc, refere-se ao poder de palavra e de saber desigualmente distribuídos.

Como um dos principais estruturalistas da época, e comunista por escolha, Althusser criticava a teoria marxista no tocante a sua perspectiva de olhar para o Estado somente como um aparelho opressor da sociedade, como um meio pelo qual a cultura da mais-valia era fomentada. Para o filósofo, o Estado assume na verdade um papel mais estratégico de ser representado não só por um aparelho, mas por vários Aparelhos Ideológicos de Estados (AIEs). Suas ideologias passam a ser organizadas, institucionalizadas e disseminadas por entidades como a escola, a igreja, a família, entre outras, que se prestam ao papel de designar realidades e formar “posições de sujeito”. Os AIEs não impõem à sociedade sua ideologia, mas apresentam-na como algo compartilhado, construído por e para um dado grupo social:

“(...) a ideologia funciona pela constituição (‘interpelação’) das pessoas em sujeitos sociais e sua fixação em ‘posições’ de sujeito, enquanto ao mesmo tempo lhes dá a ilusão de serem agentes livres” (FAIRCLOUGH 2001, p.52)

Sob tal cenário, Pêcheux percebeu que a linguagem se constituía como um dos principais agentes de disseminação dos Aparelhos Ideológicos do Estado; inconscientemente os sujeitos tendiam a acreditar que os discursos ideológicos eram promovidos por eles, quando na verdade, os sujeitos apenas representavam um discurso institucionalizado pelo Estado. De fato, não se pretende com esse estudo simplificar a complexidade do raciocínio de Pêcheux. Para o filósofo, o sujeito não é um ser inerte incapaz de reagir ao discurso dominante do Estado. Ele pode negar um discurso ou modificá-lo, produzindo assim um novo discurso ou um metadiscurso.

Para Foucault (2004) esse metadiscurso representa a capacidade hermenêutica do sujeito que transformará em seu interior o discurso concebido. Assim como Pêcheux, Foucault considera a lingüística como um meio pelo qual as formações discursivas (ou FDs) são produzidas e disseminadas sob um jogo perigoso de poder e saber. Como resumido por Mazière e Marcionilo, a grande contribuição de Foucault para a análise do discurso foi perceber que

“ todo discurso dominado é tecido de discursos dominantes integrados a ele, que as fronteiras discursivas não são assinaláveis, que o saber anterior se inscreve na construção de um conhecimento e é determinado por meio de formas lingüísticas.” (MAZIÈRE et MARCIONILO 2007, p. 61).

A partir da reflexão dos autores sobre definições de discurso de Foucault, é possível chegar a três reflexões: a primeira, que todo discurso é parte de discursos dominantes, a segunda, que os discursos possuem entre si fronteiras que nem sempre são aparentes, e, por último, que o reconhecimento do discurso se faz por meio de um conhecimento prévio, disseminado pelo compartilhamento de formas lingüísticas equivalentes.

A retórica francesa do surgimento da Análise de Discurso legou um sentido crítico ao processo de análise. O discurso não é visto só como uma manifestação da lingüística, ele é visto como um meio de formação de sentidos, como um processo de construção do poder, da ideologia e da identidade. Mais especificamente, a Análise de Discurso põe em evidência a relação existente entre “língua/sujeito/história ou, mais propriamente, sobre a relação língua/ideologia,”(ORLANDI 2003, p.2).

4.7.1.2 A construção do corpus da análise do discurso

Define-se por corpus a “construção de um dispositivo de observação apto a revelar, a permitir apreender o objeto do discurso que ele se dá por tarefa interpretar.” (MAZIÈRE et MARCIONILO 2007, p. 15). Definir um corpo de análise para o discurso é um desafio tomado por diversos pesquisadores. O grau do desafio será diretamente proporcional à natureza do material estudado e o objetivo da análise. Quando um pesquisador se propõe a fazer uma análise de discurso, ele faz uso de dois dispositivos: o dispositivo teórico e o dispositivo analítico. De acordo com Orlandi (2007, p.27), o dispositivo teórico abarca os princípios gerais da Análise de Discurso, seus conceitos e métodos. Num movimento de complementaridade, o dispositivo teórico é internalizado pelo analista que cria para si um dispositivo analítico a fim de adequar as teorias apreendidas na solução do problema proposto pelo analista. O que classificará cada dispositivo analítico será não só o problema

posto pelo analista, mas principalmente, a natureza do material estudado e a finalidade da análise.

No âmbito da construção de dispositivos teóricos, Foucault (2004, p.51) recomenda o reconhecimento de quatro princípios básicos para analisar um discurso: 1º-Princípio da inversão; 2º- Princípio da descontinuidade; 3º- Princípio da especificidade; 4º- Princípio da exterioridade. De acordo com o filósofo, o primeiro princípio reside na capacidade do analista em perceber o que o discurso é por meio daquilo que ele não é. É compreender “o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação”(2004, p.52). O segundo princípio refere-se ao caráter descontínuo dos discursos, é perceber que “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”(2004, p.52). O terceiro faz um alerta à vontade de se reduzir o discurso a um “jogo de significações prévias”. Para o autor, o discurso deve ser visto como uma prática invasiva à realidade, e é por meio do reconhecimento dessa prática que “os acontecimentos dos discursos encontram o princípio da regularidade.”(2004, p.53) . O último princípio refere-se à capacidade do discurso em gerar condições de possibilidades. Para Foucault, o discurso não deve ser analisado a partir do seu núcleo de significação, mas sim por meio das condições externas que possibilitam sua existência.

Para analisar o discurso, Foucault apresenta a formação de um corpus a partir da conceitualização do discurso. Porém, a construção desse corpus pode se iniciar de outros lugares além da conceitualização de Foucault. Um desses é o cumprimento das etapas que fazem parte do processo de transformação do texto em discurso. Para Orlandi (2007, p.77), esse processo de transformação pode ser estudado a partir do cumprimento de três grandes etapas. A primeira se relaciona com o contato do analista com o texto e sua busca em localizar nesse texto sua discursividade. É nessa etapa que o pesquisador constrói o seu objeto discursivo. É a partir do objeto discursivo que se configura a segunda etapa da análise. Nessa etapa o analista “procura relacionar as formações discursivas distintas – que podem ter-se delineado no jogo de sentidos observado pela análise do processo de significação”. O mapeamento dessas formações discursivas culminará no reconhecimento da formação ideológica, a qual caracteriza a terceira e última etapa.

Texto (discurso) => Objeto discursivo => Formação Discursiva => Processo Discursivo => Formação Ideológica.

Um outro lugar possível de se iniciar a construção do corpus da AD é do desenvolvimento das atividades do analista de discurso. Nesse sentido, Bauer et al (2003, pg 250) afirmam que o analista de discurso precisa percorrer cinco grandes etapas. A primeira etapa relaciona-se com as perguntas, com o que deve ser analisado, que para o analista deve girar em torno da realidade pensada por trás do discurso. A segunda é a transcrição em caso de entrevistas, é transcrever da forma mais detalhada possível o discurso do entrevistado. A terceira etapa refere-se à postura do analista, que deve assumir uma mentalidade analítica cética. A análise de discurso põe em questionamento os pressupostos do analista e a maneira pela qual o mesmo constitui sentido às coisas. A quarta fase representa a necessidade do analista em se fazer um estudo profundo nos materiais levantados. É preciso ler e reler o material para garantir uma codificação rica. A última etapa representa a própria análise do discurso posterior à codificação: trata-se da produção de leituras de textos e contextos, garantidas por uma atenção cuidadosa aos detalhes que promovem coerência ao discurso estudado.

Independente do lugar escolhido para a construção do corpus, algumas noções são comuns e devem ser consideradas. A primeira noção refere-se ao caráter de construção do discurso. Um discurso não é algo que surge aleatoriamente, ele é produzido. Falar da produção de um discurso significa incluir no ato da comunicação as condições pelas quais esse discurso foi edificado. A mesma noção de construção se estende à seleção do próprio corpus. Não há uma orientação específica para seleção de um corpo de análise, mas existe o corpus adequado à finalidade da análise e aos documentos de análise selecionados.

Na análise do discurso, ele não deve ser adaptado a um corpus a lógica deve ser inversa, o corpus deve se adaptar ao discurso conforme o objetivo de análise, e os documentos pré-definidos pelo analista. Como processo de construção de análise, o corpus deverá representar um retrato, uma imagem construída por um sujeito num determinado momento, sob determinadas condições. “Dessa forma, o corpus,

transformado em rede de memória”, se transforma uma espécie de “dicionário discursivo” que integra continuamente o efeito das aberturas, reconfigurações, mudanças de estado do corpus ao longo da análise” (MAZIÈRE 2007, p. 60).

Para se alcançar objetivos propostos por essa pesquisa, de reconhecer uma possível reconfiguração discursiva no processo de transformação da Meta 2010 em uma política pública, é preciso pensar em um corpus que seja capaz de incorporar o período de tempo no qual essa transformação aconteceu. Nesse aspecto, é preciso buscar os discursos dos momentos de criação, de transição e de transformação da Meta. Pensar a Meta 2010 discursivamente, é pensá-la como conceito criado, compartilhado e disseminado pelas comunidades discursivas envolvidas no processo.

4.7.1.2.1 Construção de dispositivos analíticos - Unidades do discurso

Das definições sobre discurso e sobre a Análise do Discurso, expostas até aqui por esse estudo, é possível elencar dois elementos fundamentais: os sujeitos e o contexto no qual o discurso foi construído. Os sujeitos são aqueles que produzem o discurso, e podem ser representados tanto por uma figura humana quanto por uma entidade. O contexto pode se referir tanto às condições imediatas do momento em que o discurso foi produzido, quanto a aspectos sócio culturais ou sócio-históricos, e ideológicos da produção. Além dessas duas condições básicas para a produção do discurso, Orlandi (2007, p.31) atribui mais um elemento, a memória. Para a autora, trata-se de uma memória discursiva, do “já dito”, do reconhecimento do discurso, “(...) dos sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos(...)”. Retomando o conceito do processo de construção das identidades coletivas, é relevante pensar que as memórias discursivas fomentam o sentimento de pertencimento por criarem uma atmosfera de reconhecimento do discurso. Ao propiciarem esse movimento de reconhecimento e pertencimento, os sujeitos consolidam para si uma identidade discursiva coletiva, ou melhor, uma comunidade discursiva dotada de uma identidade coletiva.

Para Foucault (2004), o “não dito” é mais relevante que o “já dito”. De acordo com o filósofo, o grande desafio de se analisar o discurso está na capacidade de poder enxergar o processo, não aparente, de construção daquilo que foi dito. A compreensão desse processo requer a compreensão de duas unidades básicas do discurso: o enunciado e o arquivo. O enunciado é “(...) uma *função* que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.” (1995, p. 99). Unidades essas que fornecem sentido ao discurso. Porém, não se trata de unidades isoladas, mas sim de unidades que se relacionam entre si, sob um complexo contexto “(...) - real ou verbal -, isto é, do conjunto dos elementos de situação ou de linguagem que motiva uma formulação e lhe determina um sentido” (1995, p. 112). Apoiado na percepção de que o discurso é um conjunto de enunciados oriundos de uma mesma formação discursiva, e que a definição do seu domínio é baseada em um número limitado de enunciado, Michel Foucault (1995,p.135) nos alerta para o risco que corremos em considerar o enunciado como a menor unidade do discurso. Como função, o enunciado carrega em si unidades de sentidos que por sua vez advêm de um conjunto de signos que permitem o discurso:

“(...) ser algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado por um ser humano; modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível.”(p. 122)”

Por mais polifônico que um discurso possa se apresentar, existe algo que o classifica como único e que o difere de outros discursos. Foucault chamará esse algo de *base enunciativa*. Para o autor, essas bases são compostas de *regularidades* (1995, p.135) ou de um número limitado de enunciados que localizam o discurso em um domínio discursivo específico. Nas palavras do autor, por mais que um discurso seja alvo de infinitos sentidos e construções possíveis, existe “uma base enunciativa que permanece idêntica” (1995, p. 127).

Os acontecimentos singulares que compõem as bases enunciativas fornecem ao discurso a capacidade de classificá-lo, por exemplo, como algo pertinente a uma comunidade discursiva. À luz de tal reflexão é possível vislumbrar uma ligação entre

comunidade discursiva, identidade coletiva, e bases enunciativas. Se retomarmos o conceito de comunidade discursiva (ARAÚJO 2003, p.167) como um agrupamento de pessoas que, por meio do compartilhamento de discursos comuns, consolidam para si uma identidade coletiva e somam-no ao conceito da construção da identidade coletiva como um processo de interação entre três elementos – o cenário, os atores e o compartilhamento de discursos – é possível pensar que as bases enunciativas, de certa forma, contribuem para a formação do compartilhamento de discursos. É nas bases enunciativas das formações discursivas, compartilhadas por uma comunidade discursiva, que reside em parte o processo de consolidação da identidade coletiva dessa comunidade.

Se o enunciado representa o conteúdo das formações discursivas, “O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento de enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT 1995, p. 149), pode-se então definir que o arquivo não é somente uma representação física dos discursos, mas incorpora também em si todo o processo de enunciados que transformaram o discurso em algo verdadeiro¹⁶. Esse processo, para Foucault, é denominado sistema, “É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados” (1995, p. 150). Sob as reflexões do filósofo, um arquivo pode ser um texto, um filme, uma ação ou qualquer outra manifestação que materialize o discurso. Para esse estudo o “texto é considerado aqui como uma dimensão do discurso: o ‘produto’ escrito ou falado do processo de produção textual.” (FAIRCLOUGH et MAGALHÃES 2001). Assim como o arquivo, o texto compõe as formações discursivas e as classifica como sendo de um determinado domínio.

Sob uma perspectiva menos discursiva e mais operacional, Bauer et al (2003, pg 198) separam o físico do subjetivo para atribuir quatro tipos de unidades de amostragem e registro do discurso : 1) Unidade Física, representada pelos livros, os programas de televisão, a revista, entre outros; 2) Unidade Sintática, representada

¹⁶Para o ator, a verdade representa um sistema de procedimentos para a produção, ordenação e distribuição de enunciados. O discurso verdadeiro é aquele que corresponde a um domínio específico.

pela parte de uma unidade física, capítulos de um livro, título de uma obra, frases de um jornal, cenas de um filme, e assim por diante; 3) Unidades Proposicionais, que referem-se ao mapeamento da lógica aparente na desconstrução do texto em sujeito, verbo e objeto. Pode-se fazer uso de alguns softwares existentes que conseguem transformar as desconstruções de frase em núcleos proposicionais; 4) Unidades Temáticas ou Semânticas, que se referem à lógica do pesquisador no julgo das unidades de análise. Como vimos anteriormente, normalmente, para classificar e ordenar as unidades de análise, o pesquisador se respalda em fundamentos teóricos.

As unidades propostas pelos pesquisadores expõem um caminho de análise muito próximo ao usado pela lingüística. Existe uma preocupação com a estrutura no qual o texto foi organizado. Relendo a quarta unidade é possível ver a intenção de se desvendar uma lógica da construção do discurso por meio da fragmentação de uma oração. Mas será que a técnica de separar da oração o sujeito, o verbo e o objeto, é capaz de sinalizar, por exemplo, a intenção ideológica que está no não dito das palavras? Ou melhor, será que por meio dessa fragmentação eu consigo identificar traços identitários capazes de criar no discurso características de pertencimento a uma certa comunidade discursiva? Para se ter uma pista mais detalhada sobre esse processo de identificação, é preciso um olhar mais apurado sobre o sujeito da oração. É preciso compreender quem é esse sujeito, qual é a posição política que ele ocupa, e principalmente para quem ele fala.

Nessa mesma linha de raciocínio, Fiorini (2006, p.55) acrescentou mais dois elementos para se analisar o discurso. De acordo com o autor, além da Enunciação (conteúdo) e do Enunciado (texto), é preciso investigar também o Enunciador (quem profere) e o Enunciatário (para quem se profere). Como vimos anteriormente, o discurso faz parte de uma construção, então, para compreendê-lo, além de verificar a forma pela qual ele foi organizado, é preciso verificar quem o produziu, sob quais circunstâncias e para quem o direcionou.

4.7.1.3 Estilos discursivos – O reconhecimento da presença de gêneros

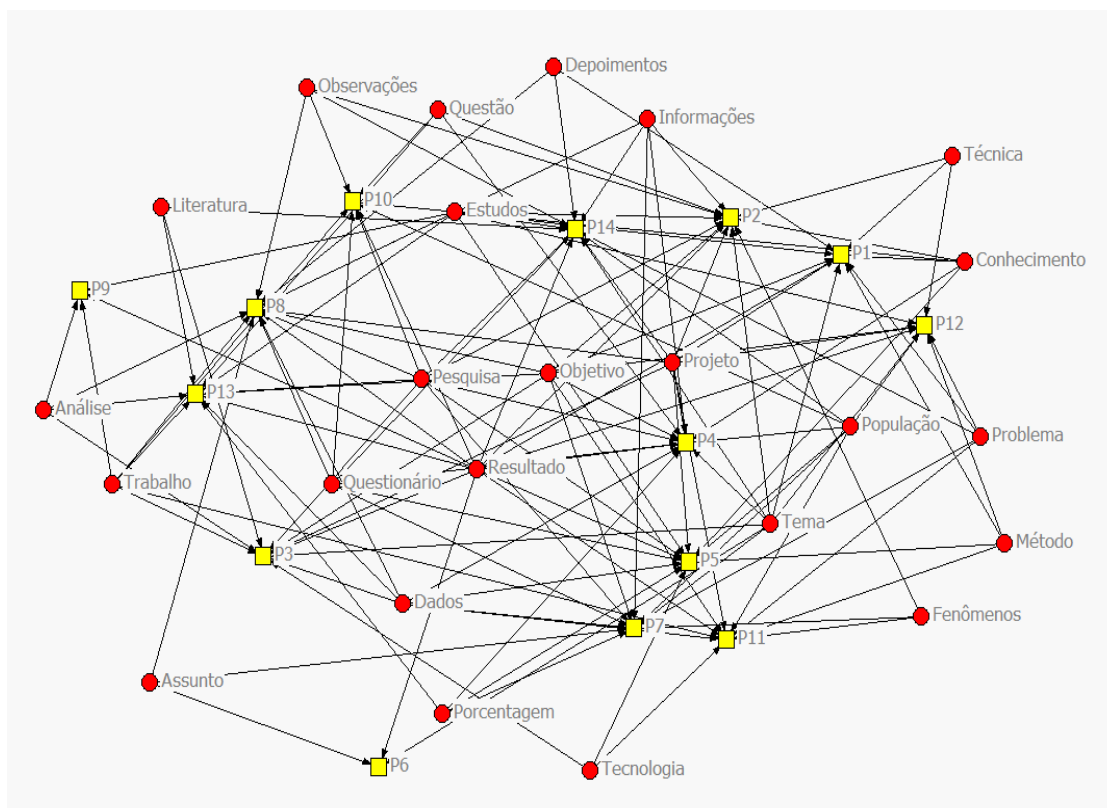
Retomando os conceitos de Foucault (2004), em cada discurso permeia uma instituição que o orienta e o classifica. Todo discurso carrega em si, potencialmente, uma classificação, que pode ser reconhecida ou não por uma certa coletividade. Essa classificação será dada a partir da leitura e do reconhecimento de traços comuns. Quando esses traços são apropriados e compartilhados por diversas comunidades discursivas, sob uma regularidade considerável, tem-se então um gênero discursivo. O conceito de gênero discursivo foi desenvolvido por Bakhtin (1986) em seu livro “Speech Genres”. Para o autor (1986, p.60), os gêneros são construídos a partir das diferentes atividades humanas que produzem para si diferentes discursos. A capacidade de classificar esses discursos estará diretamente ligada à capacidade de reconhecer três elementos que os compõem: o conteúdo temático, o estilo, e a estrutura composicional. Esses elementos são indissociáveis e variarão conforme cada atividade humana.

Mais do que simplesmente classificar os conteúdos que compõem um discurso, um gênero constitui uma classe de eventos comunicativos. Esses eventos configuram-se como um “jogo de propósitos comunicativos”(SWALLES 1990, p. 58) no qual os membros considerados como “peritos” influenciam a escolha de limitações do conteúdo e do estilo dos discursos que podem fazer parte das comunidades discursivas nas quais eles se inserem. A presença do perito é algo que merece uma reflexão. Cada gênero possui peritos que mantêm a ordem do conteúdo, do estilo e da estrutura de cada discurso. De certa forma, são eles os responsáveis por manter a identidade compartilhada pelo gênero. O gênero nomeia e cria sentidos para o discurso, que por sua vez será herdado, produzido e importado pelas comunidades de discurso.

Se o gênero é construído a partir do desenvolvimento de atividades humanas e o que o diferenciara será a forma pela qual os discursos que compõem essas atividades se organizam, é relevante pensar que em um mesmo gênero discursivo existam comunidades discursivas distintas, produzindo discursos completamente

diferentes entre si. Um bom exemplo são as comunidades discursivas oriundas do gênero acadêmico. Em sua tese, Fialho (2009, p.142), fazendo uso da técnica de Análise de Redes Sociais, buscou construir a representação da discursividade científica no vocabulário encontrado nos trabalhos dos 14 pesquisadores analisados:

FIGURA 1: Pesquisadores e conceitos mais recorrentes



fonte: (FIALHO 2009, p.144)

A rede semântica desenhada pela pesquisadora apontou a existência de um perfil discursivo científico, composto pela incidência recorrente e compartilhada de alguns conceitos como: análise, assunto, conhecimento, dados, depoimentos, estudos, fenômenos, informações, literatura, método, objetivo, observações, pesquisa, população, porcentagem, problema, projeto, questão, questionário, resultado, técnica, tecnologia, tema e trabalho.

Essa pesquisa objetivava estudar especificamente o discurso dos pesquisadores vencedores do prêmio Jovem Cientista¹⁷. De fato, esses assuntos se mostram recorrentes nos discursos do gênero acadêmico, mas isso não significa que toda a comunidade discursiva inserida em um ambiente acadêmico terá que, necessariamente, incorporar todos esses conceitos em seus discursos. Algumas podem se apropriar mais de um conceito e desprezar outros, outras podem inserir conceitos novos além dos já existentes, enfim, cada comunidade discursiva construirá dentro do seu gênero a relação de conceitos que as fará se reconhecer como uma comunidade discursiva. Para ilustrar esse raciocínio, pode-se buscar como exemplo as escolas que compõem a Universidade Federal de Minas Gerais. Todas as escolas produzem atividades acadêmicas semelhantes, mas falam de temas diferentes, que são expostos sob uma forma e um estilo também diferentes. Indo um pouco mais adiante, é possível presenciar dentro de uma mesma escola uma polifonia discursiva que, às vezes, se encontra ordenada por linhas de pesquisa.

Abarcar comunidades discursivas distintas não é exclusividade do gênero acadêmico. O gênero que classifica o discurso como político pode ilustrar essa percepção. Seguindo a mesma lógica usada para entender o gênero acadêmico, pode-se dizer que um governo municipal é composto por diversas instâncias governamentais, como secretarias, agências, conselhos, entre outras. Em cada uma dessas instâncias pode-se manifestar comunidades discursivas distintas que carregarão em seu discurso, por exemplo, conceitos diferentes sobre governabilidade política. Isso acontece porque a produção de sentidos desses discursos “é uma questão de interação e é, portanto, segundo os modos de interação e a identidade dos participantes implicados que se elabora o pensamento político” (CHARAUDEAU 2006, p.40)

Ainda sob as reflexões do autor, o pensamento político pode ser fabricado por três tipos de discursos distintos: o discurso ideológico, usado como ferramenta “que

¹⁷ “O Prêmio Jovem Cientista é uma parceria entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Gerdau, a Fundação Roberto Marinho (FRM) e tem como objetivos estimular a pesquisa, revelar talentos e investir em estudantes e profissionais que procuram alternativas para os problemas brasileiros.” Disponível em: <http://www.jovemcientista.cnpq.br/>

procura fundar um ideal político em função de certos princípios que devem servir de referência para a construção das opiniões e posicionamentos.”; o discurso da ação comunicativa, propagado pelos atores envolvidos em uma cena de comunicação política, “estruturam parcialmente a ação política” como comícios, debates, marchas, declarações em programas de televisivos, entre outros; e por último, o discurso “comentário” referente àquele que é produzido para se pensar que há um posicionamento político por trás do que é dito. Como o próprio nome sugere, esse discurso é produzido “fora do campo da ação política”, é o discurso político observado, deduzido e interpretado (CHARAUDEAU 2006, p.40).

Somando esses três conceitos da formação do gênero do discurso político aos de comunidades discursivas e identidade coletiva, é relevante pensar que esse três tipos de discursos encontram-se sob o mesmo gênero político, porém cada um dos três produzirá e atrairá para si comunidades discursivas distintas desenvolvendo para si identidades coletivas igualmente distintas.

Mas, e quando a atividade humana desenvolvida incorpora discursos de diversos gêneros? A Meta 2010 é um excelente exemplo dessa possibilidade. Mesmo se transformando em uma política pública, a Meta 2010 continuou presente nos discursos do Projeto Manuelzão que se configura tanto como um projeto de extensão da Universidade Federal, quanto um representante da sociedade civil organizada. Pode ser que por meio do levantamento dos discursos produzidos por cada comunidade discursiva envolvida, seja possível verificar alguns traços do gênero acadêmico ou do gênero político, mas em qual gênero o discurso direcionado para a sociedade civil se encaixaria? É possível pensar na existência de um gênero específico?

Talvez, a resposta esteja na capacidade de não só reconhecer a existência de gêneros, mas também de levar em consideração a noção do “discurso do sujeito coletivo”, (LEFEVRE et LEFEVRE 2003) de buscar compreender a existência de:

“(...) um eu sintático que, ao mesmo tempo em que sinaliza a presença de um sujeito individual do discurso, expressa uma referência coletiva na medida em que esse eu fala pela ou em nome de uma coletividade. Esse discurso coletivo expressa um sujeito coletivo, que viabiliza um pensamento social.” (LEFEVRE et LEFEVRE 2003, p.16)

Esse pensamento social, por sua vez, pode ser compartilhado por alguns e excluído por outros. Pode ser capaz de criar em si a capacidade de reconhecer e ser reconhecido por outros sujeitos sociais. Pensar num discurso oriundo de um sujeito social é pensar na formação de um discurso que representa uma certa coletividade, mas que não precisa necessariamente representar um único gênero discursivo.

4.7.2 Delimitação das comunidades discursivas da Meta 2010 - Análise de rede social

Resgatando alguns conceitos trabalhados por essa pesquisa, é possível afirmar que um conjunto de atores se une por meio do intercâmbio de discursos, carregados de sentidos comuns, que funcionam como um dispositivo para que os mesmos consigam se reconhecer e ao mesmo tempo se tornarem conhecidos. Para Araújo (2003, p.170), tanto as comunidades discursivas quanto as identidades coletivas, ao carregarem em si o compartilhamento de sentidos sociais, “[...] formam uma rede semiótica, dinamizada pela interdiscursividade”. Sob as reflexões da autora, é possível visualizar-se a construção de uma rede social, composta por comunidades discursivas que, ao compartilhar os sentidos sociais, formam as tessituras dessa rede.

Quando a Meta 2010 se transformou em uma política pública, ela criou para si uma rede composta por diversos atores sociais, representantes de diversas instituições. Uma opção para se investigar dentro dessa rede as comunidades discursivas existentes é o uso da técnica de análise de redes sociais.

4.7.2.1 A construção do conceito de análise de redes sociais

Tanto para Recuero (2004) quanto para Wasserman e Faust (1994, p.12), a primeira noção de rede social originou-se do matemático suíço Leonhard Paul Euler que propôs a aplicação da matemática para analisar as formações sociais. Tal proposta fundou o paradigma matemático que perdurou até na década de 70, com a entrada dos estudos sobre grafos promovidos pela Sociologia.

Ao promover tal estudo, a Sociologia demonstrou que era possível examinar a sociedade por meio de ligações existentes entre atores sociais; que era possível estudar padrões de interação. Os atores sociais podem se ligar por laços fortes ou fracos, e, por fim, a sociologia demonstrou em seus estudos que era possível visualizar graficamente as relações estruturais.

As conclusões tiradas por esses estudos pautou a consolidação daquilo que chamamos hoje de Análise de Redes Sociais. Em comunhão com tais perspectivas, Garton (2009) explica que a análise de redes sociais está centrada, principalmente, nos padrões de relações entre as pessoas. Mais do que isso, a análise de redes sociais busca representar graficamente as possíveis conexões entre os atores sociais, reconhecendo as características da relação existente. Ainda sob as perspectivas da autora, "The social network approach facilitates the study of how information flows through direct and indirect network ties, how people acquire resources, and how coalitions and cleavages operate."¹⁸ Noutras palavras, a análise de redes sociais podem também fornecer a visualização dos fluxos informacionais que perpassam pela rede, influenciando diretamente ou indiretamente a aproximação ou o distanciamento dos laços entre os atores sociais.

Somando alguns elementos já citados anteriormente para definir as análises de redes sociais com os componentes fundamentais para construção da análise (WASSERMAN e FAUST 1994, p.17), é possível dizer que a análise de rede é composta pela reprodução gráfica das seguintes unidades: 1) Ator Social: indivíduos, organizações e grupos; 2) Relações: conteúdo, direção e força daquilo que é trocado entre os atores sociais; 3) Nós: manifestação gráfica da relação, conexão entre pares de atores ilustrando uma ou mais trocas; 4) Polivalência: participação de atores em múltiplas redes; 5) Composição: atributos do ator como sexo, cor, ocupação e cargo; 6) Alter: nó de pessoas relacionadas com o Ego; 7) Ego: nó formal a partir de onde se constrói uma rede; 8) Intermediário: ator com alto índice de poder de intermediação; 9) Laços fracos: laços sensíveis entre os atores, podem apontar para informações novas; 10) Laços fortes: tendem a ser transitórios, focado em um objetivo comum, evidenciam as relações sociais; 11) Grau: número de graus

¹⁸ Tradução: "O surgimento da rede social facilita o estudo de como a informação flui direta ou indiretamente nos laços constituídos, e de como as pessoas formam ou desfazem seus laços"

emanados por um ator, as conexões; 12) Grafo: refere-se ao sociograma, a representação gráfica da relação existente entre os nós, os atores e os laços.

Percebe-se com tais unidades que a análise da rede pode permitir a sua visualização, evidenciando os atores, suas ligações, a intensidade dos laços que cada ator apresenta e os fluxos informacionais no que se refere aos assuntos trocados na rede. Em suma, a análise de rede social ilustra o cenário de um dado grupo social. Representa em grafos os atores, suas representações e ligações, porém, a mesma não é capaz de ilustrar os conteúdos trocados pelas formações discursivas que constituem uma identidade coletiva.

4.7.2.2 Análise de redes sociais enquanto Método

O conceito de Análise de Redes Sociais surgiu inicialmente da sociologia, da psicologia e da antropologia (WASSERMAN e FAUST 1994, p.17). Trata-se de uma técnica que visa compreender as ligações relacionais existentes entre atores sociais. De forma mais detalhada, pode-se dizer que a técnica visa compreender a relação existente entre atores sociais, que se unem por meio de laços ou ligações.

Pode-se considerar como ator indivíduos, setores de uma organização ou agências do governo de um determinado Estado ou município. Enfim, considera-se ator o grupo de unidades que representam uma coletividade social. Cada ator apresenta atributos que o diferenciam dos demais atores e ao mesmo tempo o identificam como parte de um grupo que compõe uma rede. Esses atributos variarão conforme o objetivo de cada rede, eles podem ser representados pelo sexo, etnia, pela instituição a qual o ator pertence, entre outros elementos.

Os laços ou as ligações representam os vínculos existentes entre os pares de atores que desenvolvem uma relação. Unindo os conceitos supracitados de atores e ligações, Mateus e Silva (2006) resumem que “Uma relação em rede define todo o conjunto de laços que respeitam o mesmo critério de relacionamento, dado um conjunto de atores.”

Mais do que simplesmente representar em grafos o relacionamento existente em uma dada coletividade social, a análise de redes pode evidenciar outros elementos como: o tipo de laço existente nessa relação (forte ou fraco), os atributos dos atores envolvidos, as centralidades da relação e o fluxo de informações da rede.

A classificação do tipo de ligação, forte ou fraca, estará diretamente ligada ao grau de envolvimento dos atores com sua rede: quanto maior o grau de proximidade e participação do ator na rede, mais forte será seu laço; quanto menor o grau, mais fraco ele será. A importância dessa análise consiste na sua capacidade de indicar os atores mais centrais de uma rede (TOMAÉL e MARTELETO, 2006).

A centralidade de um ator está diretamente ligada à posição do mesmo em relação aos demais atores. Quanto mais central é o ator, mais bem posicionado ele está em relação às trocas de informações existentes na rede no qual se está inserido. O maior acesso às informações confere a esse ator um status de poder em relação aos demais atores (MARTELETO, 2001, p. 76). Isso ocorre porque ao ter um acesso maior e mais constante às informações que circulam na rede, esse ator aumenta as suas oportunidades de se transformar em uma referência informacional dessa própria rede. Tornar-se referência confere a esse ator o status de relevância maior frente aos demais participantes da rede.

Uma rede social deve ser pensada também como um espaço pelo qual os atores se comunicam e trocam informações. Um espaço o qual permite que um fluxo de informações seja compartilhado por uma série de atores numa coletividade social. Pensar a rede sob a perspectiva de fluxos informacionais torna mais evidente a relevância do acesso à informação. Se um ator possui mais acesso a informação de certa forma, ele se encontra em uma posição de destaque na rede, onde há um fluxo maior de informação. Munido de mais informações em relação aos demais atores, esse ator privilegiado é capaz de contribuir para a condução do fluxo de informação, tornando-se uma referência informacional na rede em que se insere (MARTELETO, 2001, p. 78).

Sob tal cenário, é possível vislumbrar um aspecto estratégico do uso das redes sociais. Conforme apurado por Santos (2005, p. 42), “A dimensão estratégica das redes em ações coletivas tem sido empregada, sobretudo, para o entendimento

das dinâmicas políticas nos movimentos sociais”. Em suma, é possível dizer que as redes sociais podem atuar estrategicamente como um meio pelo qual, por exemplo, os movimentos socioambientais como a Meta 2010 se transformam em políticas públicas.

Essas redes são conhecidas também como Redes de Políticas (MOURA e SILVA, 2008), ou redes que exprimem o relacionamento entre atores estatais e não-estatais com vistas ao exercício da democracia¹⁹ e ao desenvolvimento de políticas públicas. Retomando a Meta 2010, antes de ela se transformar oficialmente em um dos projetos estruturadores do governo de Minas, foi proposta a criação de uma comissão, composta por atores estatais e não-estatais, para discutir e acompanhar as ações que seriam implementadas para o cumprimento da Meta.

4.7.2.3 A Meta 2010 como rede de política

A meta 2010 é uma proposta complexa que pode exigir a presença de infinitos atores oriundos tanto da sociedade civil quanto do poder público para se alcançada. Ao transformá-la em uma política pública, o governo do Estado de Minas Gerais percebeu a necessidade de organizar um grupo com representantes da tanto da esfera governamental quanto da sociedade civil para discutir e planejar ações que propiciassem o alcance da Meta.

No dia 22 de março de 2004, no mesmo dia em que o Governador do Estado de Minas Gerais Aécio Neves decidiu incluir a Meta publicamente no seu discurso governamental, foi promulgado Decreto Lei nº 43.767 (Conforme Anexo) para instituir a Comissão Executiva para o Estabelecimento e Acompanhamento das Metas de Qualidade da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. O objetivo era reunir os principais representantes envolvidos com a Meta 2010 para que os mesmos pudessem fiscalizar, acompanhar e desenvolver ações em prol da qualidade da água na Bacia do Velhas, prioritariamente no trecho entre o Ribeirão Caeté-Sabará e o Rio Jaboticatubas.

¹⁹ Entendido aqui como “a articulação da político-institucional e a esfera societária” (MOURA e SILVA, 2008, p.46)

A comissão exigia a participação de um representante de cada uma das nove instituições selecionadas:

1 - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD: responsável por desenvolver e coordenar as políticas estaduais de proteção e conservação do meio ambiente, e de gerenciamento dos recursos hídricos no Estado de Minas Gerais;

2 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA: responsável por planejar, promover, organizar, dirigir, coordenar, executar, disciplinar, controlar e avaliar as ações relativas ao fomento e ao desenvolvimento do agronegócio, o qual inclui agricultura familiar e as atividades agrossilvopastoris, o aproveitamento dos recursos naturais renováveis, o desenvolvimento sustentável do meio rural e a gestão de qualidade, transporte, armazenamento, comercialização e distribuição de produtos²⁰;

3 - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG: destinada a "coordenar a formulação, a execução e a avaliação de políticas públicas, visando ao desenvolvimento econômico, social e institucional do Estado; propor e executar políticas públicas nas áreas de recursos humanos, orçamento, recursos logísticos e tecnológicos, modernização administrativa, perícia médica e saúde ocupacional"²¹.;

4 - Secretaria de Estado de Educação – SEE: criada para formular, estabelecer, promover, realizar, desenvolver, coordenar e supervisionar ações do Estado de Minas Gerais relacionadas à promoção da Educação.²²;

5 - Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM: que, juntamente com a SEMAD, FEAM e IEF, constituem o SISEMA, Sistema Estadual de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, que se destina à gestão

²⁰ Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/estrutura.asp>

²¹ Conforme Lei Delegada nº 112, de 25 de janeiro de 2007

²² <http://www.educacao.mg.gov.br/institucional/lei-delegada-122/-/2007>

dos recursos hídricos do Estado por meio da concessão de outorgas de direito de uso da água;

6 - Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM: atua como suporte ao Conselho Estadual de Política Ambiental para executar políticas de proteção, conservação e melhoria da qualidade ambiental, no tocante à gestão do ar, do solo e dos resíduos sólidos, bem como à prevenção e a correção da poluição ou da degradação ambiental provocada pelas atividades industriais, minerárias e de infraestrutura, visando à preservação e à melhoria da qualidade ambiental do Estado;²³

7 - Instituto Estadual de Florestas – IEF: apresenta como missão a execução das políticas florestal e de proteção da biodiversidade do Estado de Minas Gerais;

8 - Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas: reconhecido como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), representa o Projeto Manuelzão além dos limites estritos por um projeto acadêmico de extensão.²⁴;

9 - Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA/MG: responsável por definir e executar políticas voltadas para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado de Minas Gerais.

Em consulta aos arquivos disponibilizados pelo atual profissional responsável por coordenar a Comissão de Integração e Acompanhamento da Meta 2010, verificou-se que a comissão promulgada em 2004 teve baixa adesão, representada por poucos encontros realizados na Sede do Projeto Manuelzão. A pequena expressividade da atuação dessa comissão, para o coordenador da comissão, justifica a ausência de registros como, por exemplo, as atas das reuniões. Porém, a comissão criada em 2004 nomeava-se “Comissão Executiva para o estabelecimento

²³ Disponível em: <http://www.feam.br/instituicao>

²⁴ http://www.manuelzao.ufmg.br/folder_projeto/folder_historia

e acompanhamento das metas de qualidade da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas”. Essa comissão, em momento algum, citava o nome Meta 2010. Na verdade, a questão da meta articulada ao prazo de execução só aparece no artigo segundo do inciso quarto : “As metas de qualidade das águas da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas devem ser alcançadas até o ano de 2010”. Talvez, essa também seja uma das razões possíveis da baixa adesão.

Foi somente a partir de 2006, mais precisamente no dia 22 de Maio, que o então secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, José Carlos de Carvalho, promulga a resolução 483 (conforme anexo) para criar a Comissão de Integração e Acompanhamento das Ações relativas à Meta 2010 “Navegar, Pescar e Nadar no Rio das Velhas”.

Essa resolução tinha em comum com a anterior o objetivo de alcançar a meta de melhoria da água da Bacia do Rio das Velhas até o ano de 2010, e colocar a cargo da SEMAD a coordenação da Comissão. Além da mudança do nome da comissão, houve a retirada da participação da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e a inclusão de mais quatro instituições:

- 1 – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – CBH Velhas: órgão colegiado que atua no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos Bacia do Rio das Velhas;
- 2 – Prefeitura de Belo Horizonte, representando a Sub-bacia Arrudas, um dos principais poluidores da Bacia do Velhas, o qual compõe o epicentro poluidor da Meta 2010;
- 3 – Prefeitura de Contagem, representando a Sub-bacia Onça, também um dos principais poluidores da Bacia do Velhas, o qual compõe o epicentro poluidor da Meta 2010.
- 4 – Consórcio de Municípios da sub-bacia do Ribeirão da Mata, COM10, composto pelos municípios de Esmeraldas, Matozinhos, Capim Branco, Ribeirão das Neves, Pedro Leopoldo, Confins, São José da Lapa, Vespasiano, Lagoa Santa e Santa Luzia para desenvolver atividades de

sustentabilidade ambiental econômica e social por meio da integração entre os municípios, a sociedade civil e os governos estadual e federal.

Quatro meses depois, mais precisamente no dia 20 de setembro de 2006, institui-se a resolução normativa 520 (Conforme Anexo), a qual incorpora a participação de mais duas secretarias para a Comissão de Integração e Acompanhamento da Meta:

- 1 – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU;
- 2 – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – SEDE.

Após essa resolução não houve até o presente momento nenhuma alteração formalizada na constituição da comissão. Até o momento, oficialmente, ela é composta por atores representantes de treze órgãos e instituições: SEMAD, SEPLAG, COPASA, FEAM, IEF, IGAM, CBH Velhas, Prefeitura de Belo Horizonte, Prefeitura de Contagem, COM10, Projeto Manuelzão, SEDRU e SEDE.

Desde 2006, a Comissão de Integração e acompanhamento da Meta 2010 tem buscado se reunir mensalmente.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente capítulo apresentará os resultados alcançados. Conforme proposto, a análise será dividida em duas grandes partes: análise de rede social e análise de discurso. Primeiramente, serão apresentadas as informações identificadas com a aplicação da análise de redes sociais, no que se refere à localização dos laços existentes, dos atores centrais, das suas respectivas entidades e dos assuntos tratados. Em seguida, serão apresentados os estudos de análise dos discursos tanto dos sujeitos coletivos quanto dos explicitados nos arquivos selecionados.

5.1 Análise da rede de política: atores, laços e centralidades da Meta 2010

Como proposto pelas orientações metodológicas, a primeira tarefa foi codificar todas as instituições presentes nas atas estudadas:

TABELA 2

Codificação das instituições participantes da Comissão de Acompanhamento da Meta 2010

Instituições	Código
Projeto Manuelzão	M
SEMAD	SMD
SEPLAG	SPG
COPASA	CPS
FEAM	FM
IEF	IF

IGAM	IGM
Prefeitura de Belo Horizonte	PBH
Prefeitura de Contagem	PMC
COM10	CM
SEDE	SD
SEDRU	SDR
CBH Velhas	CBH

Fonte: Dados da presente pesquisa (2009)

Em relação aos atores que estiveram presentes, mas que formalmente não fazem parte da relação de instituições que compõem a Comissão de Acompanhamento da Meta 2010, eles foram considerados como parte do subgrupo nomeado “Convidado”. Para se ter uma dimensão de qual instituição esse ator convidado representa, foi criada uma codificação seguindo os mesmos parâmetros de classificação dos atores, conforme detalhado abaixo na Tabela 2.

TABELA 3

Codificação das Instituições Convidadas a participarem das reuniões da Comissão

Instituições	Códigos
Prefeitura de Itabirito	PI
Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais	CTC
Agência Peixe Vivo	AGPV
Prefeitura de Sabará	PS
Empresa de Assistência Técnica e Rural de Minas Gerais	EMT
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itabirito	SAAEI

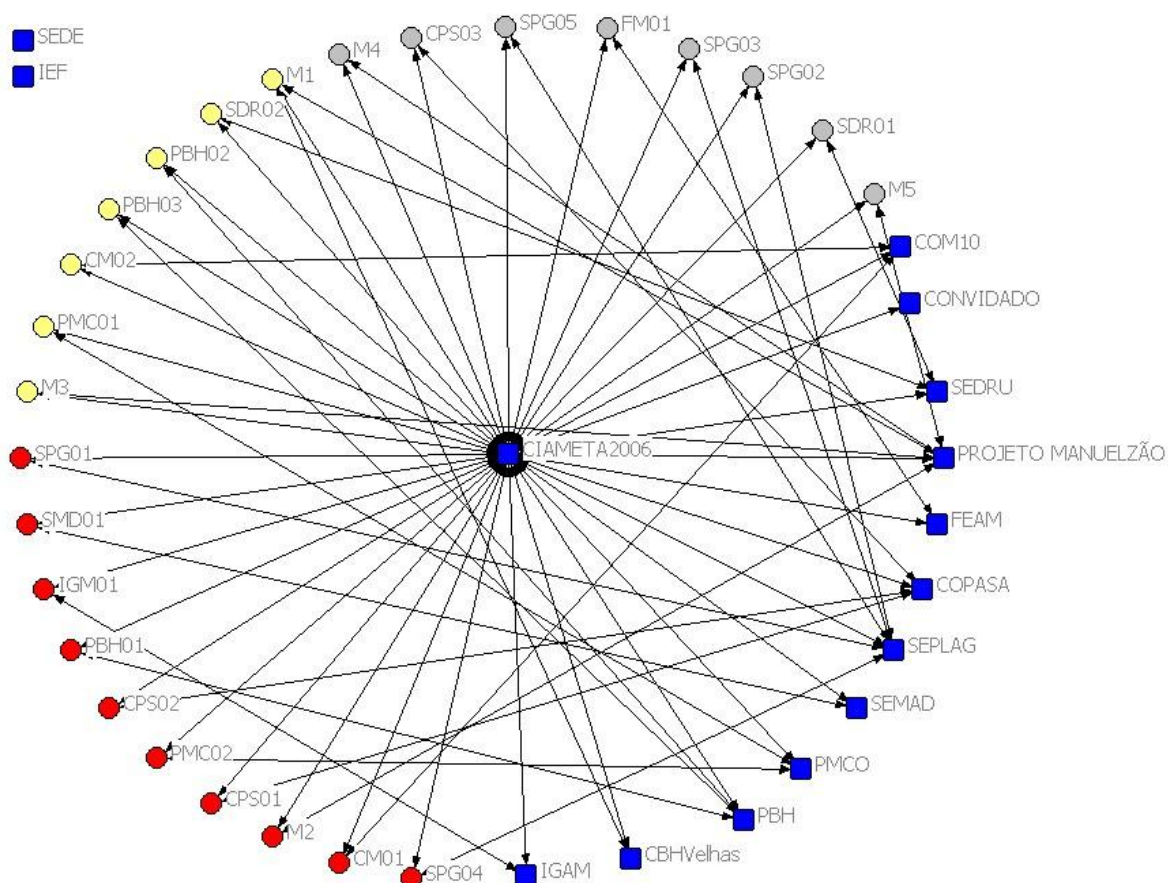
Secretaria de Transportes e Obras Públicas de MG	SETOP
Centro Mineiro de Referência em Resíduos	CMRR
CBH Comitê da Bacias Hidrográfica do Rio São Francisco São Francisco	CBHSF
Prefeitura de Santa Luzia	PSL
Secretaria de Comunicação do Governo de Minas	SECOM
Prefeitura Municipal de Nova Lima	PNL
Instituto Mineiro de Agropecuária	IMA
Prefeitura de Pedro Leopoldo	PPL
Programa Estado para Resultado	EpR
Prefeitura de Ouro Preto	POP
Prefeitura de Matosinhos	PM
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sete Lagoas	SAAESL
Prefeitura de Lagoa Santa	PLS
Prefeitura de Vespasiano	PV
Agência de Consultoria em comunicação	EMC
Prefeitura de Rio Acima	PRA
Superintendência de Desenvolvimento da Capital de Minas Gerais	SDCP

Fonte: Dados da presente pesquisa (2009)

Por meio do software UCINET, a análise de rede social da Meta 2010 gerou cinco redes, uma para cada dos quatro anos das atas estudadas (de 2006 a 2009), e uma última contendo os temas debatidos durante essas reuniões.

A primeira rede criada refere-se ao ano de 2006, o mesmo ano de criação da Comissão de Integração e Acompanhamento.

FIGURA 2: Rede Comissão de Integração e Acompanhamento da Meta - 2006



fonte: Dados da presente pesquisa 2009

Essa rede foi composta por 126 laços. Desses, tem-se a presença de dez atores que caracterizam ligações fortes com a rede: SPG04, CM01, M2, CPS01, PMCO02, CPS02, PBH01, IGM01, SMD01, SPG01. Dos dez atores, dois são representantes da SEPLAG, dois da COPASA, um da SEMAD, um do Projeto Manuelzão, um da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, um da Prefeitura Municipal de Contagem, um do consórcio COM 10 e um do IGAM. Analisando o número de ligações existentes entre atores suas respectivas instituições, percebemos que o Projeto Manuelzão e a SEPLAG foram as duas instituições que apresentaram o maior número de atores na rede. Somente com essa análise de rede não é possível verificar com precisão as causas que justificam o maior índice de atores, porém, é sabido que a Meta foi proposta pelo projeto Manuelzão, e que para

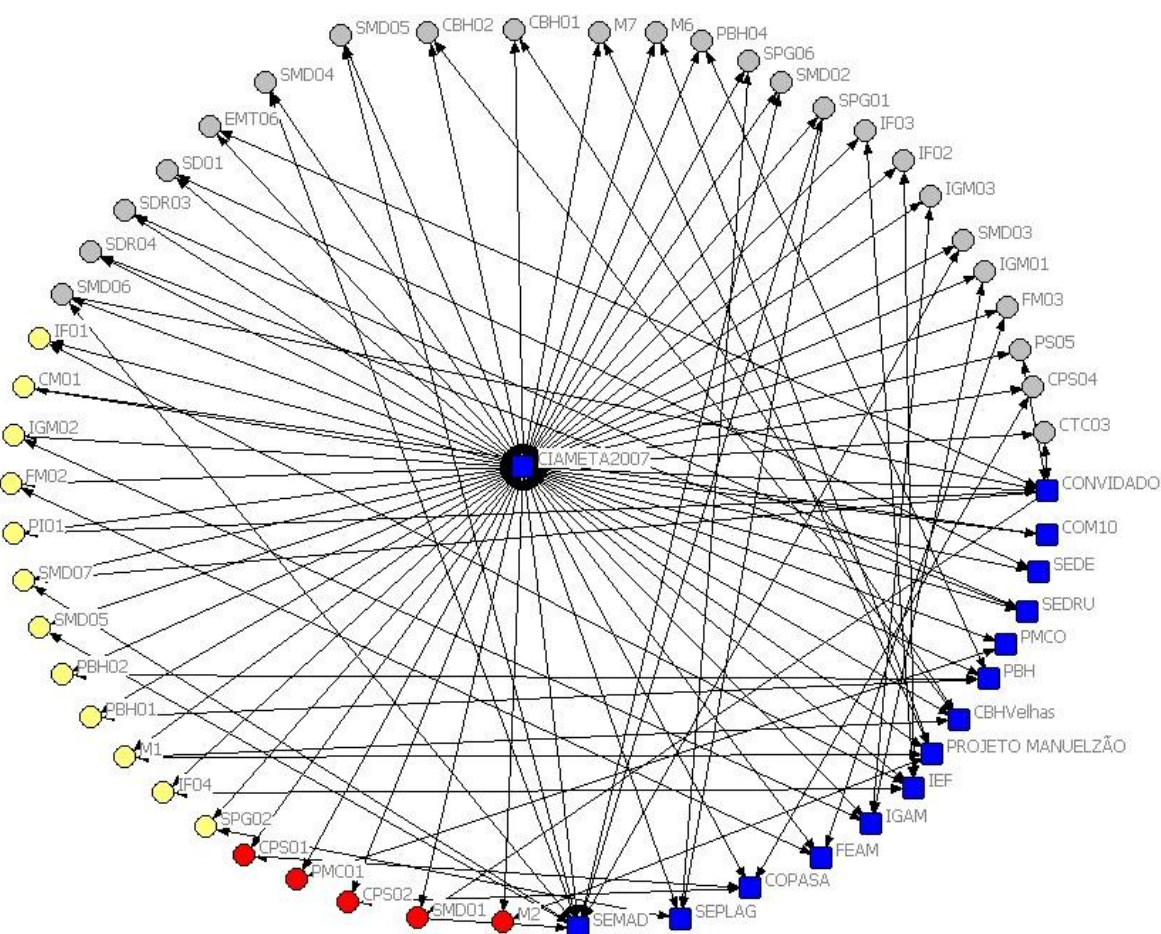
se transformar em uma política pública, ela deve ser avaliada primeiramente pela Secretaria de Planejamento do governo, que fará a partir dessa análise, as previsões e aprovações orçamentárias para o desenvolvimento de ações em prol do cumprimento da Meta.

No tocante à análise do número de atores por instituições, foi percebido também que nenhum ator das instituições IEF e SEDE participaram de nenhuma das seis reuniões realizadas nesse ano.

Nessa rede, um ator merece relevância, o M01 por se configurar como polivalente. Um ator torna-se polivalente quando é capaz de estabelecer laços com outros subgrupos ou com outras redes (GARTON, 2007). No caso dessa análise, o ator M01, apesar de não ter consolidado um laço forte com a rede, teve a oportunidade de representar, ao mesmo tempo, duas instituições durante algumas reuniões: o Projeto Manuelzão e o CBH Velhas.

O ano de 2007 caracteriza-se como o ano em que a Meta 2007 transformou-se em um projeto estruturador do governo.

FIGURA 3: Rede Comissão de Integração e Acompanhamento da Meta - 2007



fonte: Dados da presente pesquisa 2009

Essa rede apresentou um pequeno aumento no número existente de laços, 196. Em contrapartida percebe-se uma diminuição do número de atores que estabeleceram laços fortes com a rede. O número de atores que estabeleceram laços fortes com a rede passou de 10 em 2006 para 5 em 2007: M2, SMD01, CPS02, PMCO01, CPS01. Comparando os atores centrais dessa com os atores centrais da rede de 2006, percebeu-se que não houve a inclusão de nenhum novo ator. Esse esvaziamento sugere um possível enfraquecimento da rede, já que os laços fortes representam em sua maioria as centralidades informacionais da rede.

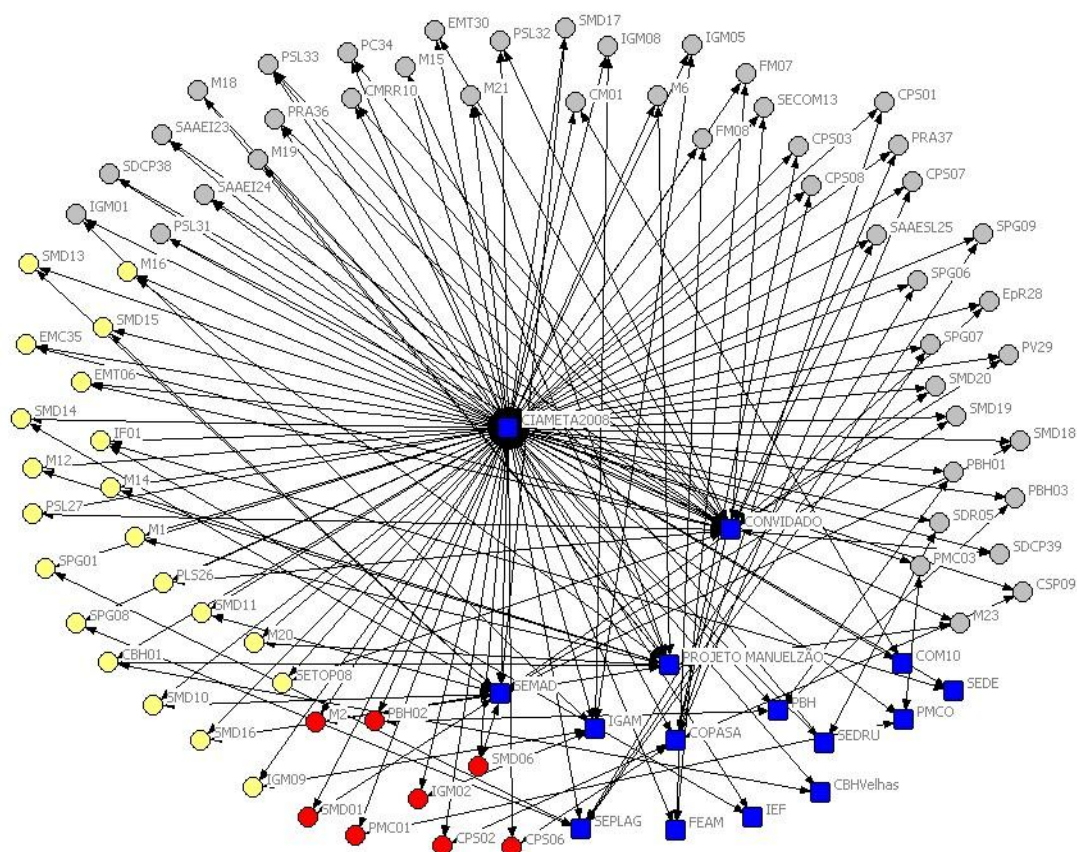
Analisando a relação entre o número de atores por instituição, percebe-se que diferentemente da rede anterior, a SEMAD apresenta uma maior número de atores. O subgrupo Convidado surge esse ano com o maior número expressivo de atores.

Analisando a origem desses atores, é possível perceber que a maioria representa alguma agência ou fundação do governo.

Foi constatada novamente a polivalência do ator M1 e verificada uma nova polivalência do ator SMD06, que nessa rede representou, ao mesmo tempo, a SEMAD e um convidado, oriundo de uma entidade que não está formalmente relacionada à rede.

Apesar de esse estudo não ter levantado nenhum fator relevante sobre a comissão em 2008, a rede desse ano pode ser configurada como a rede que apresentou o maior número de atores.

FIGURA 4: Rede Comissão de Integração e Acompanhamento da Meta - 2008



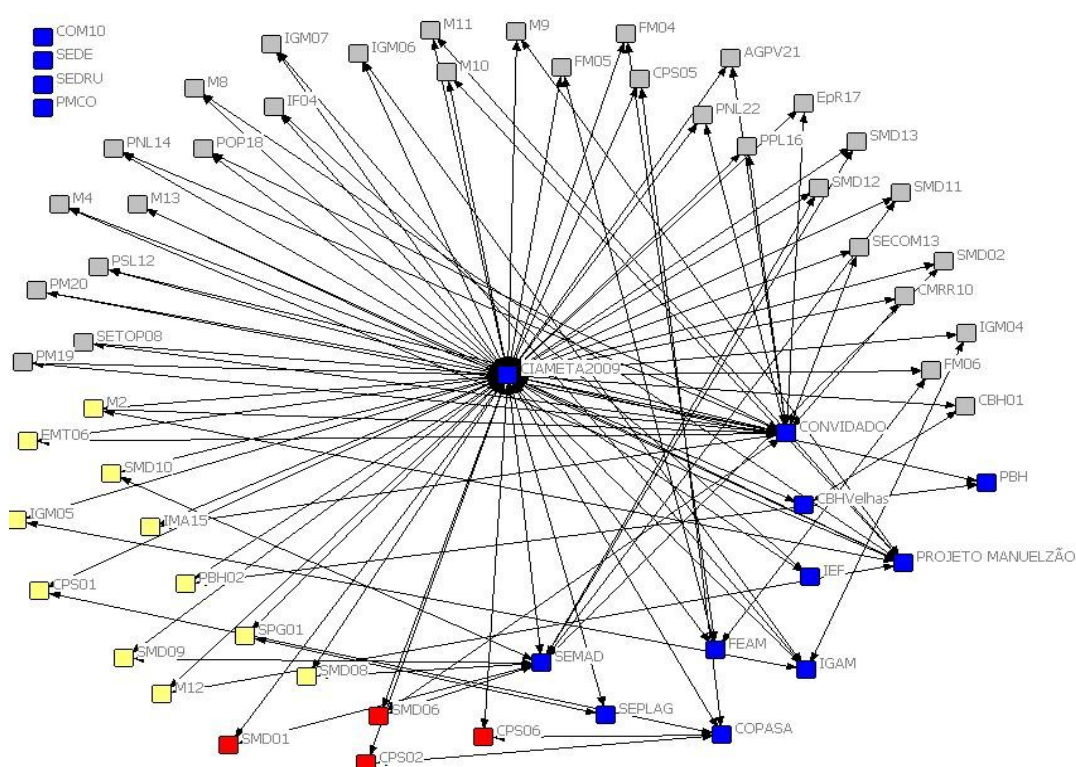
fonte: Dados da presente pesquisa 2009

Foram registrados 325 laços. Os subgrupos que apresentaram o maior número de atores foram: Convidados, com 22 atores; o Projeto Manuelzão, com 13

atores e a SEMAD, com 12. Em relação à rede de 2007, pode-se dizer que houve um aumento no número de atores que constituíram laços fortes com a rede. De 5 atores em 2007 para 8 em 2008: M2, PBH02, IGM02, SMD06, CPS06, CPS02, PMC01, SMD01. Desse atores centrais, temos a presença de três novos atores, um oriundo do IGAM, outro da SEMAD e outra da COPASA. Entre esses novos atores centrais, vale ressaltar o SMD06 que no ano anterior apareceu na rede como um ator polivalente. Uma nova polivalência foi estabelecida por meio do ator CBH01. Nessa rede, esse ator representa concomitantemente duas instituições, o Projeto Manuelzão e o CBH Velhas. A relevância dessa nova polivalência configura-se em representar a mesma polivalência exercida em 2006 e 2007 pelo ator M01.

Em função de ser o mesmo ano no qual é desenvolvido esse estudo, em 2009 foram estudadas três atas referentes às únicas três reuniões da Comissão que aconteceram até o presente momento.

FIGURA 5: Rede Comissão de Integração e Acompanhamento da Meta - 2009



fonte: Dados da presente pesquisa 2009

Essa rede é caracterizada por 208 ligações. Os subgrupos que apresentaram o maior número de ligações com atores foram: Convidado, com a presença de aproximadamente 17 atores; o Projeto Manuelzão e a SEMAD, com o mesmo número de atores, 9. Houve novamente uma redução no número de atores centrais, de oito passou para quatro: CPS06, CPS02, SMD06, SMD01. Pela primeira vez, o ator M2 não aparece como um dos atores centrais da rede. Esse ator é o único representante do Projeto Manuelzão, que apresentou uma centralidade em relação à todas as quatro redes estudadas. Só por meio dessa análise não é possível enxergar com clareza os motivos que justificam essa redução, mas sejam quais forem, mais uma vez sugere um enfraquecimento da rede, principalmente no tocante à participação de representantes da sociedade civil.

5.1.2 O Fluxo Informacional da Rede de Política da Meta 2010

Por meio do uso da leitura técnica do corpus selecionado, foi possível identificar e sistematizar o aparecimento, fortalecimento ou enfraquecimento dos tópicos que revelam a construção política da Meta 2010. Para facilitar a visualização dos temas que relacionam entre si, foi elaborada uma lista de assuntos, separados por ano. Alguns assuntos foram destacados pela cor vermelha para identificá-los como recorrentes ao longo dos anos estudados.

TABELA 4

Assuntos tratados nas reuniões de Acompanhamento da Meta 2010

Lista de Assuntos Tratados nas Reuniões da Comissão		
Ano	Assuntos	Significado
2006	Organização da Comissão	Indicação dos representantes das instituições, do Coordenador da Comissão, de novos atores, ou de reestruturação em seu escopo.
	Saneamento	Planejamento e ações de saneamento na Região da Meta, apresentadas pela COPASA.
	Captação de Recursos	Apresentação e planejamento de ações em prol da meta para busca de recursos.

	Planejamento de comunicação	Diretrizes gerais da campanha de comunicação voltada para a Meta e para o projeto do Governo Linha Azul
	NAVEGAR no rio das Velhas	Discussões sobre ações e Planejamentos para se poder atingir a Meta de Navegar no Velhas.
	Arrudas	Ação específica para o Canal do Arrudas
	Investimento do Governo	Apresentação do investimento financeiro do Governo do Estado para ações em prol da Meta 2010
	Convênios	Apresentação ou proposta de convênios para desenvolver ações, pesquisas ou diagnósticos para a região da Meta.
	Articulação da Meta	Discussões ou críticas sobre maior articulação da Meta com os municípios de Itabirito, Sabará e Sete Lagoas, e demais prefeituras fundamentais para o alcance da Meta.
	Monitoramento da água	Ações, pesquisa e diagnóstico da qualidade da água na Bacia do Rio das velhas
	Água Classe II	Discussão sobre a possibilidade de enquadrar a qualidade da água do Rio das Velhas na classe II, apta para o nado, pesca a agricultura.
	Eventos	Discussão, planejamento e execução de eventos destinados para e Mata 2010 como por exemplo, seminários regionais ou internacionais
	Setor Produtivo	Ausência e importância da participação do setor produtivo no desenvolvimento das ações em prol da Meta.
	Mata Ciliar	Revitalização da Mata Ciliar , plantio de mudas nas margens dos rios importantes para o Velhas.
	Plano Diretor	Discussão sobre a atualização ou não do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.
2007	Projeto Estruturador	A inclusão da Meta nos projetos estruturadores do Governo do Estado.
	Organização da Comissão	Indicação dos representantes das instituições, do Coordenador da Comissão, de novos atores, ou de reestruturação em seu escopo.
	Dificuldades Técnicas	Apresentação de dificuldades técnicas e financeiras por parte das prefeituras para desenvolver ações em prol da Meta.
	Críticas ao Governo	Questionamentos sobre a atuação do Estado em Relação ao desenvolvimento da Meta.
	Articulação da Meta	Discussões ou críticas sobre maior articulação da Meta com os municípios de Itabirito, Sabará e Sete Lagoas, e demais prefeituras fundamentais para o alcance da Meta.
	Convênios	Apresentação ou proposta de convênios para desenvolver ações, pesquisas ou diagnósticos para a região da Meta.
	Ação de Conservação	Discussão sobre a necessidade ou o planejamento de ações para conservar regiões nativas que se encontram na região da Meta.
	Ação Conjunta	Reconhecimento da participação de todas as instituições para a consolidação da Meta.
	Fundo de Vale	Ações de revitalização de fundo de vale,

	bespecialmente em Belo Horizonte, Contagem, Sabará e Ribeirão das Neves
Investimento do Governo	Apresentação do investimento financeiro do Governo do Estado para ações em prol da Meta 2010
NAVEGAR no rio das Velhas	Discussões sobre ações e Planejamentos para se poder atingir a Meta de Navegar no Velhas.
Monitoramento da água	Ações, pesquisa e diagnóstico da qualidade da água na Bacia do Rio das velhas. Integração das Redes de Monitoramento
Saneamento	Planejamento e ações de saneamento na Região da Meta, apresentadas pela COPASA.
Mananciais	Proteção aos Mananciais de Córrego Seco - tombada como Zona de Proteção Ambiental
Mata Ciliar	Revitalização da Mata Ciliar , plantio de mudas nas margens dos rios importantes para o Velhas.
Aterro Sanitário	Construção do aterro sanitário e obtenção da Licença de Operação, para as cidades inseridas na região da Meta.
Canalização de Rios	Discuti-se a não recomendação de algumas canalizações de rios previstas.
Educação	Críticas, sugestões ou ações destinadas à educação ambiental, como palestras, seminários e cartilhas.
Poluição Difusa	Necessidade de avaliar o impacto da poluição difusa na região da Meta, elaborar um projeto específico sobre o tema para avaliação e acompanhamento.
Base Florestal	Discussão sobre projetos de recomposição da Base Florestal, incluindo proteção as nascentes.
Licenciamento Ambiental	Questão concernente à fiscalização de empresas na região da Meta.
2008	
Saneamento	Planejamento e ações de saneamento na Região da Meta, apresentadas pela COPASA.
Mapeamento sócio-Ambiental	Atividade a cargo do projeto Manuelzão, para a realização dos seminários regionais
Educação	Críticas, sugestões ou ações destinadas à educação ambiental, como palestras, seminários e cartilhas.
Fórum das Águas	Evento anual promovido pelo Governo do Estado no qual dedicará parte da sua programação para falar da meta 2010.
Eventos	Discussão, planejamento e execução de eventos destinados para a Meta 2010, como por exemplo, seminários regionais ou internacionais
Monitoramento da água	Ações, pesquisa e diagnóstico da qualidade da água na Bacia do Rio das velhas. Integração das Redes de Monitoramento
Mobilização Social	Importância de se apresentar a Meta 2010 para as comunidades ribeirinhas.
Organização da Comissão	Indicação dos representantes das instituições, do Coordenador da Comissão, de novos atores, ou de reestruturação em seu escopo.
Planejamento de comunicação	Diretrizes gerais da campanha de comunicação voltada para a Meta e ou para o projeto do Governo Linha Azul
Convênios	Apresentação ou proposta de convênios para desenvolver ações, pesquisas ou diagnósticos para a

	região da Meta.	
Articulação da Meta	Discussões ou críticas sobre maior articulação da Meta com os municípios de Itabirito, Sabará e Sete Lagoas, e demais prefeituras fundamentais para o alcance da Meta.	
Dificuldades Técnicas	Apresentação de dificuldades técnicas e financeiras por parte das prefeituras para desenvolver ações em prol da Meta.	
Setor Produtivo	Ausência e importância da participação do setor produtivo no desenvolvimento das ações em prol da Meta.	
Logomarca Meta	Discussão do conceito ou proposta de alteração na logomarca da Meta 2010.	
NADAR no rio das Velhas	Discussões sobre pesquisas de balneabilidade, ações e Planejamentos para se poder atingir a Meta de nadar no Velhas.	
Investimento do Governo	Apresentação do investimento financeiro do Governo do Estado para ações em prol da Meta 2010	
Site Meta	Desenvolvimento por parte do governo de um Site para a Meta 2010.	
NAVEGAR no rio das Velhas	Discussões sobre ações e Planejamentos para se poder atingir a Meta de Navegar no Velhas.	
Canalização de Rios	Discuti-se a não recomendação de algumas canalizações de rios previstas.	
2009	Ações com as Prefeituras	Apresentação de ações para aproximar as prefeituras à Meta. Ex: Assinatura da Carta Compromisso com o Governador, reuniões de sensibilização e curso de capacitação para gestores municipais.
	Velhas Sustentável	Elaboração de diagnóstico identificando os principais problemas nas sub-bacias do Velhas, com foco na área da Meta 2010
	Expedição pelo Velhas	Levantamento de ações para divulgar a Meta durante a realização da segunda expedição promovida pelo Projeto Manuelzão.
	Setor Produtivo	Ausência e importância da participação do setor produtivo no desenvolvimento das ações em prol da Meta.
	Site Meta	Desenvolvimento por parte do governo de um Site para a Meta 2010.
	NAVEGAR no rio das Velhas	Discussões sobre ações e Planejamentos para se poder atingir a Meta de Navegar no Velhas.
	Base Florestal	Discussão sobre projetos de recomposição da Base Florestal, incluindo proteção as nascentes.
	Divulgação da Meta	Necessidade de fazer uma divulgação massiva da Meta, fazendo uso de mídias e materiais de divulgação.
	Fórum de Comunicação	Instituições parceiras na Meta 2010, articulando ações de divulgação conjunta
	Eventos	Discussão, planejamento e execução de eventos destinados para e Mata 2010 como por exemplo, seminários regionais ou internacionais
	Monitoramento da água	Ações, pesquisa e diagnóstico da qualidade da água na Bacia do Rio das velhas. Integração das Redes de

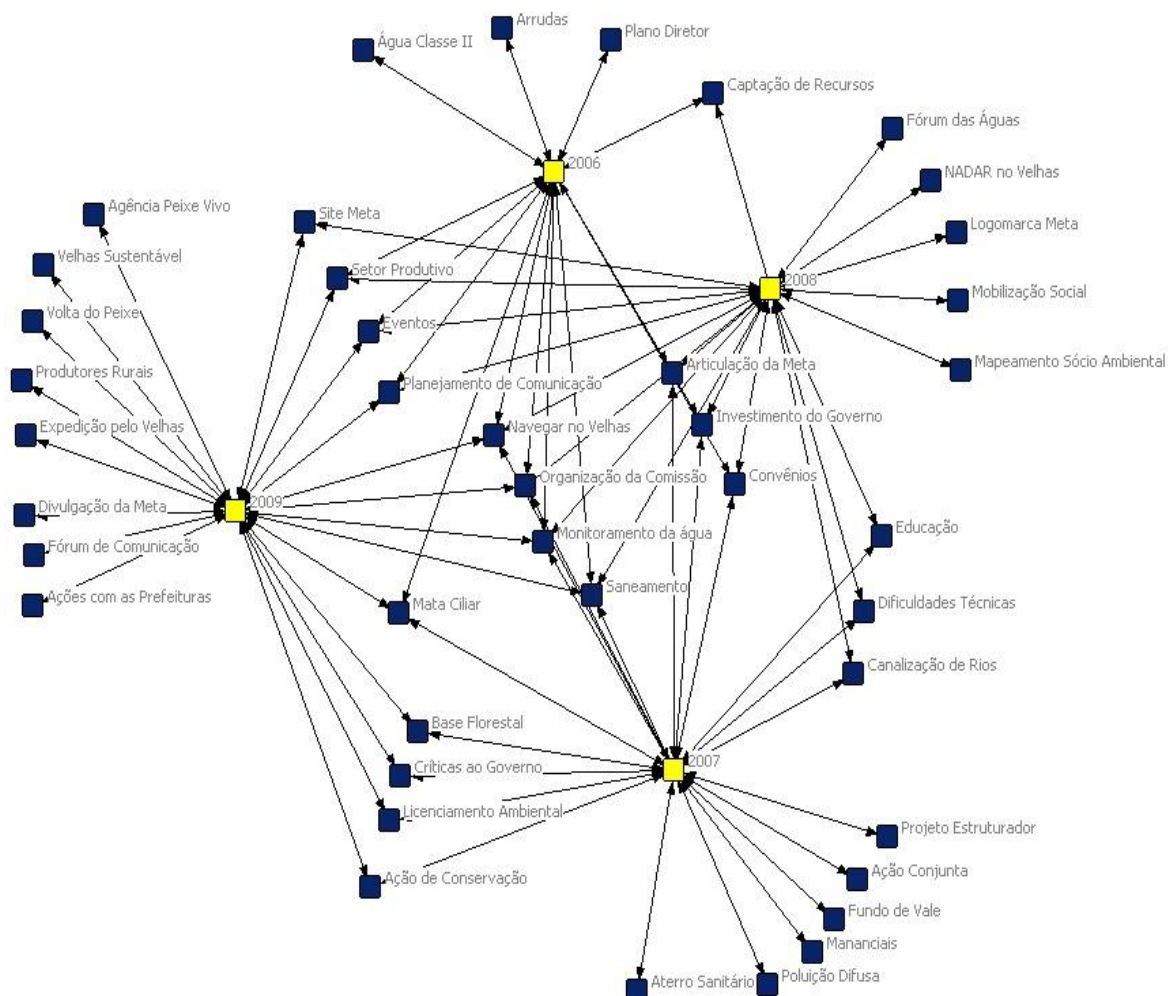
	Monitoramento
Planejamento de comunicação	Diretrizes gerais da campanha de comunicação voltada para a Meta e ou para o projeto do Governo Linha Azul
Produtores Rurais	Mobilização de Produtores Rurais, realizado pela Emater. Idéia de se incorporar o Programa de Sustentabilidade no Campo
Agência Peixe Vivo	Agência para desenvolver a Gestão de Recursos Hídricos. Cadastramento de usuários.
Saneamento	Planejamento e ações de saneamento na Região da Meta, apresentadas pela COPASA.
Críticas ao Governo	Questionamentos sobre a atuação do Estado em Relação ao desenvolvimento da Meta.
Organização da Comissão	Indicação dos representantes das instituições, do Coordenador da Comissão, de novos atores, ou de reestruturação em seu escopo.
Ação de Conservação	Discussão sobre a necessidade ou o planejamento de ações para conservar regiões nativas que se encontram na região da Meta.
Mata Ciliar	Revitalização da Mata Ciliar , plantio de mudas nas margens dos rios importantes para o Velhas.
Licenciamento Ambiental	Questão concernente à fiscalização de empresas na região da Meta.
Volta do Peixe	Como indício positivo do alcance de parte do cumprimento da Meta 2010

Fonte: Dados da presente pesquisa (2009)

Com base nos dados obtidos por esse levantamento, foi construída uma nova rede a fim de se verificar o fluxo de informação na rede da Comissão, por meio do relacionamento existente entre o tema e o ano de análise das reuniões.

Na ilustração abaixo, é possível verificar que assuntos como “Navegar no Rio das Velhas”, “Organização da Comissão de Acompanhamento da Meta”, “Monitoramento da Água” e “Saneamento”, estiveram presentes na rede durante os quatro anos de sua existência. Alguns assuntos como “Articulação da Meta”, “Investimento do Governo” e “Convênios” iniciaram junto com o surgimento da rede e se fizeram presentes até 2008. Existem também alguns assuntos que não se relacionam entre si, como, por exemplo, “Arrudas” em 2006, “Projeto Estruturador” em 2007, “Fórum das Águas” em 2008, e “Expedição pelo Velhas” em 2009. Esses assuntos podem representar tanto uma sugestão dada que se perdeu ao longo dos anos quanto um acontecimento, evento ou projeto que se desenvolveu somente durante o ano em que se fez presente na rede.

FIGURA 6: Rede Fluxo Informacional Comissão de Int. e Acomp. da Meta - de 2006 a 2009



Fonte: Dados da presente pesquisa (2009)

O mapeamento dos assuntos foi realizado por meio da leitura técnica das atas que foram escritas por um só ator, o SMD01, representante da SEMAD. Esse ator era responsável não só por escrever as atas como também por enviá-las aos demais participantes das reuniões. Apesar de apontar alguns assuntos, a análise das atas, por si só não é capaz de representar o discurso dos atores, seus conceitos sobre a Meta 2010 ou suas posições políticas. Elas representam o discurso de um só ator sobre questões que foram debatidas nas reuniões. Analisar, por exemplo, o discurso de um ator, a partir da percepção do ator SMD01 poderia fragilizar a análise.

5.1.3 A centralidade da informação X A centralidade do ator

Como vimos na classificação dos atributos que compõem a análise de Rede Social, quanto mais central é o ator, maior primazia ele terá em termos do acesso ao fluxo informacional presente na rede no qual se insere. À luz de tal reflexão, pode-se dizer que os atores centrais, de uma certa maneira, contribuem para o aparecimento, e às vezes, para a continuação desses assuntos na rede. As atas estudadas não especificam com clareza qual ator se relaciona com cada assunto. A COPASA, por exemplo, é citada com mais frequência nas atas quando o assunto em pauta é saneamento, mas isso não significa que foi de fato o ator CPS02 que conduziu o discurso sobre o tema. É possível constatar em redes da esfera governamental, a presença de representantes atuando como um mediador ou apenas como um espectador da informação.

Na análise dos atores envolvidos na rede, percebeu-se a presença esporádica de lideranças tanto do poder público quanto da sociedade civil. Sob o contexto da rede em questão, define-se como lideranças do poder público secretários, diretores de Agências ou Instituições, prefeitos, entre outras autoridades. E como líderes da sociedade civil, coordenadores, mobilizadores ou presidentes de entidades não governamentais. Apesar de algumas dessas lideranças não terem apresentado uma ligação forte com a rede, é preciso considerá-las enquanto líderes informacionais de suas respectivas comunidades discursivas. Seja advinda de um atributo político, ou de uma investidora por longevidade da ação, estas lideranças legítimas ou induzidas, possuem a capacidade de alterar o rumo das negociações dessa rede em questão.

5.1.4 Algumas reflexões sobre as análises das redes

Por meio da metodologia de análise de redes sociais, aplicada ao corpus documental da Comissão de Acompanhamento da Meta 2010, foi possível identificar

não só os atores centrais de cada subgrupo, ou de cada comunidade discursiva, mas também levantar alguns indícios que caracterizam essa rede.

No que se refere ao mapeamento dos atores centrais da rede, podemos dizer que eles são representados prioritariamente pelo atores SMD01, CPS02 e M2, os quais representam respectivamente a SEMAD, a COPASA e o Projeto Manuelzão. O ator que representa a SEMAD é o coordenador da Comissão de Acompanhamento da Meta, fato relevante que justifica sua presença em todas as atas estudadas. Vale ressaltar também que esse ator é responsável por elaborar e enviar as atas para todos os atores que participaram das reuniões.

Ao levantar os atores centrais e associá-los às suas respectivas instituições, foi possível perceber que apesar de a Comissão de acompanhamento da Meta 2010 ser composta por treze instituições, somente três conseguiram criar laços fortes com a Comissão por meio dos atores supracitados. Ainda sob a análise das instituições, é visível a quantidade de instituições convidadas que participaram das reuniões. Acredita-se que, no desdobramento das atividades da Comissão, tornou-se necessário incluir outras instituições. Essa hipótese pode justificar também a presença constante do assunto “Organização da Comissão” nas atas estudadas.

Além dos constantes questionamentos quanto à estrutura formal da Comissão, foi possível visualizar também um considerável índice de atores que só participaram de uma reunião durante um ano. Esses atores aumentaram o número de laços existentes principalmente nos anos de 2007 e 2008, mas fragilizaram a rede política partindo do pressuposto de que a efetividade da participação de cada ator está associada a sua perenidade na rede. Embora os laços fracos favoreçam a circulação e a renovação da informação na rede, eles não favorecem o sentimento de pertencimento dos atores com a rede.

Percebeu-se que se trata de uma rede política que se manifesta com nuances frágeis, se comparadas com outras agendas e metas do governo. Todavia, verifica-se regularidade de atores perenes a qual se representa basicamente por três entidades. Dentre esses três atores, dois se identificam com o discurso e os interesses do governo e um posiciona-se mais próximo às representações da sociedade civil organizada.

A análise de redes sociais se mostrou um instrumento vigoroso tanto na identificação dos atores sociais, sua força política e discursiva nos rumos da Meta 2010, quanto na compreensão das dinâmicas e da correlação de forças que ampara a agenda política e comunicacional das estratégias governamentais.

O corpus analisado nos permitiu compreender de que modo a gestão e a proteção da natureza são moldados discursivamente para orientar tanto as políticas públicas, como a ação e o engajamento do cidadão comum em relação à centralidade dessas novas agendas sociopolíticas.

5.2 A Meta 2010 em discursos

Como apontado pela análise de rede social, três instituições são consideradas centrais para a produção de discursos sobre a Meta 2010: a Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais, a COPASA e o Projeto Manuelzão. Destas, duas representam os interesses do governo do Estado e uma representa a sociedade civil. Apesar de a COPASA se estruturar como uma sociedade de economia mista, o Estado de Minas Gerais ainda detém o seu controle acionário.

Além de indicar as instituições, a rede evidenciou também seus atores centrais, SMD01 da Secretaria de Meio Ambiente do Estado, CPS02 da COPASA e M2 do Projeto Manuelzão. Uma outra informação relevante exposta pela rede foi a presença de atores polivalentes e de autoridades que não apresentaram necessariamente laços fortes com a rede, mas que se configuraram como líderes informacionais de suas respectivas comunidades discursivas. Retomando o trabalho de codificação de todos os atores presentes nas reuniões, foram colhidos os discursos do ator polivalente M01 do Projeto Manuelzão, e das autoridades CPS01 da COPASA e SMD13 da Secretaria de Meio Ambiente.

5.2.1 Análise dos discursos públicos e dos sujeitos coletivos

A Meta 2010 foi apresentada pela primeira vez à comunidade em dezembro de 2003, durante a passagem da expedição “Manuelzão desce o Rio das Velhas” por Rio Acima.

“A Meta surgiu **mês dezembro** quando a **expedição passou por Rio Acima na presença até do cardeal Dom Serafim**. Ele foi chamado pra fazer uma missa pra receber a expedição lá em Rio Acima, num lugar muito bonito, na beira do rio.” (M01)

Ela foi concebida inicialmente como um pacto discursivo entre o projeto Manuelzão e a sociedade civil. No discurso deste ator, a Meta 2010 representava a materialização do ideário do Projeto Manuelzão num plano que apresentava objetivos e prazos para a recuperação do Rio das Velhas na região metropolitana de Belo Horizonte e na região da Serra do Cipó.

“A Meta 2010 **foi a transformação de todo um ideário** do Projeto Manuelzão **num plano operacional**.(...)” Além da teoria nós precisávamos de um projeto operacional. Esse projeto operacional, esse plano, é a Meta 2010. a Meta 2010 **definia os objetivos, prazos, dizia aonde que era o foco geográfico, que é a Região Metropolitana de Belo Horizonte e a Serra do Cipó.**” (M01)

A partir desta primeira apresentação, o discurso inicial da Meta foi constantemente replicado pelo Projeto até ser materializado em um documento para ser apresentado ao governo do Estado de Minas Gerais.

“E a partir daí fomos falando mais vezes que queríamos até 2010 despoluir o Rio das Velhas e que a grande recuperação do Rio das Velhas não seria por projetos municipais, cada município fazer uma parte, seria **municípios, governo, empresas concentrarem na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Se Região Metropolitana de Belo Horizonte fosse despoluída, todo o Rio das Velhas e todos os afluentes seriam beneficiados e o peixe iria voltar.” (M01)

Para o ator central M02, a questão da volta do peixe já estava consolidada. Para ele, a expedição de 2003 serviu prioritariamente como um meio para se definir o prazo e as ações a serem incorporadas pela Meta 2010.

“(...) na **expedição** só ia para **marcar uma data**. A gente marcou uma data. **Daí saiu a idéia do ano de 2010** e também **introduziu a questão de nadar e navegar**, porque a questão da **volta do peixe já estava bem clara** desde a fundação do projeto. Introduziu a idéia do nadar e do navegar, isso foi em 2003 aí nós encaminhamos em 2004”. (M02)

Ainda em 2003, mais precisamente ao final da expedição, o discurso sobre a meta 2010 foi materializado pela primeira vez em um documento nomeado “Carta da Expedição Manuelzão Desce o Rio das Velhas”. O discurso foi divulgado em dois formatos, o primeiro no formato de carta, entregue aos representantes do prefeito de Belo Horizonte e ao governador do Estado de Minas Gerais, e o outro compondo as últimas folhas do livro de registro da expedição, publicado pelo Projeto Manuelzão.

Neste documento, a Meta 2010 foi apresentada como a proposta de transformar o Rio das Velhas apto novamente para o nado e para a pesca até o ano de 2010. Para que esta meta fosse alcançada, o documento ressaltava, como prioridade, o tratamento de esgoto doméstico e industrial, a gestão dos lixos, o fim da canalização dos córregos, e, por fim, um planejamento sustentável do uso e ocupação do solo.

(...) *Acreditamos que 2010 é o limite máximo que devemos ter para nadar e pescar onde hoje é puro esgoto. Isto é possível se as verbas forem aplicadas com critérios sociais e técnicos da visão de bacia em seu conjunto. Sugerimos duas prioridades simultâneas: uma de recuperação, outra de preservação, na Região Metropolitana de Belo Horizonte e bacia do Cipó, respectivamente. Na região de Belo Horizonte apontamos o tratamento dos esgotos domésticos e industriais, a melhor gestão do seu lixo, o fim das canalizações de córregos e o planejamento ambiental da expansão urbana. Na bacia do Cipó e Paraúna, impõe-se a decisão de não permitir que o uso e ocupação do solo continuem no ritmo acelerado de degradação desta riquíssima reserva de espécies da flora e fauna.*

(...) *Nossa meta é pescar e nadar no Rio das Velhas, na região de Belo Horizonte, já em 2010.*

(Carta da Expedição Manuelzão Desce o Rio das Velhas 2003 conforme anexo)

A incorporação desse discurso pelo governo do Estado não aconteceu de forma aleatória. Antes de assumir publicamente o compromisso com a Meta 2010, o secretário de Meio Ambiente e o governador do Estado de Minas se reuniram com Apolo Heringer Lisboa, coordenador do Projeto Manuelzão para discutir a proposta.

“Esse evento (a expedição) deu a oportunidade de uma **aproximação do professor Apolo com o governador**. E o governador depois de receber o professor Apolo e ser colocado a par da problemática do Rio das Velhas, ele me convidou para uma reunião seguinte e **trabalhasse a idéia de incluir essa iniciativa como um dos projetos estruturadores do governo**.(SMD13)”

Após esse encontro, programou-se então uma solenidade na qual o governo assinaria publicamente um termo de compromisso com a Meta 2010. Esse momento representou não só o primeiro momento oficial de incorporação do discurso da Meta pelo governo do Estado como também a transformação do discurso da mesma em um documento oficial.

O evento foi programado para o dia 22 de março de 2004, no mesmo dia em que se comemorava a terceira edição do evento anual Fórum das Águas. O termo de compromisso foi apresentado e assinado na solenidade comemorativa, e, apesar de fazer parte de uma solenidade, ele não foi amplamente divulgado. Não foi possível localizá-lo, por exemplo, no site do governo do Estado. Apenas os parceiros que assinaram o documento receberam uma cópia do mesmo.

Para esse documento, a Meta 2010 consistia em enquadrar o índice de qualidade da água do Rio da Velhas numa categoria que propiciasse a pesca, a natação, a navegação e o turismo na região. Além de incluir a navegação e o turismo no discurso da Meta 2010, esse documento também estendeu a área de atuação que foi proposta inicialmente pela carta escrita pelo Projeto Manuelzão. O foco deixava de ser a região metropolitana de Belo Horizonte e passaria a ser representada por uma região de confluência do Velhas com o Ribeirão Sabará e o Rio Jaboticatubas. Essa região abarcaria diversas cidades que não faziam parte da região metropolitana de Belo Horizonte.

RESOLVEM conjugar todos os esforços no sentido de efetivar o apelo da população ribeirinha, firmando o presente instrumento, que visa atender as metas de qualidade para o enquadramento dos corpos de água em Classe 2 para o trecho supramencionado até o ano de 2010, devolvendo a vida com a presença dos peixes que já povoaram o Rio das Velhas e propiciando à Comunidade da sua Bacia a possibilidade da pesca, do lazer (natação e navegação) e do turismo.

Metas de qualidade de águas deverão ser definidas também para outros trechos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

(Termo de Compromisso firmado em 22/03/2004 conforme anexo)

Uma outra particularidade deste discurso pôde ser percebida na primeira frase do trecho supracitado: “efetivar o apelo da população ribeirinha (...)”. Nesse trecho foi possível pensar que a materialização desse discurso se justificou no atendimento da população que vive junto ao rio. A Meta 2010 não se apresentava mais como uma proposta exclusiva do Projeto Manuelzão, a incorporação das metas pelo governo veio para atender ao apelo da população ribeirinha.

A Meta 2010 só foi transformada efetivamente em uma política pública em 2007. Antes disso, seu discurso foi novamente materializado em um documento técnico chamado Plano Diretor da bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Dividido em três partes, a primeira com o diagnóstico da Bacia, a segunda com o levantamento dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos, e a última contendo o plano de ação para a revitalização, recuperação e conservação da Bacia do Rio das Velhas, o documento foi considerado pelos atores centrais como o documento que tornou possível transformar a Meta 2010 em algo executável.

“o plano diretor da bacia do Rio das Velhas, é a primeira vez que isso (Meta 2010) será oficializado.” (M02)

“(...) o plano diretor de bacia baseou na Meta 2010. O plano diretor de bacia transformou Meta 2010 na sua meta legal.” (M01)

“o próprio **plano diretor** que tem **todo um roteiro de ações** , e tem as ações que estão sendo desenvolvidas e discutidas(...)” (SMD01)

Dentre as ações previstas nesse documento, o governo do Estado investiu com mais ênfase nas questões de saneamento, em especial, na retirada do esgoto doméstico despejado no Rio das Velhas em sua passagem pela região

metropolitana de Belo Horizonte. Nos discursos tanto do ator central da secretaria de meio ambiente quanto da autoridade da COPASA fica evidenciado que a associação do discurso da Meta 2010 com as questões de saneamento estava assegurada na própria estrutura já existente da COPASA em fazer a coleta de esgoto na região metropolitana de Belo Horizonte.

“(...) a criação da Meta 2010 direcionou e indicou para a COPASA onde era mais prioritário intervir objetivando despoluir o Rio das Velhas”. (CPS01)

“as ações que a COPASA estava fazendo de Caça Esgoto, (...) da entrada em operação do tratamento secundário é bem mais para frente porque esperava-se que volume de esgoto que fosse chegando nela fosse ser mais lento do que aconteceu efetivamente, e por que isso acelerou? **Acelerou em função da Meta 2010(...)” (SMD01).**

“(...) a COPASA já desenvolvia até antes da Meta, antes do Governador assumir o compromisso do Manuelzão de nadar, pescar e navegar, ela já fazia as ações do programa caça esgoto que é interligação de todo o sistema de esgotamento sanitário da RMBH (...) mas a partir de 2003, quando o Governador assumiu a Meta passou a ser um projeto estruturador, as ações foram implementadas, houve aporte financeiro, e todos os projetos que a gente já tinha foram passados para licitação, criou-se uma agilidade, (...) (CPS 02)

Um ano antes de a Meta ser oficialmente transformada em um projeto estruturador, seu discurso foi associado à inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto do Ribeirão do Onça. Tanto no discurso publicado pelo governo quanto pelo Projeto Manuelzão, a inauguração foi classificada como uma das ações que propiciavam o cumprimento da Meta 2010.

“O empreendimento vai também contribuir significativamente para o sucesso da “Meta de 2010” para o Rio das Velhas, que tem o objetivo de torná-lo novamente apto para práticas de natação e pesca nos próximos quatro anos.” (Trecho retirado da notícia publicada pela agência do Governo de Minas em junho 2006 conforme anexo)

“A Meta 2010 é a proposta de agir no pior trecho do Rio das Velhas para beneficiar toda a bacia, permitindo “navegar, pescar e nadar no Rio das Velhas” até 2010. Para o cumprimento dessa Meta, a retirada dos esgotos é a principal etapa.” (Trecho retirado da notícia publicada pela assessoria de comunicação do Projeto Manuelzão em junho de 2006 conforme anexo)

No discurso publicado pelo governo, a Meta 2010 apareceu como o esforço de tornar o Rio das Velhas apto novamente para a pesca e para o nado até o ano de 2010. A meta de navegar não foi mencionada, assim como não foi citada também a

região metropolitana de Belo Horizonte como uma das regiões de abrangência. Apesar de também não citar a região metropolitana como área prioritária de atuação da Meta, o discurso do Projeto Manuelzão incorpora as três metas propostas de navegar, pescar e nadar. Em consulta à assessoria de comunicação do Projeto, existia uma orientação na época de colocar as três metas sempre nessa mesma ordem para criar nos leitores a noção de despoluição gradativa do rio. O nadar no rio era colocado por último por se tratar do último estágio de limpeza, o da desinfecção total do rio.

Nessa mesma solenidade a meta de nadar foi ressaltada e reiterada pelo discurso do governador do Estado de Minas como um ato de confiança de que a Meta 2010 seria cumprida no tempo previsto.

“ - A ETE Onça vai além da magnífica obra física. É uma obra que se insere no esforço que o Estado vem fazendo para recuperar a qualidade da água do Rio das Velhas. Eu estou hoje convidando todos os mineiros para darmos, no ano de 2010, um mergulho no rio das Velhas, que será, novamente, acessível à pesca e a todo tipo de atividade, disse Aécio Neves.” (Trecho retirado da notícia publicada pela agência do Governo de Minas em junho 2006 conforme anexo)

Apesar de não indicar o trecho em que aconteceria o nado, a publicação desse discurso reiterou de certa forma o compromisso público do Governador com a desinfecção do Rio das Velhas.

Um ano após a Meta ter se transformado em um projeto e apenas há dois anos para o seu término, as três instituições se uniram para produzir uma cartilha sobre a Meta 2010. Sob a colaboração de um representante do Projeto Manuelzão, um da COPASA e três do governo do Estado de Minas Gerais, a cartilha tinha por objetivo explicar de forma ilustrativa e didática a Meta 2010.

“O rio das Velhas, então, deixou de ter as condições necessárias para manter a vida aquática: tornou-se um “rio morto” no trecho que vai da região metropolitana até próximo da foz do rio Paraúna, em Santo Hipólito.”

“Recuperar o rio é recuperar a vida.”

“A partir da constatação de que era preciso revitalizar o rio das Velhas o Projeto Manuelzão/UFMG propôs e o Governo do Estado de Minas Gerais assumiu o compromisso com META 2010: navegar, pescar e nadar no rio das Velhas, em sua passagem pela Região Metropolitana de Belo Horizonte, até 2010.” (Trechos retirados da cartilha Meta 2010, Revitalização da Bacia do Rio das velhas 2008 conforme anexo)

Neste discurso, a Meta 2010 foi apresentada como uma proposta do Projeto Manuelzão que foi assumida pelo governo do Estado de Minas Gerais. Diferentemente do discurso do Termo de Compromisso assinado pelo governo do Estado, a Meta não veio do “apelo da população ribeirinha”, mas sim de uma proposta do Projeto Manuelzão. A ordem de exposição das metas acompanhou a orientação do Projeto Manuelzão “navegar, pescar e nadar”. Porém, mais uma vez, o discurso apresentou mudança quanto à região de abrangência da Meta.

“O foco da Meta 2010 é a região mais poluída da bacia do Velhas, que vai da foz do rio Itabirito até o ribeirão Jequitibá. As ações de revitalização neste trecho são fundamentais para a recuperação de toda a bacia.” (Trecho retirado da cartilha Meta 2010, Revitalização da Bacia do Rio das Velhas 2008 conforme anexo)

O foco da Meta não era mais toda a Bacia do Velhas, ou a região de confluência entre o Ribeirão Sabará e o rio Jaboticatubas. Agora, o foco da poluição do Rio que deve ser melhorado era a área que compreende da foz do rio Itabirito até o Ribeirão Jequitibá.

Além de ser divulgada via internet por meio das páginas da Secretaria de Meio Ambiente do governo do Estado e do Projeto Manuelzão, a cartilha também foi impressa. Na sua primeira edição foram impressos 20 mil exemplares. As cartilhas impressas eram entregues com frequência em eventos desenvolvidos tanto pelo governo do Estado quanto pelo Projeto Manuelzão. Esses eventos poderiam ter ou não ligação direta com o a Meta 2010. A produção das cartilhas era basicamente custeada pelo governo do Estado, seja por meio de convênios firmados com o projeto Manuelzão, ou diretamente pela Secretaria de Meio Ambiente.

Se em 2008 esses três atores buscaram desenvolver um discurso comum sobre a Meta 2010, em 2009 eles reafirmaram suas particularidades discursivas. Cada instituição divulgou em seus respectivos sites seus discursos sobre a Meta 2010.

“O Projeto Revitalização da Bacia do Rio das Velhas - Meta 2010 é uma ação ambiciosa e inovadora por sua forma de articulação e por considerar a bacia hidrográfica como unidade de planejamento. A origem do projeto está na convergência dos interesses do Governo do Estado, das Prefeituras dos municípios localizados na bacia, da sociedade civil organizada e da população em geral.” (Trecho retirado da página da Secretaria de Meio Ambiente do Estado conforme anexo)

“A Meta 2010 é uma proposta audaciosa para a revitalização da bacia do Rio das Velhas. O objetivo é despoluir o trecho mais degradado do rio, entre os municípios de Itabirito e Jequitibá, para assim permitir a recuperação de toda a bacia hidrográfica.(...) Significa não pulverizar recursos públicos e privados, convencer a todos os agentes governamentais, privados e das organizações sociais sobre sua viabilidade técnica, relevância social e racionalidade estratégica e convocar a sociedade para um objetivo com prazo definido.” (Trecho retirado da página do Projeto Manuelzão conforme anexo)

“A Meta 2010, idealizada pelo Projeto Manuelzão, tornou-se um dos Projetos Estruturadores do Governo de Minas Gerais que, por meio da COPASA e de demais órgãos, promovem o saneamento básico e o tratamento de esgoto do Rio das Velhas. A ação é uma das prioridades do programa já que visa impedir a poluição dos rios é indispensável para a melhoria da qualidade da água.” (Trecho retirado da página da COPASA conforme anexo)

Com a proximidade do prazo estabelecido para o cumprimento da Meta, a mesma passou a ser representada como um marco, como um projeto que não poderia acabar, como algo que estava fadado a continuar.

“(...) Ela é um marco para 2010 da recuperação daqui para frente.” “Não pode acabar!” (SMD01)

“(...) tanto que **para a COPASA a Meta é só um marco**, que **essas ações elas vão continuar**, elas têm que continuar, e a **COPASA** hoje tá vivendo um momento em que ela **tá focada** para ações de **tratamento de esgoto**, que tá **diretamente ligada a Meta**. (CPS02)

“(...) mas a Meta **vai ser vitoriosa só em 50%**. E nós não vamos nadar na **Região Metropolitana**, que seria realmente a vitória completa da Meta 2010. Ficar dizendo “não vai acabar tudo”, **não vai acabar por que não fez tudo o que tinha que fazer. Tinha condição de nadar na Região Metropolitana se envolvesse mais a mobilização social, as prefeituras, os empresários, se cada um fizesse um plus**.” (M01)

No último ano previsto para a Meta 2010, durante a solenidade de inauguração do tratamento secundário da Estação de Tratamento de Esgoto do Ribeirão do Onça, o governo passou a incorporar em seus discursos os investimentos financeiros e o número de obras que foram realizadas para garantir o cumprimento da mesma.

“O governo mineiro aceitou o desafio e em 2007, a Meta 2010 – nome dado ao conjunto de ações implantadas na região da bacia - passou a ser um dos 57 Projetos Estruturadores do Governo de Minas, o que significa prioridade entre os investimentos do Estado. O governo mineiro está investindo R\$ 1,3 bilhão no conjunto de 172 obras que visam melhorar a qualidade das águas do Rio das Velhas.” (Trecho retirado da notícia publicada pela Agência do governo em fevereiro de 2010 conforme anexo)

O governo salientou também os resultados já alcançados:

“As ações adotadas para diminuir a forte degradação da Bacia do Rio das Velhas já provocam efeitos positivos. A comprovação da volta dos peixes ao Rio das Velhas é o mais visível indicador da melhoria da qualidade da água. O biomonitoramento realizado pelo Projeto Manuelzão constatou que peixes que subiam somente 250 km na bacia em 2000, hoje já são identificados ao longo de 580 km, chegando bem próximos às áreas que antes eram consideradas como as mais degradadas do rio.” (Trecho retirado da notícia publicada pela Agência do governo em fevereiro de 2010 conforme anexo)

Criticando o não cumprimento total da Meta 2010, o discurso do Projeto Manuelzão propõe a criação de uma nova meta. Nesse momento, a Meta 2010 deixou de ser marco para se configurar discursivamente como uma nova proposta, a Meta 2014.

“Além disso, essa segunda etapa não é suficiente para o alcance total da Meta 2010 – navegar, pescar e nadar na Região Metropolitana de BH. Para nadar, ainda é necessário que o tratamento terciário seja implantado. Enfim: ainda tem muito chão pela frente. “A Meta 2010 foi cumprida de maneira exemplar em 50, 60% somente. Falta ainda 40%. Nós vamos precisar dos políticos para termos a Meta 2014”, afirma o idealizador do Projeto Manuelzão, Apolo Heringer.” (Trecho retirado da notícia publicada pela assessoria de comunicação do Projeto Manuelzão em 09 de março de 2010 conforme anexo)

Além de ressaltar a nova proposta, o discurso do projeto evidenciou também o novo compromisso do governador Aécio Neves com a nova Meta 2014.

“O governador de Minas, Aécio Neves, tocou em alguns pontos levantados por Apolo: “Qualquer obra de governo, por mais exitosa que possa ser, é sempre uma obra inconclusa. Eu garanto que, desde já, o nosso candidato [ao governo do estado nas eleições de 2010] terá em seu programa de governo um destaque enorme para a Meta 2014”. Além disso, o governador mostrou que não esqueceu sua promessa. “Eu não sei se vocês amarelaram, ou se foi só o Apolo, mas eu ainda estou preparado para nadar no Rio das Velhas antes de deixar o governo em 2010. Meu calção já está pronto”, brinca.”

Em função da proximidade do fim do seu mandato, o governador Aécio Neves compartilhou o compromisso da Meta 2014 com o seu vice-governador, Antônio Anastásia, também candidato ao governo do Estado para a gestão de 2010 a 2014. Nesse momento, um novo pacto discursivo é firmado. A meta 2014 representou de certa forma a garantia da continuidade da Meta 2010, o compromisso de que a política pública, consolidada pela primeira vez a partir de

uma proposta oriunda da sociedade civil, continuasse a se configurar como prioridade na agenda política do governo de Minas Gerais.

5.2.2 O lugar do discurso – análise das posições políticas dos sujeitos coletivos

Quando o Projeto Manuelzão lançou em 2003 a Meta 2010, ele a fez como ator representante dos anseios da sociedade civil, como a instituição responsável por exigir que as autoridades governamentais apresentassem “os mais de quatro milhões de habitantes da bacia do Velhas e também do Brasil” (Carta da Expedição Manuelzão desce o Rio das Velhas 2003, conforme anexo) com o compromisso de nadar e pescar no Rio das Velhas, numa região classificada como “puro esgoto”. Ele posicionou o seu discurso como o grande mobilizador, como a fala política da sociedade civil dentro do governo do Estado.

“Nós conseguimos mobilizar, e quando o governo vê que você mobiliza um povo eles (o governo) ficam querendo ficar bem com você.” (M01)

De fato, esse “poder” de mobilizar do Projeto Manuelzão foi reconhecido no discurso proferido pela autoridade e centralidade do governo:

“Há um belíssimo trabalho de educação ambiental, de mobilização da sociedade realizado pelo Projeto Manuelzão” (SMD 13),

“(...) a relevância do Projeto Manuelzão, está na capacidade de mobilização do Projeto Manuelzão” (CPS 01).

Porém, por ter sido criado a partir de um projeto de extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, o posicionamento político do Projeto Manuelzão apresentou uma particularidade. Verificou-se que ele poderia representar tanto a comunidade discursiva acadêmica quanto a sociedade civil.

“Tudo é sociedade civil/UFGM. Por que esses professores são da UFGM, mas eles atuaram como uma mistura de sociedade civil e UFGM. O Projeto Manuelzão sempre teve um caráter híbrido.” (M01)

Apesar de fazerem parte da mesma comunidade discursiva, não há entre as centralidades ouvidas unanimidade no discurso que se refere ao posicionamento político do Projeto Manuelzão.

“ Olha, eu acho **a sociedade civil muito pouco envolvida**. Tanto que **acaba que o papel nosso na universidade fica meio exagerado**. Não tem muito sociedade civil de fato, organizada, participando. Tem, mais não é assim também não. **É mais frágil, pouco organizada**, eu acho que tinha que acontecer **é o nosso papel ser menos sociedade civil e ser mais universidade, mais científico**. Mais de formação de pessoas, do que esse de você ter que ficar lá tendo que representar toda uma sociedade civil”. (M02)

Para esse ator, o Projeto Manuelzão representa a comunidade científica. Salienta que a universidade acaba incorporando o papel que deveria ser da sociedade civil em função da fragilidade e desorganização da atuação da mesma. Apesar desses dois atores não comungarem da mesma percepção, ambos reforçam o caráter híbrido do Projeto.

Ao longo da construção discursiva da meta 2010, o governo estadual posicionou o seu discurso como um ator que aceitou o desafio proposto pela sociedade civil. Situou-se como o grande responsável por transformar a Meta 2010 em uma política pública e com isso canalizar mais investimentos financeiros para que a mesma fosse efetivamente consolidada.

A COPASA por sua vez posicionou os seus discursos como a agência que, por meio dos investimentos financeiros do governo do Estado, “promove o saneamento básico e o tratamento de esgoto do Rio das Velhas. (Trecho retirado da página da COPASA” conforme anexo).

O lugar político no qual cada sujeito coletivo proferiu seu discurso está diretamente relacionado à formação das identidades coletivas de suas respectivas comunidades discursivas. O posicionamento político do discurso define não só as características de quem o profere, como também para quem se profere. Ao delimitar esse lugar, o discurso apresenta uma série de traços particulares que fazem com que o mesmo se reconheça e seja reconhecido por determinadas comunidades discursivas.

6 CONCLUSÕES

A proposta de usar a análise de rede social em conjunto com a análise do discurso como ferramentas metodológicas para investigar a reconfiguração discursiva da Meta 2010 contribuiu para que esse estudo pudesse alcançar seus objetivos. Os resultados obtidos com a aplicação dos métodos colocaram em evidência a configuração e a reconfiguração discursiva do processo de construção de uma política pública socioambiental. Estudar a reconfiguração discursiva da Meta 2010 possibilitou enxergar “o não dito” (FOUCAULT 2004), o processo não aparente, de construção daquilo que foi dito. O processo pelo qual o discurso se transformou em uma ferramenta “que procura fundar um ideal político em função de certos princípios que devem servir de referência para a construção das opiniões e posicionamentos.”; (CHARAUDEAU 2006, p.40).

A Meta 2010 não foi uma política pública consolidada por meio de um discurso somente. Sua análise possibilitou visualizar o “jogo de propósitos comunicativos” (SWALLES 1990, p. 58) no qual “sujeitos coletivos” (LEFEVRE et LEFEVRE 2003) influenciavam a escolha de limitações do conteúdo e do estilo dos seus discursos. Na medida em que o discurso proferido por um determinado sujeito coletivo “expressa uma referência coletiva pela ou em nome de uma coletividade” (LEFEVRE et LEFEVRE 2003, p.16), ele passou a representar também comunidades discursivas ou “grupos de pessoas, organizados ou não de forma institucional, que produzem e fazem circular discursos, que neles se reconhecem e são por eles reconhecidos”. (ARAÚJO 2003, p.167). Desse compartilhamento de sentidos atribuídos ao discurso de cada comunidade discursiva, foi possível verificar o surgimento de identidades coletivas.

O processo de fixação de marcas e significados que constitui sua identidade coletiva (MELUCCI 1996, p. 75) mostrou estar diretamente associado à capacidade de cada comunidade discursiva produzir novos significados para integrar ao passado os elementos emergentes do presente. Durante o processo de reconfiguração discursiva da Meta 2010, suas diferentes comunidades discursivas readequaram seus discursos às novas exigências.

A Meta 2010 nasceu sob a égide do discurso da sociedade civil como uma proposta ousada de uma nova forma de gerenciar os recursos hídricos. Ela se transformou em uma política pública apropriada pelo Estado, que se tornou gestor das ações desenvolvidas pelos diversos atores envolvidos com o cumprimento da Meta; se transformou novamente em um marco para justificar as ações previstas que não foram cumpridas e terminou como uma nova meta nomeada Meta 2014. Durante todo esse processo de mudança, as comunidades discursivas envolvidas com a Meta 2010 reconfiguraram seus discursos sem perder de alguma forma suas bases enunciativas (FOUCAULT 1995, p. 127).

Quando essas comunidades discursivas buscavam dentro deste processo de mudança reconhecer-se e se fazer reconhecidas, elas não adaptavam simplesmente a forma pela qual se comunicavam. Cientes de que “(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas por que, pelo o que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT 2004, p.10), elas reiteravam as suas bases enunciativas para localizar o discurso em um domínio discursivo específico.

A capacidade das mesmas de reiterar suas bases enunciativas se mostrou diretamente relacionada à produção de traços que classificavam seus discursos como próximos ou distantes dos discursos proferidos por outras comunidades discursivas. Retomando os conceitos de Hall (2003, p. 40), só distingue-se algo porque existe o outro para classificá-lo. Ao longo das reconfigurações do pacto discursivo da Meta 2010, os discursos proferidos pelos sujeitos coletivos centrais apresentaram pontos de aproximação e distanciamento.

No que se refere aos pontos de aproximação, foi possível notar que os discursos proferidos pelos três atores centrais sobre a trajetória de transformação da Meta 2010 em uma política pública eram bem parecidos. Ambos classificavam a Meta 2010 como algo que foi proposto pelo projeto Manuelzão e que foi incorporado e transformado em uma política pública pelo governo de Minas. Um outro ponto de contato detectado foram as questões expostas sobre a importância das ações de saneamento para o cumprimento da Meta. Detectada tanto na análise de fluxo informacional rede social quanto na análise dos discursos, essa questão apareceu

inicialmente no primeiro discurso materializado da Meta 2010 pelo Projeto Manuelzão e se fez presente até o último ano de sua existência.

Os discursos sobre os resultados alcançados em prol do cumprimento da Meta 2010 também se mostraram como um ponto de aproximação discursiva entre as três entidades centrais. Ambas incorporaram em seus discursos sobre a Meta alguns índices de estudos científicos para comprovarem a melhoria da água. Um bom exemplo foi a questão da “volta do peixe”, que se baseava nos estudos de biomonitoramento desenvolvido pelo Núcleo Transdisciplinar e Transinstitucional pela Revitalização da Bacia do Rio das Velhas (NUVELHAS) do Projeto Manuelzão.

A transformação da Meta 2010 em algo que precisava continuar mesmo após o término da data estipulada também se mostrou como um ponto de estreitamento dos discursos. Durante a análise dos discursos dos sujeitos coletivos, percebeu-se o compartilhamento do discurso da importância de se dar continuidade às metas de revitalização do Rio das Velhas propostas pela Meta 2010. Relacionado a este discurso, surge o último ponto de aproximação detectado: a criação da nova Meta 2014. O discurso compartilhado entre os sujeitos sobre esse tema não se relaciona com as representações da Meta 2014, mas sim com o processo de reconhecimento da aceitação da necessidade de se criar uma nova meta.

No que se refere aos pontos de tensão entre os discursos dos sujeitos centrais, um dos primeiros pontos detectados foi a questão da área de abrangência da Meta 2010. Durante todo o processo de reconfiguração discursiva da Meta 2010, essa área foi alterada, omitida ou modificada não só entre as três comunidades discursivas envolvidas como também dentro de cada uma delas. Um bom exemplo desse processo pôde ser verificado já nos primeiros documentos produzidos sobre a Meta 2010. Na Carta da Expedição “Manuelzão desce o Rio das Velhas”, a área era classificada como a região metropolitana de Belo Horizonte e a Bacia do Cipó. Quando esse discurso foi traduzido pela primeira vez pelo termo de compromisso assinado pelo governo do Estado em 2004, a área passou a ser compreendida como o “trecho da confluência com o Ribeirão Sabará até a confluência com o Rio Jabiticatubas” (conforme anexo). Após esse momento inicial, a região passou ainda por pelo menos mais umas duas mudanças, e apesar de ter retomado em alguns

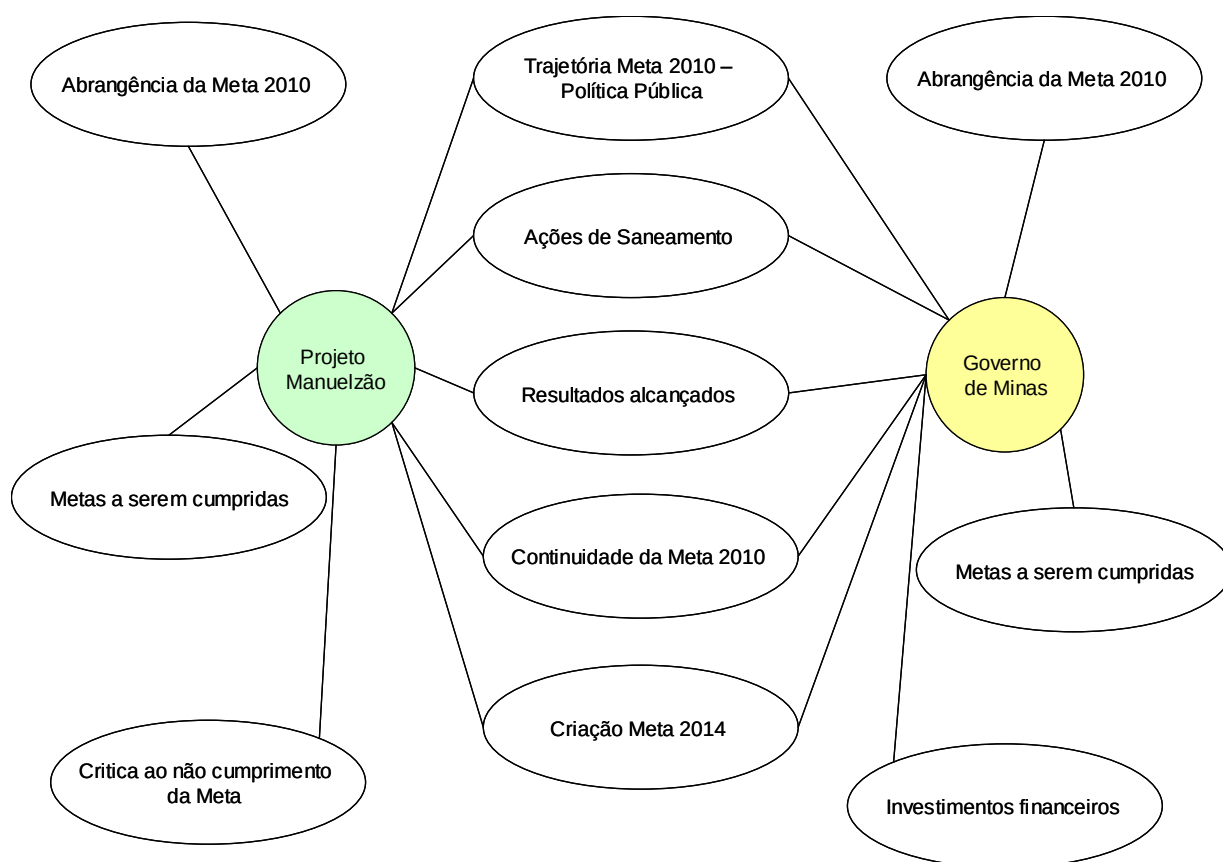
momentos o discurso da área de abrangência como sendo a região metropolitana de Belo Horizonte, o Projeto Manuelzão, até o último ano de existência da meta 2010, não incorporou em seu discurso a região da bacia do Cipó.

O mesmo aconteceu com outro ponto de distanciamento entre os discursos: as metas que compõem a Meta 2010. As metas iniciais propostas pelo Projeto Manuelzão eram “nadar e pescar”. Quando as mesmas foram traduzidas para o termo de compromisso assinado pelo governo em 2004, elas se transformaram no esforço de tornar o Velhas apto novamente para a pesca, para o lazer (natação e navegação) e para o turismo. Mais uma vez, durante a reconfiguração discursiva da Meta 2010, suas metas foram alteradas dentro e fora de suas comunidades discursivas. De acordo com o momento em que o discurso era produzido, as comunidades discursivas ou alteravam as metas, ou deixavam de incluir alguma, como, por exemplo, a Meta de “navegar” no Rio das Velhas.

Um outro ponto de distanciamento que pode ser verificado entre os discursos foi a questão das críticas quanto ao não cumprimento das metas previstas. Esse foi um traço que se mostrou presente somente nos discursos do Projeto Manuelzão. Diferentemente dos discursos proferidos pelas duas comunidades representantes do governo do Estado, o projeto Manuelzão reconhecia as ações realizadas, mas ao mesmo tempo expunha as demais ações que ainda eram necessárias para o cumprimento efetivo da Meta 2010.

Num sentido inverso, outro ponto de tensão foi detectado como traço dos discursos das comunidades discursivas representantes do governo. A questão de expor os investimentos financeiros despendidos para a execução de ações que propiciaram o cumprimento da Meta fazia parte dos discursos governamentais, mas não foi incorporada pelos discursos do Projeto Manuelzão. Com base nestas reflexões, foi possível vislumbrar a existência de traços que diferenciaram os discursos dos representantes governamentais dos discursos do Projeto. A ilustração abaixo demonstra de forma sintética os pontos de proximidade e tensão dos discursos.

FIGURA 7: Pontos de contato e tensão entre os discursos



Fonte: Dados da presente pesquisa 2010

O processo apresentado de transformação da Meta 2010 em uma política pública se configurou como algo pioneiro no Estado de Minas Gerais. Nas palavras do secretário de meio ambiente, José Carlos Carvalho: “Raras vezes em nosso país, a sociedade civil organizada e o poder público conseguiram articular-se, com tanta harmonia, em busca de benefícios para o conjunto da população” (LISBOA, GOULART, DINIZ 2008). Por ter nascido de um projeto que representa a sociedade civil organizada, a Meta 2010 representou um modelo ideal para a construção de políticas públicas. Porém vale ressaltar que o Projeto não se configura somente como uma sociedade civil organizada. Ele é um sujeito coletivo híbrido que representa tanto a comunidade científica quanto a sociedade civil. Durante o processo de consolidação discursiva da Meta 2010, o Projeto desempenhou um papel tanto acadêmico, expondo suas pesquisas científicas sobre a qualidade do Rio das Velhas, quanto de sociedade civil, enquanto mobilizador e questionador das

políticas do governo de Estado. Essa polivalência desempenhada pelo projeto proporcionou um bom anteparo ao discurso do Governo do Estado.

As análises desenvolvidas por esse estudo colocaram em evidência o arranjo discursivo a partir do qual a Meta 2010 foi criada, consolidada como política pública e transformada em um novo compromisso do governo do Estado. Esse esquema, porém, não pode ser considerado como o modelo ideal de representação da construção de políticas públicas de meio ambiente. É preciso compará-lo com as formações discursivas de outras políticas públicas socioambientais que também nasceram de manifestações da sociedade civil. Só por meio de um estudo comparativo mais aprofundado será possível reconhecer a existência de um modelo discursivo.

Ciente dessa necessidade, mas levando em consideração o processo de transformação da Meta 2010 em Meta 2014, fica para esse estudo a indagação se os discursos que consolidarão essa nova meta apresentarão o mesmo arranjo e o mesmo processo dinâmico de reconfiguração evidenciado pela Meta 2010.

7 REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Lídia. **Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault: traços de identidade teórico-metodológica.** Ciência da Informação, Brasília, v. 27, n. 3, p. 253-61, set./dez. 1998.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A Construção Social da Informação: dinâmicas e contextos.** DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação – v.2 n.5 out/01.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **Equação do Impacto Informacional: uma proposta paradigmática.** V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2003.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras.** Ci. Inf.vol. 28 n. 2 Brasília May/Aug.1999.

ARAÚJO, Inesita Soares de. **Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas.** Interface, v.8, n 14, p. 165-177, set. 2003/ fev.2004.

BAKHTIN, M. M; HOLQUIST, Michael; EMERSON, Caryl. **Speech genres and other late essays.** 1st ed. Austin: University of Texas Press, 1986. 177 p.

BAUER, Martin W; GASKELL, George; GUARESCHI, Pedrinho A. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 516 p.

BORGATTI, S. P. **NetDraw: Graph Visualization Software.** Harvard: Analytic Technologies,2002.

BORGATTI, S. P; EVERETT, M. G.; FREEMAN, L. C. **Ucinet for Windows: software for social network analysis.** Massachussets: Analytic Technologies, 2002.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981, Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acessado em: 24/04/2009.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.** 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade.** Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político.** São Paulo: Contexto, 2006. 328p.

DOWBOR, Landislau. **Informação Para a Cidadania e o Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <http://www.pronord.org.br/filemanager/download/52/Informa%C3%A7%C3%A3o%20para%20a%20cidadania%20e%20o%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel.pdf>. Acessado em 07/11/2008. Acessado em: 24/04/2009

FAIRCLOUGH, Norman; MAGALHÃES, Izabel. **Discurso e mudança social.** Brasília: Ed. UNB, 2001.

FIALHO, Janaina Ferreira.; MOURA, Maria Aparecida UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **A cultura informacional e a formação do jovem pesquisador brasileiro.** 2009. 207 f., enc. : Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso.** 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006. 126 p.

FONSECA, Magna Pataro; COSTA, Maria da Conceição Baêta da. **Educação, comunicação e mobilização social: instrumentos e sensibilização para limpeza urbana em Belo Horizonte.** Belo Horizonte: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 4. ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel; SAMPAIO, Laura Fraga de Almeida. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2004. 79 p. (Leituras filosóficas).

GARTON, Laura et al. **Studying Online Social Networks. Available**. Disponível em: <http://jcmc.indiana.edu/vol3/issue1/garton.html#References>. Acessado em 22/03/2009.

GHON, M^a da Glória (org). **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GREIMAS, Algirdas Julien; LANDOWSKI, Eric; PAIS, Cidmar Teodoro. **Análise do discurso em ciências sociais**. São Paulo: Global, 1986. 283 p.

HABERMAS, Jürgen; REPA, Luiz Sérgio; NASCIMENTO, Rodnei. **O discurso filosófico da modernidade : doze lições**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 540 p

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós Modernidade**. 7^a ed. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2003.

HENRIQUES, Márcio Simeone; BRAGA, Clara Soares; MAFRA, Rennan Lanna Martins. **O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade**. In.: _____. (Org.). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)**. Ed. rev. e ampl. Caxias do Sul: EDUCS, 2003. 256p.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

LISBOA, Apolo Heringer; GOULART, Eugênio Marcos Andrade; DINIZ, Letícia Fernandes (Orgs). **Projeto Manuelzão a História da Mobilização que começa em torno de um Rio**. Belo Horizonte: Instituto Guacuy, 2008. p. 55-70.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; FRAU-MEIGS, Divina; SANTOS, Maria Salett Tauk. **Comunicação e informação: identidades e fronteiras**. São Paulo: Intercom; Recife: Bagaço, 2000. 358p.

MAFRA, Rennan. **Entre o espetáculo, a festa e a argumentação: mídia, comunicação estratégica emobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

MAFRA, Rennan. **O Projeto Manuelzão e a Expedição Manuelzão Desce o Rio das Velhas**. In: HENRIQUES, M & WERNECK, N.(orgs) *Visões de Futuro: Responsabilidade Compartilhada e Mobilização Social*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.pp101-137.

MAGALHÃES, Márcia Maria.**Humboldt e Pêcheux: uma leitura em contraponto**. Eutomia – Revista Online de Literatura e Linguística - Ano I – Nº 01 (547-561). Disponível em: <http://www.eutomia.com.br/volumes/Ano1-Volume1/linguistica-artigos/Marcia-Maria-Magalhaes.pdf>. Acessado em : 17/02/2010

MARTELETO, Regina Maria; BARRETO, Aldo de Albuquerque; LUDKE, Menga. **Cultura, educação e campo social** discursos e praticas de informação. 1992. 389 f Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MARTELETO, Regina Maria. **Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação**. Ciência da Informação, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001.

MATHEUS, Renato Fabiano; SILVA, Antônio Braz de Oliveira. **Análise de redes sociais como método para a Ciência da Informação**. DataGramZero – Revista Ciência da Informação – V.7, n.2 abr/06.

MAZIÈRE, Francine; MARCIONILO, Marcos. **A análise do discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábola, 2007. 130 p.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1996. 441p.

MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. 1. ed. México, D.F.: El Colegio de México, 1999. 260 p

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

MINAS GERAIS. **Lei nº 11.903, de 06 de setembro de 1995. Cria a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, altera a Denominação da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e dá Outras Providências**. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=2303>. Acessado em: 24/04/2009.

MINAS GERAIS. **Lei 12.581, de 17 de julho de 1997. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD - e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=2339> . Acessado em: 24/04/2009.

MINAYO, MCS, ASSIS, SG, SOUZA, ER, organizadoras. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005. 244 pp.

MIRANDA, Antônio; BARRETO, Aldo de Albuquerque. **A Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: síntese e perspectiva**. Data Grama Zero – Revista de Ciência da informação. V.1, n6, dez 2000. Disponível em <http://www.dgz.org.br>.

MOURA, Joana Thereza de Vaz; SILVA, Marcelo Kunrath. **Atores em espaços de Ampliação da Democracia: As redes em perspectiva.** Ver. Sociol. Polít. Curitiba, v16, número suplementar, p.43-54, ago, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil.** In: Anais do 1º Seminário de Estudos em Análise de Discurso; 2003 Nov 10-13; Porto Alegre, Brasil [CD-ROM]. Porto Alegre (RS): UFRGS; 2003. Disponível em: http://www.discurso.ufrgs.br/evento/conf_04/eniorlandi.pdf. Acessado em: 17/02/2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Michel Pêcheux e a Análise de Discurso** - Vitória da Conquista, n.1, p. 9-13, junho de 2005. Disponível em: <http://www.cpelin.org/estudosdalinguagem/n1jun2005/artigos/orlandi.pdf>. Acessado em : 17/02/2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos.** 7.ed. Campinas: Pontes, 2007. 100 p.

PECHEUX, Michel; ORLANDI, Eni Pulcinelli. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas: Pontes, 1990. 68p.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso - Uma Crítica à Afirmação do Óbvio.** 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. 317p.

PETRI, Verli Fátima. **Michel Pêcheux e a teoria do discurso nos anos 60.** In Conferência de abertura da Semana Acadêmica de Letras da Universidade Federal de Santa Maria, de 2006. Disponível em : http://www.ufsm.br/corpus/txts_profes/Verli_expressao.pdf. Acessado em : 17/02/2010

POMBO, Olga. **Epistemologia da Interdisciplinaridade.** Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/investigação/pontofinal.pdf>. Acessado em: 22/05/2008.

RADICCHI, Antônio Leite Alves; POLIGNANO, Marcus Vinícius; PINHEIRO, Tarcísio Magalhães. **O Projeto Manuelzão e a Saúde Coletiva** In: LISBOA, Apolo Heringer; GOULART, Eugênio Marcos Andrade; DINIZ, Letícia Fernandes. Org. Projeto Manuelzão a História da Mobilização que começa em torno de um Rio. Belo Horizonte: Instituto Guacuy, 2008. p. 183-196.

RECUERO, Rachel. **Comunidades Virtuais: uma abordagem Teórica**. Disponível em :
<http://www.bocc.ubi.pt/pag/recuero-raquel-comunidades-virtuais.pdf>. Acessado em 23/09/2009

RUA, M. G. **Análise de Política Públicas: Conceitos Básicos**. In: Maria das Graças Rua; Maria Carvalho. (Org.). O Estudo da Política: Tópicos Seleccionados. Brasília: Paralelo 15, 1998. Disponível em:
http://www.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF. Acessado em: 22/03/2009

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **Redes e Territórios: Reflexões Sobre Migração**. In. DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro, org. *Redes, Sociedades e Territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

SWALES, John. **Genre analysis: English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990 260p.

SEPULVEDA, Rogério de Oliveira; PROCÓPIO, José de Castro. **Mobilização Social e Consolidação de práticas cidadãs**. In: LISBOA, Apolo Heringer; GOULART, Eugênio Marcos Andrade; DINIZ, Letícia Fernandes (Orgs). Projeto Manuelzão a História da Mobilização que começa em torno de um Rio. Belo Horizonte: Instituto Guacuy, 2008. p. 55-70.

TOMAÉL, Maria Inês. **Redes Sociais: posições dos atores no fluxo da informação**. Enc. Bibli. Eletr. Bibliotecon. Ciência da Informação, Florianópolis, n. esp., 1^o sem. 2006.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Atênica, 2004.

VELOSO, Fernando A. et al. **Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973) : Uma Análise Empírica.** Revista Brasileira de Economia v. 62 n. 2 / p. 221–246 Abr-Jun 2008. Disponível em:
<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1053/465>. Acessado em:
02/04/2009.

VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Hector R. **Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo.** IN:- ANPOCS Revista Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Vértice/Ed.Revista dos Tribunais, 1990. p. 156-189.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. **Social network analysis: methods and applications.** Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1994. 825p.

APÊNDICES

Roteiro de Entrevista

Ator:

Data:

Agradecimento à disponibilidade concedida e breve apresentação da pesquisa.

- 1) Comente o processo de surgimento da Meta 2010.
- 2) Nessa época, o que a Meta significava para você? Qual era a relevância dela?;
- 3) Quais são os elementos que compõem a Meta 2010?;
- 4) O que esses elementos representam para a Meta 2010?;
- 5) Existe alguma escala de importância entre esses elementos? Se sim, liste-os por ordem decrescente?
- 6) Qual é o seu lugar na implementação da Meta 2010?;
- 7) O que significa a Meta 2010 para você hoje? Qual é a relevância dela hoje?;
- 8) Por que a Meta 2010 possui essa relevância?;
- 9) Quais os documentos que o orienta no acompanhamento da Meta?;
- 10) O que representará a Meta 2010 em 2010? Ela terá relevância? Qual? ;
- 11) Como o senhor avalia a relação entre sociedade civil e a instância governamental
- 12) Você acredita que a Meta se consolidará? Quais as implicações disso?

ANEXOS